

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**CAMINHOS DA DITADURA EM PORTO ALEGRE: educação em
direitos humanos a partir dos lugares de memória em uma cidade
educadora (Porto Alegre/RS)**

Anita Natividade Carneiro

Porto Alegre, RS

2023

ANITA NATIVIDADE CARNEIRO

CAMINHOS DA DITADURA EM PORTO ALEGRE: educação em direitos humanos a partir dos lugares de memória em uma cidade educadora (Porto Alegre/RS)

Trabalho apresentado como requisito ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Caroline Silveira Bauer

Linha de Pesquisa: Relações de poder político-institucionais

Porto Alegre, RS

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Carneiro, Anita Natividade
CAMINHOS DA DITADURA EM PORTO ALEGRE: educação em
direitos humanos a partir dos lugares de memória em
uma cidade educadora (Porto Alegre/RS) / Anita
Natividade Carneiro. -- 2023.
172 f.
Orientadora: Caroline Silveira Bauer.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2023.

1. Ditadura em Porto Alegre. 2. Trajeto de Memória.
3. Memória e Patrimônio. 4. Cidade Educadora. 5.
Educação em Direitos Humanos. I. Bauer, Caroline
Silveira, orient. II. Título.

ANITA NATIVIDADE CARNEIRO

CAMINHOS DA DITADURA EM PORTO ALEGRE: educação em direitos humanos a partir dos lugares de memória em uma cidade educadora (Porto Alegre/RS)

Trabalho apresentado como requisito ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em História.

Aprovada em: 30/01/2023

Conceito: A

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Caroline Silveira Bauer – Departamento de História, IFCH/UFRGS

Prof. Dra. Carmem Zeli de Vargas Gil - Departamento de Ensino e Currículo,
FACED/UFRGS

Prof. Dra. Deborah Regina Leal Neves - Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo,
Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico

Prof. Dra. Alessandra Gasparotto - Departamento de História, ICH/UFPel

*Para o meu maior exemplo de perseverança,
Estefânia Iurtchenko (1914-2022)*

AGRADECIMENTOS

Os caminhos da vida - que nunca são lineares - são repletos de encruzilhadas. Encruzilhar faz parte da jornada, é o encontro dos caminhos e das gentes. Essa jornada, portanto, nunca é solitária, tive sorte de encruzilhar com pessoas incríveis no meu caminho de vida e pesquisa. Agradeço primeiramente à minha maravilhosa orientadora Caroline, que sempre me incentivou nesses anos de diálogos e pesquisas. Ao meu incrível grupo de trabalho formado especialmente para a montagem desse trajeto de memória, pois sem vocês nada disso teria se concretizado. Agradeço aos meus queridos amigos de todas as horas Anna Laura, Carolina, Thaís, Larissa, Thamires, Nathalie, Elisa, Paloma, Felipe, Lóren, Cadu e Maria Eduarda por todas as parcerias. Não há palavras para expressar a gratidão a todos os meus familiares, em especial, aos meus pais, Silvana e Pedro; às minhas irmãs, Julia e Sabrina; às minhas avós Anna e Lenita; à minha madrinha, Ana Cristina. Agradeço, por fim, ao meu companheiro Leonardo, por estar caminhando ao meu lado.

RESUMO

A presente dissertação discorre sobre a realização da pesquisa-ação sobre o trajeto de memória Caminhos da Ditadura em Porto Alegre. Na perspectiva da cidade educadora e da história pública, esta pesquisa apresenta um trajeto de memória sobre os locais ligados à ditadura civil-militar em Porto Alegre (1964 - 1985) criado por um grupo de trabalho interdisciplinar. O principal objetivo deste estudo, portanto, é apresentar uma forma de educação sobre/para os direitos humanos por meio do tempo histórico da ditadura civil-militar brasileira e seus lugares de memória na cidade de Porto Alegre. Como metodologia de análise do trajeto de memória, este foi aplicado quatro vezes, resultando em 69 respostas dos participantes nos formulários. Assim, além da análise dessas respostas e do público participante, a pesquisa perpassa por diversos aspectos, como a compreensão das políticas de memória e patrimônio sobre a ditadura no Brasil, os planos de educação em direitos humanos, as experiências em ensino de história nas cidades pertencentes à Associação Internacional de Cidades Educadoras e a inter-relação dos campos de pesquisa da História Pública e Ensino de História com outros trajetos de memória. Concluiu-se, portanto, que o trajeto de memória Caminhos da Ditadura em Porto Alegre foi capaz de apresentar novos elementos sobre a história e memória desse tempo histórico para os participantes.

Palavras-chave: Ditadura em Porto Alegre; Trajeto de memória; Memória e patrimônio; Cidade educadora; Educação em direitos humanos.

ABSTRACT

This dissertation discusses the realization of action research on the walk of memory Caminhos da Ditadura in Porto Alegre. From the perspective of the educating city and public history, this research presents a journey of memory on the sites linked to civil-military dictatorship in Porto Alegre (1964 - 1985) created by an interdisciplinary work group. The main objective of this study, therefore, is to present a form of education about/for human rights through the historical time of the Brazilian civil-military dictatorship and its places of memory in the city of Porto Alegre. As a methodology for analyzing the memory walk, it was applied four times, resulting in 69 responses from the participants in the forms. Thus, beyond the analysis of these responses and the participant, the research goes through several aspects, such as the understanding of memory and heritage policies about the dictatorship in Brazil, human rights education plans, such as experiences in teaching history in cities belonging to the International Association of Educating Cities and the interrelation of the research fields of Public History and History Teaching with other walks of memory. It was concluded, therefore, that the Caminhos da Ditadura memory walk in Porto Alegre was able to present new elements about the history and memory of that historical time for the participants.

Keywords: Dictatorship in Porto Alegre; Memory walk; Memory and heritage; Educating City; Human rights education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 - Monumento “Tortura Nunca Mais” (1993) em Recife (PE) localizado na praça Padre Henrique.	29
Fotografia 2 - Embaixo na imagem as pedras são a “Calçada da Memória” (2020), em segundo plano o Monumento “Tortura Nunca Mais” (1993) e, em aço, mais ao fundo, o “Memorial Pessoas Imprescindíveis” [2010?].	30
Fotografia 3 - Monumento “ao Nunca Mais: homenagem à resistência e à luta pela anistia” (2014).	30
Fotografia 4 - Monumento “Calçada da Memória” (2020) logo após sua revitalização.	30
Imagens 5 e 6 - Na primeira foto, a sede do Coojornal nos anos 70 e, na segunda imagem, um <i>printscreen</i> dos prédios atualmente.	37
Imagem 7 - Postal do Monumento à Castelo Branco no Parque Moinhos de Vento em 1970.	38
Fotografia 8 - Memorial Pessoas Imprescindíveis em homenagem a Manoel Raimundo Soares, também conhecido por ser o caso “Mãos Amarradas”.	39
Fotografia 9 - Placa afixada na calçada da Av. Bento Gonçalves, 4592, onde se localizava o 18º Regimento de Infantaria, o local também é conhecido como “Cela do Boi Preto”.	41
Gráfico 1 - Divisão por temas das 36 experiências selecionadas do banco de dados da AICE	71
Imagem 10 - Mapa do Trajeto	92
Imagem 11 - Exemplo de um crachá utilizado pelos participantes do grupo de trabalho	94
Imagem 12 - Cartaz de divulgação do trajeto do dia 30/10/2021	95
Imagem 13 - Miniatura dos locais do trajeto	96
Fotografia 14 - Registro da última parada, na Esquina Democrática, no trajeto do dia 24/04/2022	97
Fotografia 15 - Registro da mediação na UFRGS, no trajeto do dia 04/12/2021	98
Fotografia 16 - Registro em frente ao Dopinha, no trajeto do dia 30/10//2021	99
Fotografia 17 - Registro do grupo no outro lado da rua em frente ao Dopinha, no trajeto do dia 30/10/2021	100
Fotografia 18 - Registro do grupo em frente ao Hospital Materno-Infantil Getúlio Vargas, no trajeto do dia 24/04//2022	101

Fotografia 19 - Fotografias da matéria veiculada no jornal Zero Hora, 04/02/2022.	111
Fotografias 20 e 21 - Registro do Honk! A primeira foto é o estandarte feito para o trajeto e a segunda foto com a autora realizando a mediação para o público sobre a Esquina Maldita	112
Quadro 1 - Cronograma do curso “Caminhos da Ditadura em Porto Alegre: Construindo um trajeto de memória na cidade”	145
Imagem 22 - Ilustração da fachada do Teatro Leopoldina	151
Imagem 23 - Ilustração da fachada do Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas	152
Imagem 24 - Ilustração da fachada do Dopinha.	158
Imagem 25 - Ilustração da fachada do prédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS	160
Imagem 26 - Ilustração da Esquina Maldita	162
Imagem 27 - Ilustração da fachada da Loja Masson, atual Loja Marisa.	164
Imagem 28 - Ilustração da Esquina Democrática	166

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
2. DESENVOLVIMENTO I	21
a. Ditadura, patrimônio e cidade	21
<i>i. Como contar a história da ditadura civil-militar brasileira a partir da cidade?</i>	21
<i>ii. Marcas da ditadura nas cidades brasileiras: Patrimônio, Homenagens e Monumentos</i>	26
<i>iii. A memória, a história e o patrimônio da ditadura civil-militar em Porto Alegre</i>	32
b. Educação em direitos humanos	41
<i>i. Histórico de legislações em Educação em Direitos Humanos no Brasil</i>	41
<i>ii. Direito à memória e à verdade como parte da educação em direitos humanos</i>	49
<i>iii. Iniciativas de educação em direitos humanos sobre a ditadura a partir da cidade/patrimônio na América Latina</i>	53
c. Cidade educadora, patrimônio e educação em direitos humanos	60
<i>i. O que é uma cidade educadora?</i>	60
<i>ii. Cidade educadora e o ensino sobre o passado</i>	69
d. Caminhos da Ditadura em Porto Alegre	74
3. DESENVOLVIMENTO II	79
a. Uma dissertação no campo da História Pública	79
<i>i. Debates sobre campo da História Pública</i>	79
<i>ii. Iniciativas de trajetos sobre patrimônio em Porto Alegre</i>	83
<i>iii. Construir um trajeto de memória coletivamente</i>	85
b. Construção do trajeto a partir do Grupo de Trabalho	87
c. O trajeto Caminhos da Ditadura em PoA criado pelo grupo de trabalho	96
<i>i. A aplicação do trajeto</i>	96
<i>ii. Análise das respostas nos formulários</i>	101
<i>iii. Erros, dificuldades e perspectivas futuras</i>	110
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
<i>a. Artigos, Livros e Trabalhos Acadêmicos</i>	121
<i>b. Legislação, Relatórios e Documentos Oficiais</i>	127
6. ANEXOS	129
<i>ANEXO I - Análise qualitativa individual dos 36 relatos de experiência selecionados</i>	129
<i>ANEXO II - Formulário aplicado aos participantes do trajeto</i>	143
<i>ANEXO III - Quadro 1 - Cronograma do curso “Caminhos da Ditadura em Porto Alegre: Construindo um trajeto de memória na cidade”</i>	145
<i>ANEXO IV - Formulário de inscrição do curso</i>	147
<i>ANEXO V - Mediações</i>	148

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Afinal, pode a cidade educar? Acredito que o primeiro passo para a mudança em compreender a cidade como território educativo começa com algo simples: educar o nosso olhar sobre o mundo. Estar em conexão com a cidade requer observá-la no tempo presente e imaginá-la no passado e no futuro. Isto é, constantemente nos questionarmos: o que a cidade pode oferecer para seus habitantes? O que ainda falta? O que é excesso? O que não existe mais aqui? O que aconteceu neste local? Essas são perguntas que qualquer cidadão faz vivendo na cidade e observando os lugares.

Vivemos a cidade diariamente, talvez por isso possa ser algo complexo vivê-la com este olhar atento. No entanto, é extremamente necessário, pois viver e pertencer à cidade faz parte da cidadania. Este conceito condiz com a ação política de transformação de realidades sociais no intuito de ampliação e defesa de direitos e deveres coletivos (SILVA & SILVA, 2010), portanto, isso nada mais é do que observar a realidade para transformá-la.

Assim, em um sentido freireano de práxis - isto é, “reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 2016, p. 56) - estamos refletindo sobre a cidade o tempo inteiro, mesmo que de forma inconsciente, sobretudo no que ela poderia oferecer para nós que a vivemos. No entanto, na capacidade de ação para transformá-la ainda dependemos muito do poder público e de iniciativas de grandes empresas privadas. Essa dissertação, por mais que tenha um enfoque em fomentar o conhecimento sobre memória, história e patrimônio da ditadura de 1964-1985 em Porto Alegre, também realiza a proposição de práxis sobre o território urbano como um todo, pensando este como um território educativo.

Neste sentido, a educação através dos espaços da cidade precisa ser comprometida com os direitos humanos, ou seja, perceber todos os sujeitos como possuidores de direitos sociais, políticos e civis e não só algumas pessoas enquadradas em padrões de raça, classe, gênero, sexualidade e geração. Desse modo, considerando a educação como um direito social¹, é imprescindível que ela chegue para todos, haja vista que não existe local mais potencialmente democrático para isso do que a cidade, mesmo com todos os desafios de fazer realidade o direito à ela². Assim, torna-se potente um ensino sobre ditadura a partir dos

¹ Conforme o artigo 6º da Constituição (1988) “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

² “O direito à cidade é um direito difuso e coletivo, de natureza indivisível, de que são titulares todos os habitantes da cidade, das gerações presentes e futuras. Direito de habitar, usar e participar da produção de cidades justas, inclusivas, democráticas e sustentáveis. A interpretação do direito à cidade deve ocorrer à luz da garantia e da promoção dos direitos humanos, compreendendo os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais reconhecidos internacionalmente a todos.” (AMANAJÁS & KLUG, 2018, p. 29)

espaços urbanos, que exprimem memórias latentes ou ocultas sobre o período, pois somos levados a refletir, quando treinamos esse olhar para com a cidade e o tema, sobre violação dos direitos humanos perpetrados pelo Estado durante o regime ditatorial e no presente.

Neste cenário, se insere a concepção de “andarilhos da utopia”, que provém da história de vida de Paulo Freire. Andarilhagem é um conceito que capta o devir humano no eterno estar entre idas e vindas seja porque querem, creem, precisam ou devem (BRANDÃO, 2010). A utopia (*u* = negação + *topos* = lugar = lugar nenhum), por sua vez, analisada pela ótica da utopia concreta, é a forma da esperança crítica. Assim, é um lugar (*topos*) de trabalho no presente orientado para um futuro melhor (FREITAS, 2010). Em suma, isso significa “andarilhar” o território urbano, com o olhar nos direitos humanos e na utopia, no sentido de transformá-lo em um lugar mais inclusivo para todos.

Os lugares ligados à ditadura estão compreendidos em uma concepção de memórias subterrâneas (POLLAK, 1989), por se enquadrarem em um tema sensível e muito recente da história brasileira que, mesmo pertencente à história oficial, ainda não é tratado de forma profunda pela sociedade brasileira, sobretudo quando falamos de espaços de memória. Nesse sentido, a ditadura marcou a cidade de Porto Alegre de diversas formas, seja por espaços que não existem mais (caso do Quartel localizado na atual Praça Raul Pilla, no centro de Porto Alegre), seja por lugares em que ações importantes aconteceram (caso da frente da Loja Masson na Rua da Praia, atual Marisa, ponto de encontro do Grupo Palmares, coletivo negro que pautou o 20 de novembro como dia da Consciência Negra), ou seja, também, por monumentos (caso do Monumento à Castelo Branco no Parque Moinhos de Vento). Algumas dessas marcas são invisíveis para os cidadãos, por isso defendo que não apenas o/a historiador/a precisa assumir um papel de “lembrete” (BURKE, 2000, p. 89), ou seja, realizar a tarefa de lembrar às pessoas o que elas gostariam de ter esquecido, mas que toda a sociedade se aproprie dessas memórias em um sentido de educação para o “Nunca Mais” (ARAÚJO, 2004)³.

A ferramenta que orienta, então, esse mapeamento de lugares na cidade é o mapa digital Caminhos da Ditadura em Porto Alegre⁴, que, até o momento, possui mais de 200 locais ligados à resistência e à repressão na capital gaúcha levantados. Este mapeamento acontece desde 2016, desenvolvido por mim no âmbito de uma disciplina da graduação em

³ “A expressão ‘educar para el nunca más’ foi cunhada no contexto das ditaduras militares latino-americanas, mas que pode ser usada no contexto do pós-guerra. Nascida com o objetivo de sublinhar a importância da construção de uma memória coletiva na constituição dessa cultura de paz, estabelece uma relação entre a história – em sua função de (des)construir memórias – e a educação em direitos humanos.” (ARAÚJO, 2004, s.p.)

⁴ Mapa disponível em <https://www.ufrgs.br/caminhosdaditaduraempuertoalegre/> Acesso em 03/03/2022

História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e que se estendeu como tema do meu trabalho de conclusão de curso. Desde o início o Caminhos da Ditadura como projeto teve o intuito de criar entre universidade e comunidade um espaço de diálogo, seja como ferramenta digital de ensino na educação básica, seja como o trajeto de memória que veremos nesta dissertação.

Os recentes debates sobre as intervenções em monumentos do espaço urbano⁵ estão intimamente conectados com a cidadania e o pertencimento à cidade. Isto é, a cidadania é incompleta quando não podemos escolher quem é retratado nos espaços públicos e qual(is) narrativa(s) da história nos representa(m) enquanto indivíduos e coletivo. Neste sentido, compreendo que as homenagens públicas - em forma de estátua, nomes de ruas/escolas, etc. - deveriam ser símbolos daquilo que representa os preceitos do Estado Democrático de Direito. Diante disso, percebo que existe uma urgente demanda social pela ressignificação dos espaços públicos da cidade e uma necessidade de transformação coletiva democrática dos mesmos. No entanto, este é um grande desafio, afinal, durante o tempo de produção desta pesquisa, as políticas municipais de Porto Alegre privilegiam propostas privadas em espaços públicos, conforme ideais neoliberalistas, ou seja, que condicionam a cidadania ao consumo e que buscam uma cidade encampada pela iniciativa privada em detrimento de determinadas memórias e histórias que compõem o território urbano, isto é, quando há uma política de memória ela favorece a elite política e econômica.

Então, pode-se dizer que há políticas públicas de esquecimento, como formulado por Johann Michel (2010). Isto é, um tipo de esquecimento-manipulação que “trata-se de um procedimento ativo e voluntário, por vezes estruturado, de esquecimento diretamente imputável aos atores públicos encarregados de elaborar e transmitir a memória pública oficial” (p. 18). Isso acontece na cidade de Porto Alegre, principalmente com determinados passados e grupos sociais, haja vista o próprio desmantelamento do projeto Territórios Negros⁶, a partir de 2017 na gestão de Nelson Marchezan Jr. (PSDB). A partir desse cenário,

⁵ Desde 2013, já ocorriam manifestações em torno dos monumentos, no entanto, no primeiro semestre de 2020, as manifestações que se iniciaram nos Estados Unidos sobretudo por conta do assassinato de George Floyd, homem negro estadunidense, vítima da violência policial no dia 25/05/2020, fortaleceram e ampliaram este debate sobre as representações em monumentos. O movimento *Black Lives Matter* tomou a frente nas manifestações estadunidenses e denunciou o caso de racismo pela polícia, bem como tantos outros que ocorreram no país nos últimos anos. Assim, o debate social também perpassou pelos monumentos que estavam relacionados com a história colonial e o racismo, realizando intervenções nos mesmos.

⁶ Territórios Negros foi desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação, com parceria da Companhia Carris (empresa pública que cedeu ônibus), e da coordenação política da Secretaria Adjunta do Povo Negro e da Empresa de Processamento de Dados de Porto Alegre (Procempa). É um roteiro cultural criado em 2008 que apresenta os locais da cidade vinculados à história da população negra desde os tempos da escravidão até o presente.

torna-se ainda mais necessário concebermos o conhecimento do passado como um direito social e político dos indivíduos, o qual precisa ser defendido e preservado no ensino de história e na história pública para ser ampliado para todos.

Outra esfera dessa pesquisa, no sentido de perceber o território como espaço educativo, chegamos no conceito de Cidade Educadora. Porto Alegre faz parte da Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE). Fundada em 1994, a AICE é uma associação orientada pela Carta das Cidades Educadoras com diversos princípios educativos a serem desenvolvidos nas cidades membro, e relaciona o direito à cidade aos direitos humanos ao buscar o pertencimento de todos os cidadãos ao espaço urbano. Porto Alegre ingressou na AICE em 2001, sendo este um contexto municipal da cidade orientado pelos princípios da administração popular na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT). Um dos exemplos de uma prática de cidade educadora no contexto porto-alegrense iniciada em 1989, foi o Orçamento Participativo (OP), em que a população decidia como e onde aplicar a verba da prefeitura⁷. Veremos adiante como este sentido foi modificado pela gestão municipal (TOLEDO & FLORES & CONZATTI (Orgs.), 2004).

Dessa forma, o *tema* da pesquisa é a educação em direitos humanos sobre a ditadura em Porto Alegre, por meio dos lugares de memória levantados pelo mapa digital Caminhos da Ditadura em Porto Alegre. O *problema de pesquisa* é como os espaços da cidade, vinculados à ditadura em Porto Alegre, podem fomentar a educação em direitos humanos?

Os *objetivos gerais* da pesquisa são (a) Contribuir para os estudos do campo da educação em direitos humanos na área da História; (b) Reconhecer a importância entre os espaços de memória da ditadura civil-militar brasileira na cidade e seus potenciais pedagógicos em História; (c) Relacionar o campo da História Pública a uma educação na/pela/com a cidade; (d) Aplicar outras formas de utilizar o mapa Caminhos da Ditadura em Porto Alegre. *Objetivos específicos* (a) Produzir coletivamente um trajeto de memória sobre a ditadura civil-militar na capital gaúcha, a partir de uma perspectiva dos direitos humanos, tendo como base o mapa digital Caminhos da Ditadura em Porto Alegre; (b) Identificar e analisar projetos sobre patrimônio, memória, direitos humanos no banco de dados da Associação Internacional de Cidades Educadoras;

Frente ao que foi exposto, a *metodologia* está dividida em dois grandes escopos. Em primeiro plano, no que concerne à questão das experiências sobre educação em direitos

⁷ Por mais que o OP não tenha sido extinto completamente, a partir de 2005, com o fim das gestões municipais consecutivas do Partido dos Trabalhadores (PT), este instrumento foi, ao longo dos anos, enfraquecido. Nos últimos anos, a verba destinada ao Orçamento Participativo é escassa e impede que grandes avanços sejam realizados na cidade com a participação da comunidade.

humanos, patrimônio e memória, foi desenvolvido um mapeamento através do *site* do banco de experiências da Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE)⁸. Ao todo são 522 relatos no acervo, dos quais serão separadas as experiências que se relacionam à temáticas mencionadas anteriormente. Importante mencionar que na pesquisa de termos “ditadura/*dictadura/dictatorship/dictature*”, não foi encontrada nenhuma experiência, por isso a ampliação dos conceitos de pesquisa no banco de experiências. Com esse mapeamento, temos uma amostra quantitativa e qualitativa das experiências que serviu tanto como forma de análise do próprio banco quanto como de inspiração para o segundo momento da pesquisa que descrevo no próximo parágrafo.

Em segundo plano, no que se refere à questão da construção e aplicação do trajeto de memória, foi desenvolvido, por meio da criação de um grupo de trabalho, o trajeto de memória baseado no mapa digital Caminhos da Ditadura em Porto Alegre. A seleção de pessoas foi feita através de uma inscrição em uma plataforma de eventos, os interessados enviaram uma carta de intenção sobre sua participação no projeto. Cada uma dessas cartas foi lida, e o grupo foi montado a partir da proximidade da pessoa com o tema, do seu interesse e sua trajetória acadêmica e profissional. No intuito de ser um projeto plural, foi fundamental considerar formar um grupo multidisciplinar e aberto à comunidade interessada na temática da educação em direitos humanos. Este grupo reuniu-se semanalmente, primeiramente para realizar leituras e debater sobre as temáticas da ditadura civil-militar brasileira, patrimônio, cidade, direitos humanos e história pública; e, em segundo lugar, a partir da base deste conhecimento, elaborar o trajeto de memória. As mediações do trajeto foram inspiradas no mapa digital Caminhos da Ditadura, mas os mediadores de cada local também realizaram suas pesquisas para complementar e aprofundar informações. Por fim, a última metodologia foram as aplicações de questionários para os participantes do trajeto de memória. Esta metodologia serviu para compreender como as pessoas receberam as informações do trajeto de memória e o público interessado nesta proposta.

Essa metodologia de construção do trajeto está ancorada no princípio da pesquisa-ação de Boaventura de Sousa Santos (2008), que busca uma execução participativa de projetos de pesquisa que tem como intenção oferecer a oportunidade de envolver a comunidade na resolução de problemas e ser agente na construção e participação dos benefícios da pesquisa. Neste sentido, os interesses sociais estão articulados com os científicos, pois está “estritamente ligada à satisfação de necessidades dos grupos sociais que não têm poder para

⁸ Disponível em <https://www.edcities.org/pt/banco-de-experiencias/> Acesso 03/08/2020.

pôr o conhecimento técnico e especializado ao seu serviço pela via mercantil” (SANTOS, 2008, p. 68). Na perspectiva da História Pública, o conceito de pesquisa-ação também faz parte do pensar deste campo que abriga esse modo de produzir conhecimento histórico, segundo Ricardo Santhiago (2016). Ademais, nesta concepção pelo autor, essa pesquisa está inserida na categoria da história feita *com* o público, isto é, uma história colaborativa em que a autoridade sobre o projeto é compartilhada.

A perspectiva freireana orienta esta pesquisa como um todo, no sentido de que a transformação social da realidade só pode ser feita na medida em que conhecemos e analisamos criticamente o que existe a partir do nosso entorno. Assim, a cidade não é algo dado, mas uma construção social com escolhas em nível público e particular passíveis de problematização por parte dos cidadãos. Desse modo, os ideais de educação libertadora conceituados por Paulo Freire (2016) são aplicados não só no ambiente escolar, mas no território urbano, principalmente sob o enfoque das cidades educadoras. Por fim, a práxis, o *ad-mirar*⁹ e a andarilhagem são conceitos que permeiam esta pesquisa não apenas do ponto de vista teórico, como também do metodológico. Ser andarilho da utopia na própria cidade, esta é a concepção do Caminhos da Ditadura em Porto Alegre.

Como forma de compreender o campo de pesquisas brasileiro nas temáticas que atravessam essa dissertação foi realizada uma busca no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Neste sentido, foram levantados 75 resultados com a palavra-chave “cidade educadora”. De modo geral, os trabalhos sobre cidade educadora localizam-se nas áreas do conhecimento da Educação (44 resultados), Educação e Novas Tecnologias (6 resultados) e da Geografia (3 resultados). Somente foi encontrado uma pesquisa na área do Ensino de História intitulada “Educação de Jovens e Adultos em uma Cidade Educadora: O uso do paradidático em quadrinhos no ensino de história local” (2020) de Aurino Francisco do Nascimento Júnior. Em uma análise pelos títulos desses setenta e cinco resultados, é possível observar que as pesquisas se relacionam com as políticas educacionais em cidades específicas principalmente pensando a ação docente na/com a urbe sobretudo nas relações dos sujeitos em idade escolar com a cidade e quais as práticas educativas que abordam o território urbano dos/as professores/as. Por fim, dos anos de defesa das teses e dissertações, foram 9 resultados para 2020, 8 resultados para 2021, 7

⁹ “A ad-miração é uma operação eminentemente humana, na medida em que tomando distância do não-eu podemos aproximar-nos curiosamente dele, para compreendê-lo, para descobri-lo, desocultá-lo.” (ESCOBAR, 2010, p. 24).

resultados para 2006, 5 resultados para 2016 e 4 resultados para 2004. Existe, portanto, uma tendência nos últimos anos em pesquisas que tratam da temática das cidades educadoras.

Em outra busca realizada no catálogo de teses e dissertações da CAPES, dessa vez com a palavra-chave “educação em direitos humanos” foram encontrados 547 resultados, aplicando o filtro de nome do programa e selecionando as opções "História" e "Ensino de História" apareceram 7 resultados. Destes, somente quatro se relacionavam com o tema desta dissertação foram defendidos entre os anos de 2019-2021, no Mestrado Profissional em Ensino de História nos estados do Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Destaco o trabalho de Vinicius Ávila da Silva intitulado “Trilhas da ditadura civil-militar na cidade do Rio de Janeiro: roteiro para Educação em Direitos Humanos” (2019) que apresenta, além de oficinas temáticas, um trajeto no centro do Rio de Janeiro com os lugares de memória ligados à ditadura civil-militar. Deve-se destacar que este é o trabalho com mais semelhanças com o que desenvolvemos nesta dissertação, pois assume também os debates sobre direitos humanos, lugares da cidade, ensino de história e cidade educadora. A diferença é que o professor-pesquisador apresentou um trajeto já traçado e voltou-se ainda para um público da educação básica e superior.

Há outras pesquisas que abordam a relação entre educação patrimonial, ditadura civil-militar e os lugares da cidade. É importante ressaltar que a sua grande maioria foi publicada recentemente, entre os anos de 2015 e 2018, mostrando, assim, a novidade do tema nas pesquisas acadêmicas. Ainda, como veremos a seguir, a maioria dos trabalhos não desenvolve proposta de trajetos de memória, mas trata sobre os lugares de memória da ditadura civil-militar brasileira.

No artigo de Patrícia Ferreira de Souza Lima e Diego Grossi (2018), o enfoque é na cidade de Petrópolis (Rio de Janeiro), aqui há uma proposição de trajeto de memória realizado em parceria do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) e a Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis. Foram oito espaços utilizados no trajeto para o evento da II Semana da Memória, Verdade e Justiça. Assim, essa iniciativa se assemelha à proposta do Caminhos da Ditadura em desenvolver um trajeto de memória. Sobre o Rio de Janeiro, o artigo de Joana Ferraz e Carolina Scarpelli (2008) trata de forma teórica sobre os lugares de memória da ditadura na capital fluminense, lançando principalmente os questionamentos sobre patrimônio e suas disputas, utilizando também o conceito de territórios de memória (CATELA, 2001). Em escrita posterior, Joana Ferraz e Lucas Campos (2018), abordam também a cidade do Rio de Janeiro e os lugares ligados à ditadura, seguindo os apontamentos do texto anterior.

Por sua vez, o artigo de Icléia Thiesen e Priscila Cabral Almeida (2015) versa sobre um lugar de memória pertencente ao episódio da Guerrilha do Araguaia. Na região do Bico do Papagaio, mais especificamente na cidade de Marabá, o local conhecido como Casa Azul abrigou um centro clandestino de tortura. Neste estudo, as pesquisadoras compreendem os lugares de memória como instrumentos da justiça de transição e que estão vinculados ao processo de reenquadramento da memória.

O artigo de Priscila Cabral Almeida e Rodrigo de Carvalho Oliveira (2019) voltou-se para os lugares de memória em Salvador, narrando também uma prática pedagógica por meio da fotografia com alunos do ensino superior e apresentando a dificuldade da patrimonialização desses espaços. Priscila Cabral Almeida possui trabalho de maior fôlego sobre o tema, na sua tese de doutorado em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas (2018), a pesquisadora trata sobre os processos de construção de memoriais em Salvador (Memorial da Resistência da Bahia, Casa Marighella e Forte do Barbalho).

Sobre São Paulo, temos o artigo de Juliana Marques do Nascimento (2018), propondo um levantamento sobre monumentos e espaços de memória na capital paulista. Em artigo de autoria de Elson Luiz Mattos Tavares da Silva (2016), o objeto de pesquisa reside em relacionar os lugares de memória no Brasil, em específico São Paulo, e Argentina, em especial a cidade de Córdoba, compreendendo estes inseridos em uma política de reparação em uma justiça de transição. Anaclara Antonini (2017), em dissertação apresentada no programa de pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP), mapeou cerca de 130 lugares ligados à ditadura na capital paulista e realiza uma análise sobre o caso das homenagens a Santo Dias da Silva, operário metalúrgico morto durante o regime ditatorial. Nestes trabalhos, no entanto, não são apresentadas propostas de trajeto de memória.

No artigo de Josué Patrocínio Junior e Eliézer de Oliveira (2017), são analisados os monumentos: aos Mortos e Desaparecidos na Luta Contra a Ditadura Militar (Goiânia), em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos (São Paulo) e o Tortura Nunca Mais (Recife) analisados sob o conceito de “estética da catástrofe” vinculando com as produções artísticas e as experiências de elaboração do trauma.

Para o caso de Porto Alegre, a pesquisa apresentada na dissertação de mestrado de Nadine Mello Pereira (2020) no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), possui enfoque no processo de reconhecimento do Dopinha, primeiro centro clandestino de violação aos direitos humanos no Brasil, enquanto

um lugar de memória no presente, denominado o novo lugar como Centro de Memória Ico Lisboa¹⁰.

Ainda no campo da educação patrimonial, mas tangenciando para o viés dos acervos em arquivos e o uso no ensino de história, temos produções que apresentam a oficina “Resistência em Arquivo: Patrimônio, Ditadura e Direitos Humanos” criada pelo Programa de Educação Patrimonial, por meio da parceria do Arquivo Público do Estado e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O primeiro artigo trata sobre a criação e aplicação da oficina no âmbito do Arquivo Público, o texto é elaborado pelas servidoras do mesmo (ALVES & BRANDO & MENEZES, 2015). O segundo versa sobre a aplicação da oficina em turmas de Educação de Jovens e Adultos do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (MACHADO & ASSUMPCÃO, 2016).

Recentemente, também foi publicado o dossiê “Lugares de memória e de consciência na América Latina” na Revista Tempo, organizado pelas professoras Samantha Viz Quadrat e Izabel Pimentel da Silva. Neste volume, estão presentes artigos que tratam da Fortaleza de São José de Macapá no estado do Amapá (SILVA & CAMILO, 2021); do 1º BIB Barra Mansa no estado do Rio de Janeiro e da Casa Marighella na Bahia (ESTEVEZ & ALMEIDA, 2021); dos estádios de futebol criados durante a ditadura (MALAIA & FORTES, 2021); da Universidade Federal do Rio de Janeiro (QUEIROZ, 2021); e, por fim, dos lugares de memória no Uruguai (SCARAFFUNI, 2021).

No que se refere a organização desta dissertação, ela está dividida em duas partes. No primeiro desenvolvimento, foram realizadas reflexões sobre as políticas de memória da ditadura civil-militar brasileira através de sua contextualização, apresentando as marcas da ditadura em cidades brasileiras e, em seguida, especificamente sobre Porto Alegre. Logo depois, trato da educação em direitos humanos recuperando o histórico de legislações/políticas públicas no Brasil, para avançar no tema do direito à memória e à verdade como elemento da educação em direitos humanos e, enfim, mapear as iniciativas já existentes sobre ditadura a partir da cidade e patrimônio na América Latina. O terceiro capítulo, ainda neste primeiro desenvolvimento, discorre sobre a cidade educadora enquanto conceito e o quanto essa perspectiva se relaciona com o ensino sobre o passado, aqui é apresentado o levantamento realizado no banco de experiências da Associação Internacional

¹⁰Apelido de Luiz Eurico Tejera Lisbôa, importante membro da resistência à ditadura, iniciou sua militância em Porto Alegre. Foi preso em 1972 em São Paulo e desaparecido. Somente em 1979, seu corpo foi encontrado no Cemitério Dom Bosco, em Perus, São Paulo. Foi o primeiro desaparecido político a ser encontrado.

das Cidades Educadoras (AICE). Por fim, o quarto capítulo apresenta o surgimento, desenvolvimento e perspectivas futuras do Caminhos da Ditadura em Porto Alegre.

No segundo desenvolvimento, passamos para a pesquisa-ação, iniciando no primeiro capítulo com os debates sobre o campo da História Pública, que iniciativas existem sobre trajetos de patrimônio/memória em Porto Alegre, e encerro com todos os elementos pré-constituição do grupo de trabalho que criou o trajeto de memória Caminhos da Ditadura em Porto Alegre. No segundo capítulo, foram explorados todos os encontros e debates realizados pelo grupo de trabalho até a montagem final do nosso percurso. Por fim, o terceiro capítulo deste segundo desenvolvimento contou com a análise da aplicação do trajeto de memória e avaliação das respostas dos formulários dos participantes da atividade. Além disso, escrevo um tópico que conta sobre os erros, dificuldades e perspectivas futuras para o Caminhos da Ditadura em Porto Alegre.

À luz do que foi exposto neste momento inicial, espero que esta dissertação possa colaborar com os debates públicos e acadêmicos sobre a ditadura civil-militar brasileira, história pública, educação em direitos humanos, patrimônio e memória. Um tema sensível como o período abarcado aqui, com marcas tão presentes no nosso cotidiano, certamente incumbe em um desafio. Espero que essa pesquisa também auxilie nos trabalhos contínuos dessa justiça de transição e nosso processo coletivo de lidar com o passado.

2. DESENVOLVIMENTO I

a. Ditadura, patrimônio e cidade

i. Como contar a história da ditadura civil-militar brasileira a partir da cidade?

A ad-miração é uma operação eminentemente humana, na medida em que tomando distância do não-eu podemos aproximar-nos curiosamente dele, para compreendê-lo, para descobri-lo, desocultá-lo. Miguel Escobar Guerrero

No início de 2020, acompanhamos o caso do assassinato de George Floyd e seus desdobramentos nas marchas de um dos movimentos civis mais importantes da atualidade, *Black Lives Matter*. Nestas manifestações, em diversas partes do mundo, ocorreram intervenções em monumentos que simbolizam relações de poder atravessadas pelo racismo e pelo colonialismo. O amplo debate que seguiu com a derrubada de estátuas está intimamente ligado ao sentimento de não-pertencimento da população sobre o que é escolhido pelas instituições como o que deve ser valorizado e digno de transformar-se em monumento. Conforme a pedagogia de Paulo Freire, exposta na epígrafe selecionada para esse tópico, a ação de ad-mirar (*ad* = direção; *mirari* = ver), também envolve essas tensões que a cidade como campo/lugar favorece entre eu/indivíduo/privado e o nós/coletivo/público. A cidade fomenta o ad-mirar: seus lugares, os seres que a habitam e suas mudanças. Enquanto grupo estamos constantemente mudando a cidade para atender as demandas do presente, então, por que não re-pensar e ad-mirar o espaço destinado ao passado na urbe? Sendo possível ad-mirar o passado a partir das marcas visíveis e ocultas da cidade, ou seja, tomando distância do eu no presente e nos aproximando do não-eu do passado, somos capazes de compreender as razões que indivíduos partiram para a repressão ou para a resistência durante a ditadura civil-militar brasileira. É um ato de imaginação, um salto no tempo que os lugares da cidade proporcionam, daí a importância de seu re-conhecimento e preservação.

Neste escopo, cabe o questionamento de quanto o poder público no período pós-ditadura (1985 até hoje) se preocupa ou se preocupou em desenvolver políticas públicas no Brasil sobre os lugares de memória ligados ao período ditatorial brasileiro. A proposta deste tópico é realizar um breve histórico sobre as políticas de memória pós-ditadura de 1964 para compreender como aparecem as medidas em relação aos lugares de memória do período¹¹.

¹¹ O artigo de Fernanda Ferreira Pradal, “Políticas de Memória sobre a Ditadura Militar: Marco jurídico institucional e processo político no Rio de Janeiro” (2016), foi fundamental nessa compilação que faço a seguir.

A primeira lei que gerou um impacto positivo na constituição da memória, verdade e justiça sobre a ditadura foi a Lei de Arquivos (8.159/1991)¹² no governo de Fernando Collor. Em que seu artigo primeiro trata que é “dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”. Isto é, o resguardo de documentos favorece uma política de memória, sem eles não teria sido possível, por exemplo, os diversos processos de indenização protocolados pelos familiares de mortos e desaparecidos e pelas vítimas sobreviventes.

Aprovada no governo de Fernando Henrique Cardoso, a lei 9.140/1995¹³ foi a primeira em nível federal que versava sobre o período após o fim da ditadura civil-militar. Ela aborda o reconhecimento de pessoas desaparecidas e mortas durante o período e institui a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos (CEMDP), também aponta para a busca pela localização dos corpos desaparecidos e a indenização dos familiares. Mesmo não sendo uma legislação voltada para o patrimônio ou espaços de memória físicos sobre o período, realizou um importante levantamento de lugares ligados à repressão ao longo de seus trabalhos, como veremos mais adiante.

Em 2002, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi aprovada a lei 10.559¹⁴ que trata dos anistiados políticos e da criação da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, que, novamente, apresenta ações de memória sobre a ditadura, como a reparação econômica, no entanto, não há menções aos lugares que se relacionam ao período nesta lei em específico, o que veremos que é modificado com a portaria abaixo.

Na portaria nº 1.797/2007¹⁵, no artigo 17, sobre o regimento interno da Comissão da Anistia, exprime que “à Comissão de Anistia cabe organizar e guardar o conjunto de requerimentos e documentos nela protocolizados, tendo em vista a preservação do acervo da anistia e em benefício da memória do país”. Este é o primeiro documento oficial federal que utiliza o termo “memória” vinculado com o período ditatorial brasileiro de 1964. Mesmo que a legislação em si não trate sobre os lugares em específico, ocorre a criação do Programa Marcas da Memória por parte da Comissão da Anistia, que contemplou projetos como Trilhas

¹² Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm acesso em 29/07/2022.

¹³ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140.htm acesso em 08/02/2022.

¹⁴ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10559.htm acesso em 08/02/2022.

¹⁵ Disponível em <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/1852> acesso em 08/02/2022.

da Anistia e Lugares de Memória no Cone Sul¹⁶, os veremos mais detalhadamente no próximo tópico.

Em 2013, no mandato de Dilma Rousseff, a partir do decreto nº 8.031¹⁷, em específico o artigo 7º, os trabalhos da Comissão da Anistia inseriram também a implementação do Memorial da Anistia Política do Brasil:

- I - examinar os requerimentos de anistia política e assessorar o Ministro de Estado da Justiça em suas decisões, nos termos da Lei no 10.559, de 13 de novembro de 2002;
- II - implementar e manter o Memorial de Anistia Política do Brasil e seu acervo; e
- III - formular e promover ações e projetos sobre reparação e memória, sem prejuízo das competências de outros órgãos. (BRASIL, 2013, sem paginação)

Assim, este é o primeiro que iria instituir, por meio do governo federal, um espaço vinculado à história e à memória da ditadura civil-militar brasileira.

Em 2009, foi publicado o Programa Nacional de Direitos Humanos III (PNDH III), que pela primeira vez neste documento são citadas diretrizes específicas para a memória sobre a ditadura, ou seja, as versões de 1996 (PNDH I) e 2002 (PNDH II) não desenvolvem proposições sobre o período. Em específico, sobre os lugares de memória da ditadura, no PNDH III, na diretriz 24, objetivo estratégico I, constam as seguintes ações programáticas:

- a) Disponibilizar linhas de financiamento para a criação de centros de memória sobre a repressão política, em todos os estados, com projetos de valorização da história cultural e de socialização do conhecimento por diversos meios de difusão;
- (...) c) Identificar e sinalizar locais públicos que serviram à repressão ditatorial, bem como locais onde foram ocultados corpos e restos mortais de perseguidos políticos;
- d) criar e manter museus, memoriais e centros de documentação sobre a resistência à ditadura; (BRASIL, 2009, p.175 e 176)

Ademais, na diretriz 25, objetivo estratégico I, o assunto também aparece na ação programática C: “Propor legislação de abrangência nacional proibindo que logradouros, atos e próprios nacionais e prédios públicos recebam nomes de pessoas que praticaram crimes de lesa-humanidade, bem como determinar a alteração de nomes que já tenham sido atribuídos.” (BRASIL, 2009, p. 177). O PNDH III, então, avança com a política de memória da ditadura sobre os lugares, pois aponta a importância de preservação e difusão no país inteiro sobre os locais que tiveram relação com a repressão e a resistência¹⁸.

¹⁶ Transformado em um documentário “Uma dor suspensa no tempo: Caminhos da memória na América Latina” disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=i9Hg9mJqK2c> acesso em 29/07/2022.

¹⁷ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/decreto/D8031.htm#textoimpressao acesso em 08/02/2022.

¹⁸ Para uma análise dos avanços e desafios da implementação do PNDH III, sugiro a leitura do “Relatório Final de Avaliação Nacional Sobre a Implementação da Terceira Fase do Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos (2015-2019)” (2020) produzido pela Assessoria Especial de Assuntos Internacionais, disponível em https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/atuacao-internacional/relatorios-internacionais-1/PMEDH_pos_consulta_28.04.pdf acesso em 30/07/2022.

A instituição da Comissão Nacional da Verdade, criada pela lei nº 12.528 de 2011, e que teve seus trabalhos concluídos em 2014 com a apresentação do relatório final, obtivemos um olhar nacional sobre uma “política” específica de memória nacional sobre a ditadura civil-militar brasileira. Na recomendação 28, sobre a preservação da memória das graves violações de direitos humanos, consta que

Devem ser adotadas medidas para preservação da memória das graves violações de direitos humanos ocorridas no período investigado pela CNV e, principalmente, da memória de todas as pessoas que foram vítimas dessas violações. Essas medidas devem ter por objetivo, entre outros: a) preservar, restaurar e promover o tombamento ou a criação de marcas de memória em imóveis urbanos ou rurais onde ocorreram graves violações de direitos humanos; b) instituir e instalar, em Brasília, um Museu da Memória. (BRASIL, 2014)

No que se refere o Rio Grande do Sul, recorte espacial do desenvolvimento dessa intervenção, ocorreu a entrega do relatório da Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul (CEV/RS)¹⁹ em 2014; O qual apresenta, em suas recomendações finais, apontamentos sobre os lugares ligados à ditadura civil-militar:

(ii) relativamente às leis e instituições do país:
(...) - instituição de política pública de sítios de memória, em nível federal e estadual, com a identificação e o tombamento de imóveis utilizados, como centros de repressão ou locais de detenção, durante o período ditatorial, visando ao seu futuro aproveitamento como memoriais ou museus, inclusive com a adoção das medidas necessárias à sua recuperação e/ou restauração. (RIO GRANDE DO SUL, 2014, sem paginação)

Este relatório foi destinado e entregue à União no intuito de contribuir com os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade por meio da qual podemos notar de fato a semelhança nas recomendações sobre a temática dos lugares.

No Rio Grande do Sul, foi produzido em 2017 um relatório final²⁰ pela Comissão de Direitos Humanos no âmbito da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça da Assembleia Legislativa, que apresenta também algumas recomendações sobre os locais vinculados com o período ditatorial no estado:

4.2.12 Sítios de memória, em âmbito federal, estadual e municipal Instituição de uma política pública de criação de sítios de memória [dos crimes da ditadura], em nível federal, estadual e municipal, com a identificação e o tombamento de imóveis utilizados como centros de repressão, ou locais de detenção durante o período ditatorial, que passariam a ser aproveitados como memoriais ou museus, inclusive com a adoção das medidas necessárias à sua recuperação e/ou restauração. Aqui se insere a urgência para se ultimar a desapropriação do “Dopinha”, localizado em Porto Alegre, na Rua Santo Antônio, nº 600, local de tortura no Estado do Rio Grande do Sul. Desapropriado, poderá servir como memorial, como já ocorrem em

¹⁹ O decreto nº 49.380/2012 que instituiu a CEV/RS, está disponível em <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2049.380.pdf> acesso em 10/02/2022.

²⁰ A versão resumida do relatório está disponível em http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp_m505/ccdh/Relat%C3%B3rio%20Subcomissao%20Verdade.%20Mem%C3%B3ria%20e%20Justi%C3%A7a.pdf acesso em 10/02/2022.

outros países da América Latina, especialmente Argentina e Chile, onde há espaços para recordar os mortos e desaparecidos, deixados pelos regimes ditatoriais.

4.2.13 Retirar homenagens a pessoas que tenham sido direta ou indiretamente responsáveis por violações de direitos humanos Importante, dentro deste quadro de reformas, que as homenagens a ditadores, funcionários públicos e torturadores, direta ou indiretamente ligados à prática de violações de direitos humanos ocorridas no Brasil, sejam retiradas.

4.2.14 Homenagear vítimas diretas da ditadura militar em ruas, escolas, logradouros e bairros e no interior de órgãos públicos Por fim, que as pessoas assassinadas pela Ditadura Militar sejam lembradas por meio de homenagens com a nomeação de ruas, logradouros, escolas, bairros e no interior de órgãos públicos, como forma de preservar a memória daqueles que pereceram lutando contra o regime de exceção (de 1964 a 1985). (RIO GRANDE DO SUL, 2017, p. 114 e 115)

As recomendações apresentadas tanto no relatório da subcomissão quanto no da CEV/RS são semelhantes, sendo a do primeiro um pouco mais específica nas proposições. É interessante observar também a orientação para que seja desapropriado o “Dopinha” (falaremos mais sobre este local ao longo da dissertação) e transformado em memorial com intuito de “recordar os mortos e desaparecidos”.

Neste sentido, compreendo que as homenagens públicas necessitam estar de acordo com o Estado Democrático de Direito e que estejam respeitando os mais diversos grupos presentes na sociedade. Percebo que existe uma urgente demanda social pela ressignificação dos espaços públicos da cidade e uma necessidade de transformação coletiva democrática deles. Como já tratado, a cidadania é incompleta quando não se tem direito de escolha sobre os espaços públicos e as narrativas são criadas/reforçadas nestes lugares a partir daqueles que detém o poder político, econômico e social para tal. Percebemos que a legislação em torno da memória da ditadura avançou nos períodos da redemocratização, conforme apresentado neste tópico.

No entanto, cabe destacar os retrocessos ocorridos no governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), principalmente quanto à salvaguarda de documentos por parte do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos chefiado por Damares Alves, que buscou se desfazer de cerca de 17 mil documentos que fazem parte do acervo de memória da ditadura produzido tanto pela Comissão de Anistia quanto pela Comissão Nacional da Verdade²¹. Além disso, o Memorial da Anistia Política do Brasil não foi construído e, em 2019, segundo a ministra Damares Alves, a obra seria cancelada²². O decreto de implementação também foi revogado

²¹ Conforme veiculado em notícia de 19/09/2022 no Blog do Noblat. Disponível em <https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/governo-se-desfaz-de-17-mil-de-obras-do-acervo-da-memoria-da-ditadura> Acesso em 03/11/2022

²² Notícia veiculada na Agência Brasil em 13/08/2019 “Damares diz que governo cancelará construção do Memorial da Anistia” disponível em <https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2019-08/damares-diz-que-governo-cancelara-construcao-do-memorial-da-anistia> acesso em 08/02/2022.

no governo de Jair Messias Bolsonaro (nº 10.223/2020). Outro caso apresentado anteriormente, o Museu da Memória em Brasília, não teve nenhuma obra iniciada e nem notícias sobre o assunto. Esse tipo de ação de apagamento material-físico é uma das muitas formas com que o governo Bolsonaro (2018 - 2022) tratou a memória da ditadura civil-militar brasileira.

Por fim, é fundamental traçar uma relação entre a democratização ao direito da identificação dos sujeitos com os lugares da cidade (MACHADO, 2012), não apenas como uma possível construção de sentimento de pertencimento e zelo pela urbe, mas também do direito à memória e à verdade sobre o passado autoritário brasileiro e promoção dos direitos humanos no presente.

ii. Marcas da ditadura nas cidades brasileiras: Patrimônio, Homenagens e Monumentos

Este ponto desenvolverá sobre monumentos presentes em cidades brasileiras que narram a memória da resistência, as instituições museais que abordam o período e dados quantitativos apresentados no Ditamapa²³ sobre a homenagem dos ditadores em logradouros e escolas. Evidentemente, o tema das marcas da ditadura nas cidades brasileiras é extremamente vasto, o intuito deste tópico é ilustrar, por meio de exemplos, as tentativas de encarar o passado através da materialidade dos lugares nas cidades. Os casos específicos de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul serão abordados no próximo tópico.

Um dos projetos de maior escala que relaciona monumentos e ditadura proposto por órgãos governamentais é o “Trilhas da Anistia - Marcas de Caravanas e Recontos de Histórias”. Este se realizou através de um convênio entre a Agência Livre para a Informação Cidadania e Educação (ALICE)²⁴ e a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, com a instalação de dez “Monumentos ao Nunca Mais” nas cidades em que passaram as Caravanas da Anistia. Segundo o relatório anual da Comissão da Anistia de 2012, Trilhas da Anistia tem como objetivo “contribuir para a impressão de marcas permanentes de memória sobre fatos

²³ É um mapa que reúne ruas, avenidas, pontes e viadutos com nomes dos presidentes da ditadura, criado por Giselle Beiguelman (artista e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo) e Andrey Koens (artista e mestrando em Artes Visuais no Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista). Disponível em <https://ditamapa.desvirtual.com/pt/> acesso em 15/02/2022.

²⁴ No site da ALICE, consta a descrição do Projeto Direito à Memória e a Verdade que “faz parte do projeto maior e homônimo desenvolvido pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Iniciado em 2006, desenvolveu 40 Memoriais ‘Pessoas Imprescindíveis’ instalados em municípios de várias regiões brasileiras, a mostra fotográfica ‘A Ditadura no Brasil 1964 – 1985’ que itinerou por mais de 60 cidades no Brasil e exterior, atingindo um público superior a 3 milhões de pessoas. Durante os eventos também foram realizadas palestras e debates. Um catálogo (onde consta a exposição completa, com texto e fotos) está sendo utilizado por escolas como um instrumento de pesquisa, reflexão e debate sobre a ditadura militar.” Disponível em <https://alice.org.br/mais-projetos/linha-4-%e2%80%93-direito-a-memoria/direito-a-memoria-e-a-verdade/> acesso em 15/02/2022

relacionados à anistia política e à Justiça de Transição no Brasil” (BRASIL, 2016, p. 30). Além disso, por meio do “Projeto de Cooperação Técnica para o Intercâmbio Internacional, Desenvolvimento e Ampliação das Políticas de Justiça Transicional no Brasil”, parceria entre a Comissão da Anistia e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD),

foi realizada a consultoria “Locais de Memória”, com a finalidade de mapear sítios de relevância cultural e histórica inscritos nos processos de repressão política e resistência popular ocorridos entre os anos de 1946 e 1988, contribuindo para a definição dos locais que receberiam e ainda receberão os monumentos realizados no âmbito do projeto “Trilhas da Anistia”. (BRASIL, 2016, p. 30)

Com isso, em 2013 foram inaugurados três monumentos: Belo Horizonte (Minas Gerais), Curitiba (Paraná) e Ipatinga (Minas Gerais). Em 2014, em Recife (Pernambuco), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)²⁵, Porto Alegre (Rio Grande do Sul), Florianópolis (Santa Catarina) e dois em São Paulo (São Paulo). A parceria com ALICE também foi expandida, prevendo mais três monumentos, ou seja, totalizando treze construções. Ainda, de acordo com o relatório anual de 2013, estavam previstos monumentos para Fortaleza (Ceará), Salvador (Bahia) e que seriam inaugurados em 2015. No entanto, não há relatórios anuais disponíveis ou outros documentos que apontem para a construção destes últimos três monumentos. Em pedido ao Serviço de Informação ao Cidadão conforme a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) o relatório aponta que “conforme verificado por esta Comissão de Anistia na análise finalística da prestação de contas do Convênio nº 773823/2012, não houve a instalação dos 2 (dois) monumentos referidos no pedido de informação em análise”. Ou seja, não foram construídos os monumentos de Fortaleza e Salvador²⁶.

Além disso, outra proposta que buscou instituir monumentos sobre a memória da ditadura foram os memoriais “Pessoas Imprescindíveis” no projeto “Direito à Memória e à Verdade” da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR)²⁷. Em contato com Serviço de Informação ao Cidadão, por meio da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), foi enviado um documento com as ações da parceria da ALICE com a SDH-PR²⁸, assim, consta sobre este projeto específico, 16 memoriais em 8 cidades entre os anos de 2006 a 2009: São Paulo com 7 memoriais; Rio de Janeiro com 2; Osasco com 1; São Miguel Arcanjo com 1 no Parque do Zizo; Florianópolis com 1; Recife com 2; Brasília com 1; e, Fortaleza com 1. Em seguida, segundo o documento, entre 2010 e 2011, foram instalados

²⁵ Esse monumento homenageia os militares que lutaram contra a ditadura.

²⁶ Ofício n.º 119/2022/CA/MMFDH, disponível em <https://bit.ly/3EdJBAH> Acesso em 13/04/2022.

²⁷ Importante apontar que esse projeto tem três frentes: livro/relatório, exposições e os memoriais.

²⁸ Ofício n.º 1236/2022/GAB.SNPG/SNPG/MMFDH. Disponível em <https://bit.ly/36ceLfo> Acesso em 13/04/2022.

mais memoriais nas cidades de Teresina, Maceió, Rio de Janeiro, Foz do Iguaçu e Porto Alegre.

Outra iniciativa federal foi da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) que mapeou mais de 200 lugares no Brasil entendidos como “lugares de memória” ligados à ditadura brasileira e estão disponibilizados em um banco de dados no site da comissão²⁹. A tabela com o levantamento está dividida nas categorias: “Unidade Federativa”; “Município”; “Síntese (histórico)”; e “Acessar”. Esta última, abre para uma nova página que apresenta o local em um mapa e também há a informação de “Nome/Codínome do morto ou desaparecido político” com a listagem de pessoas relacionadas ao lugar em específico.

Para além desses monumentos desenvolvidos através do projeto Trilhas da Anistia, existem outros exemplos no Brasil que podemos dividir em algumas categorias: 1) Monumentos que tratam sobre tortura: “Tortura Nunca Mais” em Recife (PE); “Tortura Nunca Mais” em Brusque (SC)³⁰. 2) Monumentos que tratam dos mortos e desaparecidos: São Paulo (SP); Criciúma (SC); Goiânia (GO); Salvador (BA). 3) Monumentos que homenageiam indivíduos/grupos específicos resistentes à ditadura: Carlos Lamarca e Zequinha Barreto em Ipupiara (BA); Membros da comunidade USP vítimas do regime da Ditadura Militar em São Paulo (SP); aos 27 baianos mortos e desaparecidos políticos vítimas da Ditadura Militar em Vitória da Conquista (BA); Ana Rosa Kucinski no Instituto de Química da USP em São Paulo (SP); aos nove alagoanos vítimas da Ditadura Militar localizado no Campus A.C. Simões da Universidade Federal de Alagoas em Maceió (AL). 4) Monumentos que tratam da Anistia³¹: Criciúma (SC).

Estes são somente alguns exemplos que ilustram a monumentalização da resistência à ditadura nas cidades brasileiras. Um estudo mais aprofundado, sistematizando as homenagens e categorizando-as a partir dos proponentes, das temáticas, das questões estéticas, etc., demandam outra pesquisa. A partir do levantamento citado no parágrafo anterior, percebe-se que existe um sentido de regionalização da memória, ou seja, busca-se a conexão entre a memória local com a história da ditadura enquanto experiência nacional.

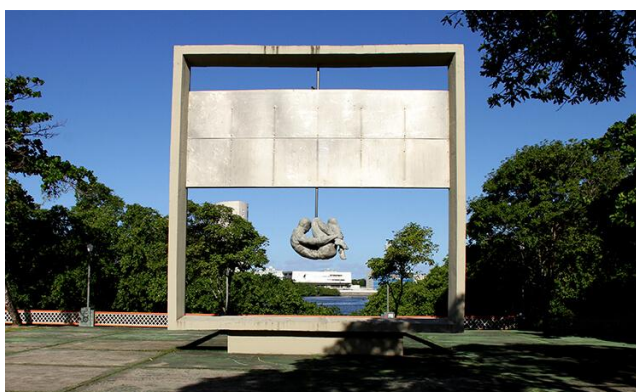
²⁹ Disponível em https://cemdp.mdh.gov.br/modules/lugares_memoria/search.php acesso em 19/02/2022

³⁰ Este caso é interessante pois é um monumento desenhado por Oscar Niemeyer que deveria ter sido construído na cidade de Rio de Janeiro (RJ), no entanto se localiza no Parque das Esculturas em Brusque (SC).

³¹ Que não fazem parte do circuito do Trilhas da Anistia.

Das homenagens citadas, creio que é importante ressaltar os quatro monumentos que ficam na Praça Padre Henrique³² em Recife (PE). O primeiro monumento nacional que trata de uma memória resistente fica neste local, o “Tortura Nunca Mais” foi instalado em 1993 (Foto 2). Depois, por volta dos anos 2010, foi inaugurado o “Memorial Pessoas Imprescindíveis” em homenagem ao Padre Henrique. Em 2014, o monumento pertencente ao projeto “Trilhas da Anistia” foi instalado (Foto 4). E, por último, em 2020, a “Calçada da Memória” passou por uma revitalização e padronização por parte da prefeitura através da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos³³ (Foto 5). Em fevereiro de 2022, as placas sofreram um ato de vandalismo e foram arrancadas³⁴. Esta praça também está localizada próximo do prédio que abrigou o DOPS, no edifício da Polícia Civil, que também tem sua memória demarcada por uma placa desde 1996³⁵. Desta forma, esta região tem se tornado, aos poucos, um tipo de complexo de memória sobre a ditadura civil-militar com a instalação dos monumentos em diferentes tempos da redemocratização e de trato com a monumentalização sobre o período autoritário de 1964. Além disso, fornece um bom exemplo da atuação do governo municipal em unir a revitalização da orla com a preocupação com a história e a memória da cidade.

Fotografia 1 - Monumento “Tortura Nunca Mais” (1993) em Recife (PE) localizado na praça Padre Henrique.



Fonte <https://visit.recife.br/en/o-que-fazer/atracoes/monumento-tortura-nunca-mais> Acesso em 18/02/2022

³² Jovem religioso da Arquidiocese de Olinda e Recife, Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, mais conhecido como Padre Henrique, foi sequestrado, torturado e assassinado em 1969 pelos militares. Mais detalhes de sua história estão no volume II da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (Pernambuco). Disponível em <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/caderno-da-memoria-e-verdade-vol-2-pdf> acesso em 19/02/2022.

³³ Anteriormente as placas eram colocadas em memória dos desaparecidos políticos pelos próprios familiares, não foi encontrado o ano em que se iniciou essa prática.

³⁴ Notícia que aborda o caso de vandalismo <https://g1.globo.com/pe/pe/pe/pe/pernambuco/bom-dia-pe/video/placas-da-calçada-da-memória-foram-parcialmente-destruídas-no-recife-10298707.ghtml> acesso em 19/02/2022.

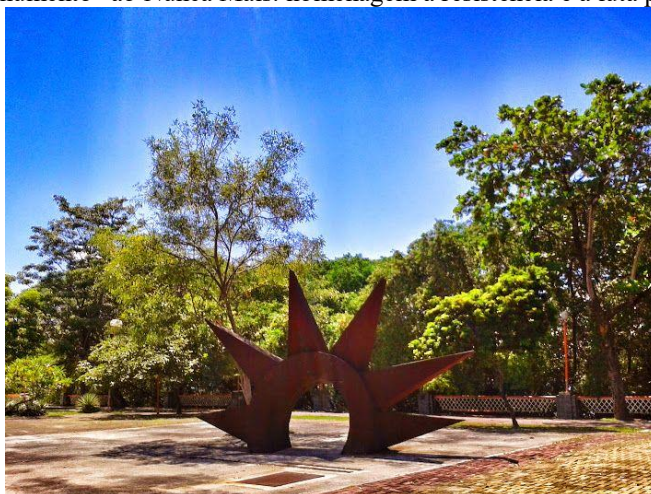
³⁵ Fotografia da placa no DOPS <https://clinicadireitoshumanos.files.wordpress.com/2017/09/dops-recife.jpg> acesso em 19/02/2022.

Fotografia 2 - Embaixo na imagem as pedras são a “Calçada da Memória” (2020), em segundo plano o Monumento “Tortura Nunca Mais” (1993) e, em aço, mais ao fundo, o “Memorial Pessoas Imprescindíveis” [2010?].



Fonte <https://visit.recife.br/en/o-que-fazer/atracoes/monumento-tortura-nunca-mais> Acesso em 18/02/2022

Fotografia 3 - Monumento “ao Nunca Mais: homenagem à resistência e à luta pela anistia” (2014).



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/554505772846865752/> acesso em 18/02/2022

Fotografia 4 - Monumento “Calçada da Memória” (2020) logo após sua revitalização.



Fonte: <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/10/12/2020/pcr-padroniza-e-substitui-placas-na-calcada-da-memoria-em-homenagem-presos> acesso em 19/02/2022.

Em outro espectro, temos as homenagens aos ditadores que se encontram em monumentos, logradouros, condomínios, praças, escolas, entre outros espaços de cidades brasileiras, tanto públicos quanto privados. Deve-se ressaltar também que existem alguns

locais que nomearam fazendo alusão à ditadura, como por exemplo “31 de março”³⁶. O mapeamento realizado pelo Ditamapa³⁷, registrou 559 ruas, avenidas, pontes, viadutos e escolas com nomes dos ditadores que governaram o país entre 1964-1985. Em primeiro lugar, Costa e Silva (1967-1969) foi o ditador mais homenageado com 184 locais; em segundo lugar, Castelo Branco (1964-1967) com 157; em terceiro, Médici (1969-1974) com 109; em quarto, Geisel (1974-1979) com 51; e, em quinto, Figueiredo (1979-1985) com 34 locais. Algumas hipóteses que podem ser exploradas a partir destes dados quantitativos: àqueles com lugares nomeados mais expressivos são os primeiros ditadores do período, podemos inferir que correspondem à necessidade de reforçar o aspecto de homenagem/reverenciamento com a população na legitimação de seus governos; outra hipótese corresponde às mortes traumáticas de Costa e Silva e Castelo Branco que podem ser uma razão de mais homenagens; e Castelo Branco ser o criador do Banco Nacional de Habitação, e em razão disso ter seu nome em mais lugares como forma de homenagem. Nisso, podemos observar o desquite de Costa e Silva com 184 locais com seu nome, justamente o ditador que instaurou o AI-5, originando o período dos anos de chumbo com maior repressão e suspensão de direitos. Àqueles menos nomeados, caso de Geisel e Figueiredo, por já se entenderem na memória comum como “fim da ditadura” (por mais que sejam onze anos de “fim” com a chamada “abertura lenta e gradual”) não apresentem aspectos que a ditadura gostaria de exaltar, ou seja, já seriam governos de decadência do ímpeto revolucionário dos militares (como, por exemplo, a crise de 1973, a hiperinflação, a greve de 1979 dos metalúrgicos, caso do Riocentro, lei da Anistia e os assassinatos de Manuel Fiel Filho e Vladimir Herzog). O que precisa ser estudado, além de avançar nessas hipóteses, também seria se as intitulações foram dadas durante o período ditatorial ou pós-1985.

O único espaço institucional de memória no Brasil mantido pelo Estado que trata do período ditatorial brasileiro, mais especificamente da “preservação de referências das memórias da resistência e da repressão políticas do Brasil republicano (1889 à atualidade)”³⁸, é o Memorial da Resistência na cidade de São Paulo (SP). Inaugurado em 2009, foi instalado no local em que funcionava, de 1940 até 1983, o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP). Por mais que haja essa abrangência temporal do Brasil republicano, nota-se que existe no Memorial da Resistência um enfoque sobre 1964-1985, em

³⁶ Em Porto Alegre/RS, no âmbito privado, temos o Condomínio Conjunto Residencial 31 de março como exemplo.

³⁷ Disponível em <https://ditamapa.desvirtual.com/pt/> acesso em 16/02/2022.

³⁸ Retirado do Plano Museológico Memorial da Resistência de São Paulo (2019) disponível em <http://memorialdaresistencia.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Plano-Museologico-Memorial-da-Resistencia-2019.pdf> Acesso em 17/02/2022

razão de ser o órgão que funcionou por mais tempo nesse lugar. O Memorial também é membro da Coalizão Internacional de Lugares de Consciência³⁹, assim, é significativo observar que se trata de um local com intenção memorial-pedagógica, ou seja, com objetivos e planos delimitados de preservação, e que também é um lugar de memória por carregar em si a materialidade dos acontecimentos passados que ocorreram no local. Importante ressaltar que no Brasil houveram tentativas - que não foram atendidas - de criar instituições memoriais em espaços que ocorreram violações de direitos humanos, como no caso do DOPS no Rio de Janeiro (RJ), do Dopinha em Porto Alegre (RS), da Casa Azul em Marabá (PA) e a Casa da Morte em Petrópolis (RJ)⁴⁰. Por fim, importante ressaltar o caso do DOI-Codi de São Paulo no sucesso do tombamento da edificação em nível municipal e estadual. Até o presente momento, o local abriga uma delegacia, mas o processo de tombamento prevê a criação de um centro de memória.

Assim, as marcas da ditadura em cidades brasileiras comportam ações em diversos níveis do governo e da sociedade civil organizada, principalmente dos familiares de mortos e desaparecidos. As propostas vinculadas às memórias da resistência e da repressão estão presentes nas cidades, ainda que de forma insuficiente dados os reflexos atuais do período. No entanto, restam alguns questionamentos sobre patrimônio, homenagens e monumentos sobre/da ditadura civil-militar brasileira: será que estão sendo vistas e compreendidas pelas pessoas que passam por elas? Qual o trabalho de educação sobre o patrimônio para além da criação de monumentos?

A proposta do Caminhos da Ditadura em Porto Alegre é justamente retirar esses lugares da “invisibilidade cotidiana”, lançar reflexões mais profundas sobre e com essas marcas da cidade. Igualmente, o trajeto criado em Porto Alegre, que veremos mais adiante nesta pesquisa, procura criar uma narrativa com a conexão desses lugares, contando uma história sobre a ditadura a partir da cidade.

iii. A memória, a história e o patrimônio da ditadura civil-militar em Porto Alegre

Neste tópico, serão abordadas propostas que realizaram levantamentos sobre a ditadura no Rio Grande do Sul fazendo o recorte para a cidade de Porto Alegre. Trato do projeto Caminhos da Ditadura em Porto Alegre, a partir de espaços que estão no mapa digital.

³⁹ Para saber mais acesse o site <https://www.sitesofconscience.org/pt/> Acesso em 03/11/2022

⁴⁰ Algumas dessas tentativas aparecem nos relatórios trimestrais da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos disponíveis <https://www.gov.br/participamaisbrasil/resolucoes3> Acesso em 19/02/2022

Por fim, apresento os monumentos edificados sobre a ditadura civil-militar que temos na capital gaúcha.

No documento do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), mais precisamente no capítulo quinze, foram levantadas as “instituições e locais associados a graves violações de direitos humanos”, identificando, no âmbito nacional, 230 espaços. Cabe destacar que existem muitos outros lugares, mas que não estão neste levantamento. No Rio Grande do Sul, foram 39 lugares reconhecidos (18 em Porto Alegre), sendo o estado federativo com maior número de locais no documento. A CNV também escolheu alguns desses locais para detalhar mais aprofundadamente sobre as graves violações de direitos humanos. Sobre as unidades militares e policiais no estado são escolhidos o DOPS/RS (Porto Alegre) e o Quartel da Brigada de Três Passos (Três Passos); sobre a estrutura clandestina se desenvolve sobre o aparato do Dopinha (Porto Alegre); e, sobre os navios prisões, trata do Canopus (Rio Grande). A Comissão também explica na introdução deste capítulo qual foi o critério do levantamento:

A seleção dos locais apresentados – unidades militares e policiais e centros clandestinos – teve como critério a identificação da ocorrência em suas dependências, de forma generalizada, contínua e sistemática, de graves violações de direitos humanos. Nesses locais, detenções ilegais e arbitrárias, tortura, execuções e desaparecimentos forçados foram práticas rotineiras, que obedeceram a uma política de Estado. A adoção desse critério possibilitou à CNV investigar os locais em que a repressão política ocorreu de forma mais intensa e prolongada e que se encontram descritos na sequência. (...) É certo, no entanto, que, de forma eventual, o cometimento dessas graves violações se deu em número muito maior de instalações, espalhadas por todo o país. (BRASIL, 2014, p. 728)

Assim, houve uma precaução em apresentar somente os lugares em que ocorreram violações sistemáticas e reconhecer que há muito mais espaços do que os apresentados no documento. Uma observação interessante é que foram expostos somente esses espaços de violência física (podendo ser associados com violência psicológica), pois estes estão compreendidos na esfera das “graves violações de direitos humanos”⁴¹, no entanto sabemos que outros lugares podem ser entendidos enquanto lugares de memória para além das marcas das violências.

Outra iniciativa, citada no tópico anterior, é da CEMDP com o levantamento de Lugares de Memória⁴² em um banco de dados. O projeto foi desenvolvido com base no

⁴¹“De acordo com a jurisprudência da Corte IDH e as deliberações de outros órgãos internacionais de direitos humanos, bem como tendo como referência o Estatuto de Roma, sem prejuízo de desenvolvimentos jurisprudenciais subsequentes, apontam-se como “grave violação de direitos humanos” os seguintes crimes: (a) tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes; (b) execuções sumárias, extrajudiciais ou arbitrárias; (c) desaparecimentos forçados; (d) crime de genocídio; (e) crimes contra a humanidade; (f) crimes de guerra, quando violatórios dos direitos humanos e não submetidos à competência da Justiça Militar; (g) escravidão e tráfico de escravos; (h) discriminação racial e apartheid.” (LEITE, 2019, p. 93 e 94)

⁴² Disponível em <https://www.gov.br/participamaisbrasil/https-cemdpmdhgovbr-modules-lugares-memoria-searchphp> acesso em 24/02/2022

Programa Nacional de Direitos Humanos III (PNDH III), em sua Diretriz 24, Objetivo Estratégico I, ponto c. Foram 222 lugares levantados, sendo 8 no Rio Grande do Sul⁴³, destes, 3 de Porto Alegre: Presídio Central, I Batalhão da Polícia Militar e Rio Jacuí. Esses espaços foram indicados conforme o conhecimento de violação de direitos humanos com um caso específico de mortos e desaparecidos. Trata-se, respectivamente, dos casos de Ângelo Cardoso da Silva, Darcy José dos Santos Mariante e Manoel Raimundo Soares.

Há outras iniciativas que compilaram lugares de memória sobre ditadura no Rio Grande do Sul, mais especificamente em Porto Alegre. Por exemplo, o “Cartografias da Ditadura”⁴⁴ - proposta do Grupo de Pesquisa Identidade e Território (GPIT/UFRGS), que mapeia os espaços a partir de relatos enviados no próprio *site* - são sete narrativas que apresentam diversos lugares que trazem memórias de vivências na cidade no tempo da ditadura.

O projeto Ditamapa⁴⁵, já explorado no tópico anterior, quando realizado o recorte estadual no Rio Grande do Sul: são 19 espaços nomeados como Costa e Silva, 16 como Castelo Branco e 7 como Medici. Em Porto Alegre, são três: Av. Presidente Castello Branco, Escola Estadual de Ensino Médio Presidente Costa e Silva e Colégio Estadual Presidente Arthur da Costa e Silva. Assim, não existem locais registrados neste projeto com os nomes de Geisel e de Figueiredo no estado.

Realizando também essa compilação dos espaços ligados à ditadura na capital gaúcha, o texto fundamental de Raul Ellwanger e Vinicius de Lara Ribas, “Lugares de Repressão Política em Porto Alegre (Rio Grande do Sul - Brasil)”⁴⁶, apresentado no IX Seminário Internacional Políticas da Memória em Buenos Aires em 2016. O artigo apresenta 46 pontos levantados a partir de “depoimentos aos autores, documentos do Estado brasileiro, livros publicados, notícias de jornais e, por fim, material audiovisual.” (ELLWANGER & LARA, 2016, p. 6), como o próprio título já refere, o enfoque do texto são somente os lugares relacionados com a repressão política.

Por fim, o mapa físico⁴⁷, que originou a proposta do Caminhos da Ditadura em Porto Alegre, desenvolvido pelo gabinete do vereador Alberto Kopittke (Partido dos Trabalhadores)

⁴³ São estes o Quartel General da 5ª Zona Aérea - Canoas, RS; Mariano Moro - RS; Nonoai - RS; 1º Quartel de Cavalaria Motorizada - Rua Duque de Caxias, 367 - Centro - Santa Rosa - RS; Uruguaiana - RS.

⁴⁴ Disponível em <https://cartografiasdaditadura.wordpress.com/> acesso em 24/02/2022.

⁴⁵ Disponível em <https://ditamapa.desvirtual.com/pt/> acesso em 24/02/2022.

⁴⁶ Disponível em http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2016/11/seminario/mesa_30/ellwanger_de_lara_mesa_30.pdf acesso em 24/02/2022.

⁴⁷ Disponível em <https://bit.ly/3HmPHia> acesso em 24/02/2022.

em 2014, levantou 29 lugares em Porto Alegre dividindo nas categorias de: Locais de Tortura, Símbolos do Golpe, Locais de Resistência e Memória da Resistência.

Em diálogo com esse conjunto de iniciativas, foi criado por mim, em 2016, o projeto “Caminhos da Ditadura em Porto Alegre”⁴⁸ no âmbito de uma disciplina da graduação em História na UFRGS. Em um próximo capítulo será tratado mais especificamente do surgimento do Caminhos e demais ramificações de sua proposta. Aqui, gostaria de referenciar apenas os lugares assinalados para abordar a memória, história e patrimônio da ditadura civil-militar em Porto Alegre. À vista disso, tratarei de alguns exemplos das categorias de “resistência”, “repressão”, “memória da resistência” e “memória da repressão” com o sentido de apresentar esses lugares na cidade, e, posteriormente, aprofundarei sobre os monumentos e as propostas já realizadas de monumentalização em Porto Alegre.

Os 200 locais mapeados no “Caminhos da Ditadura em Porto Alegre” estão divididos em categorias: são 95 lugares ligados à repressão (apresenta lugares militares e civis), 59 à resistência, 36 sobre memória da resistência e 10 sobre memória da repressão. Estes espaços foram levantados com base em pesquisas acadêmicas (trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, artigos, livros, posters, etc.), relatórios e documentos produzidos por Comissões da Verdade, reportagens produzidas por jornais e dos levantamentos de outros projetos, que mencionei nos parágrafos anteriores. Assim, como forma de exemplificar, apresento alguns locais das categorias de resistência e de repressão, o texto foi retirado diretamente do mapa digital:

1. Categoria Repressão Militar: Ilha das Pedras Brancas/Ilha do Presídio - localizada no lago Guaíba

Presídio de segurança máxima. Na ditadura civil militar algumas pessoas que foram enviadas à ilha foram Raul Pont (ex-prefeito de Porto Alegre) e Carlos Araújo (ex-marido de Dilma Rousseff). "Serviu como presídio político, dobradiça do DOPS e da tortura, com alta insalubridade, com tratamento carcerário severo, alimentação precária, frio, torturas eventuais, infiltração política, chegando o número de vítimas a superar as duas centenas." Atualmente são feitos passeios até a ilha, geralmente realizados no primeiro domingo do mês coordenados pela Secretaria de Turismo de Guaíba. | Filme: "Em Teu Nome" (2009) dirigido por Paulo Nascimento. | Livros: "O Riso dos Torturados" Jorge Fischer Nunes e "Guerra é Guerra, Dizia o Torturador" Índio Vargas. | Fonte ELLWANGER, R. RIBAS, V. de L. Lugares de Repressão Política em Porto Alegre (Rio Grande do Sul- Brasil).

⁴⁸ Disponível em <https://www.ufrgs.br/caminhosdaditaduraempuertoalegre/> acesso em 26/02/2022.

2. Categoria Repressão Civil: IPESUL (Palácio do Comércio) - localizado no Largo Visconde do Cairú, 17, Bairro Centro Histórico.

Atual sede do Palácio do Comércio, na época ditatorial era a sede do IPESUL (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul), 4º andar, conjunto 433, e foi uma das instituições que contribuíram para a queda de João Goulart e do apoio aos militares. Há diversas empresas e órgãos públicos que apoiaram e sustentaram o golpe através do IPESUL, como a Gerdau e a rede JH Santos. "(...) foram instituídas, em Porto Alegre, diversas comissões com o objetivo de investigar a subversão entre o funcionalismo público estadual e federal: a Comissão de Expurgos para o funcionalismo estadual, nomeada pelo governador Ildo Meneghetti; a Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS), constituída na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por ordem do Ministério da Educação e Cultura; e a Comissão instalada em Porto Alegre, no Palácio do Comércio, ligada à Comissão Geral de Inquérito da Rede Ferroviária Federal e presidida pelo general Wilson de Mattos, para investigar as atividades sindicais de liderança ferroviárias gaúchas." | Fonte: Carta Maior <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Estudo-analisa-articulacao-de-empresarios-pro-golpe-de-64/4/24893> | ALVES, Taiara Souto. "Dos quartéis aos tribunais: a atuação das Auditorias Militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às Leis de Segurança Nacional (1964-1978)" Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1766>

3. Categoria Resistência: Caixa Econômica Federal - R. José do Patrocínio, 672, Bairro Cidade Baixa.

A luta armada do Rio Grande do Sul, assim como em outras regiões do Brasil, assaltavam bancos para manter o movimento de resistência à ditadura civil-militar. Um dos episódios foi o assalto à essa agência bancária em 13 de junho de 1969. | Fonte: "Entre risos e prantos: as memórias acerca da luta armada contra a Ditadura no Rio Grande do Sul" de Davi Arenhart Ruschel, 2011.

4. Categoria Resistência: Coojornal - R. Comendador Coruja, 366 e 372, Bairro Floresta.

"O jornal alternativo gaúcho de maior destaque no período foi o Coojornal, que circulou mensalmente entre os anos 1975-1982. O jornal adquiriu uma importância nacional, chegando a ter uma tiragem de 35 mil exemplares por edição. A publicação foi fruto da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 1974. A cooperativa foi a primeira do tipo em todo o Brasil, alcançou mais de 300 associados e inspirou projetos semelhantes em outros estados. O Coojornal usava como método narrativo a reportagem histórica, publicando

ousadas matérias de denúncia à ditadura em que eram abordadas temáticas como cassações, censura, repressão, torturas, mortes, desaparecimentos, luta armada." Fontes: "Não Calo, Grito: Memória Visual da Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul" de RODEGHERO, Carla Simone; GUAZZELLI, Dante Guimaraens; DIENSTMANN, Gabriel. | Para saber mais: <https://bit.ly/2P1U3CI> e <https://bit.ly/3g3DMZW> | Livro: "Coojornal - Um Jornal de Jornalistas Sob o Regime Militar" de Elmar Bones, Rafael Guimaraes e Ayrton Centeno.

Imagens 5 e 6 - Na primeira foto, a sede do Coojornal nos anos 70 e, na segunda imagem, um *printscreen* dos prédios atualmente.



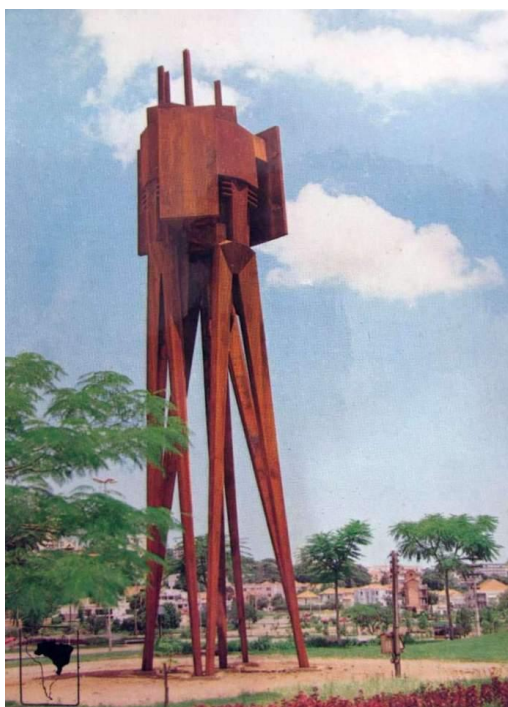
Fontes: Eduardo Tavares e *Google Maps*.

As categorias “memória da resistência” e “memória da repressão”, foram criadas para englobar todos os resquícios no presente do trato com o passado ditatorial. Citam-se como “memórias da resistência” arquivos, bibliotecas, centros de documentação e pesquisa, nomes de logradouros, museus e monumentos. Já em “memória da repressão” temos logradouros, praças, escolas e um monumento que remete a agentes do Estado que estiveram a favor do regime ditatorial.

Em relação aos monumentos vinculados à repressão, cita-se o Monumento à Castelo Branco (1979), localizado no Parque Moinhos de Vento, que homenageia o ditador Humberto

de Alencar Castelo Branco. Foi financiado por federações do setor da indústria, agricultura e comércio do Rio Grande do Sul, inicialmente seria colocado em frente ao Colégio Militar (no Parque Farroupilha/Redenção) e depois cogitado o Parque Marinha do Brasil⁴⁹. É o único monumento construído em homenagem a um ditador ainda durante o tempo da ditadura em Porto Alegre, nos tempos atuais, somente este apresenta uma memória positiva sobre o período na cidade. O monumento busca representar soldados⁵⁰.

Imagem 7 - Postal do Monumento à Castelo Branco no Parque Moinhos de Vento em 1970.



Fonte: <https://bit.ly/3zeLATr> Acesso em 26/03/2022

Já o Memorial aos Mortos e Desaparecidos (1995), localizado no Parque Marinha do Brasil, é uma estrutura em aço naval que apresenta na parte de trás os nomes das pessoas que foram contra a ditadura e tiveram seu nascimento, falecimento ou militância relacionados com o estado do Rio Grande do Sul. Foi proposto à Câmara de Vereadores de Porto Alegre no âmbito dos 30 anos do golpe pela vereadora Maria do Rosário em 1994. No ano seguinte, em obra criada pelo artista Luiz Gonzaga de Mello Gomes, foi inaugurado o Memorial (BAUER, 2015, p. 63).

⁴⁹ Informações retiradas do <https://sul21.com.br/ultimas-noticiaspolitica/2014/04/monumento-em-homenagem-a-castelo-branco-amanhece-com-faixa-de-repudio-a-ditadura/> Acesso em 26/02/2022.

⁵⁰ Para saber mais, a partir de uma análise da História da Arte, recomendo a leitura do artigo “O Cenário Urbano como Representação do Progresso: História, leituras e atitudes desencadeadas pelo Monumento ao Marechal Castello Branco. Porto Alegre / 1978-1979” de Virgínia Gil Araújo. Disponível em <http://www.cbha.art.br/coloquios/2002/textos/texto43.pdf> acesso em 29/07/2022.

O Memorial Pessoas Imprescindíveis (2011), também localizado no Parque Marinha do Brasil, do projeto nacional “Direito à Memória e à Verdade”, realizado pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República, homenageia o sargento Manoel Raimundo Soares, cujo corpo foi encontrado com as mãos amarradas no lago Guaíba. Sua história de cativo passa por diversos lugares da cidade, pois antes de ter sido encontrado sem vida, sofreu tortura por cerca de cinco meses e trocou de dependências em muitos momentos.

Fotografia 8 - Memorial Pessoas Imprescindíveis em homenagem a Manoel Raimundo Soares, também conhecido por ser o caso “Mãos Amarradas”.



Fonte: Autora, 2021.

Nestes três últimos monumentos cabe uma análise sobre a escolha do espaço em que se localizam, o Parque Marinha. Este parque se situa em um espaço de aterro da cidade na orla do Lago Guaíba, inaugurado em 1978. Durante o período ditatorial, no ano de 1967 - através da lei municipal nº 3.071 - foi nomeado de Parque Marinha do Brasil. O texto da lei, no artigo segundo, consta que nas placas indicativas, abaixo do nome, teria escrito “Homenagem de Porto Alegre”⁵¹, isto é, fica evidente o sentido de louvor às forças armadas. Em pesquisa, não foi encontrada a razão pela escolha de construção dos monumentos Memorial aos Mortos e Desaparecidos e Memorial Pessoas Imprescindíveis neste parque em específico. A hipótese que levanto está baseada na informação de que no ano de 1997, durante a 1ª edição da Bienal do Mercosul, em que “cerca de 800 obras de 200 artistas ocuparam doze espaços expositivos e estavam agrupadas em três vertentes - ‘Construtiva - A arte e suas

⁵¹ Lei 3071, de 24 de novembro de 1967, disponível em <http://leismunicipa.is/hoduf> Acesso em 07/10/2022.

estruturas’, ‘Política - A arte e seu contexto’ e ‘Cartográfica - Território e história’⁵². A característica de ocupação do espaço urbano por intervenções efêmeras e permanentes artísticas seguiu para as outras edições da Bienal, assim, no ano de 1997 o Parque Marinha foi escolhido para ser um jardim de esculturas permanente, recebendo sete obras de artistas brasileiros, argentinos e bolivianos. Portanto, há essa possibilidade de escolha do local também com um aspecto de resignificação do parque no período pós-ditaduras latino-americanas.

O Monumento ao Nunca Mais (2014), localizado no terraço do Memorial do Rio Grande do Sul, faz parte do projeto nacional “Trilhas da Anistia”, realizado pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, homenageando os militares que foram contra a ditadura civil-militar brasileira.

O Largo da Legalidade (2014), localizado entre a Catedral Metropolitana e o Palácio Piratini, possui um monumento com a figura de Leonel Brizola. Político fundamental na Campanha da Legalidade (1961), que lutou a favor da posse no cargo de presidência de João Goulart, um dos momentos fundamentais do pré-golpe de 1964.

O Monumento aos Expurgados (2019), localizado no campus central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), homenageia os docentes, servidores e discentes que foram expulsos e afastados da universidade na ditadura pela Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS). A iniciativa para a construção do monumento foi dos servidores da universidade.

Por fim, o projeto “Marcas da Memória” (2012 - 2016), realizado através da parceria da ONG Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH)⁵³ com a Prefeitura de Porto Alegre, tem como objetivo demarcar os lugares que tiveram relação com as violações de direitos humanos, em específico a tortura, na capital gaúcha durante a ditadura. Assim, foram afixadas 9 placas nos seguintes lugares: Dopinha (R. Santo Antônio, 600); Praça Raul Pilla (Quartel da 6ª Companhia de Polícia do Exército); Colégio Estadual Paulo da Gama (serviu como prisão); Palácio da Polícia (DOPS); Fundação de Atendimento Socioeducativo (serviu como prisão); Quartel do 18º Regimento de Infantaria (Av. Bento Gonçalves, 4592); Presídio

⁵² Excerto retirado de <https://www.bienalmercosul.art.br/bienais/1%C2%AA-Bienal-do-Mercosul>. Acesso em 07/10/2022.

⁵³ O Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) surgiu durante a ditadura civil-militar brasileira, organizado clandestinamente na época para auxiliar no processo de exílio e asilo dos perseguidos políticos. Além de divulgar os casos de violação de direitos humanos para a imprensa internacional. Da redemocratização até atualmente o MJDH segue trabalhando em diversas frentes no fortalecimento e respeito aos direitos humanos sobretudo no Cone Sul. Para saber mais <https://www.direitoshumanosbr.org.br/home/index.php> acesso em 09/02/2023.

Central; Presídio Feminino Madre Pelletier; e, Cais da Vila Assunção (Av. Guaíba, 154). Cada uma delas apresenta uma breve explicação da relação daquele espaço com a história da ditadura, exemplo na imagem a seguir.

Fotografia 9 - Placa afixada na calçada da Av. Bento Gonçalves, 4592, onde se localizava o 18º Regimento de Infantaria, o local também é conhecido como “Cela do Boi Preto”.



Fonte: Luciano Lanes/PMPA.

Em suma, a monumentalização sobre o período da ditadura civil-militar na cidade de Porto Alegre, sobretudo nos anos 2010, se direcionou para o fortalecimento de uma memória da resistência. Os diversos lugares da cidade que compõem essa materialidade da história, no entanto, ainda permanecem esquecidos, desconhecidos, e, até mesmo, desinteressantes por muitos transeuntes. Assim, enquanto trajeto de memória alicerçado no ensino de história e no fomento aos direitos humanos, o Caminhos da Ditadura em Porto Alegre torna-se fundamental para que haja um conhecimento da população sobre esses espaços de uma forma sistemática e conectada. O monumento por si só, infelizmente não basta.

b. Educação em direitos humanos

i. Histórico de legislações em Educação em Direitos Humanos no Brasil

Este tópico reflete sobre a cultura e educação em direitos humanos, abordando suas definições. Além disso, analisa as diretrizes, as leis e as políticas públicas que tratam sobre este tema, e as possibilidades de associá-lo ao ensino sobre o período da ditadura civil-militar brasileira.

Antes de adentrar para as legislações específicas da Educação em Direitos Humanos, cabe ressaltar o contexto inicial de formação dos “direitos humanos” em nível mundial. Esta proposta foi defendida na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) pela

Organização das Nações Unidas (ONU) em um período de recuperação das violências e dos traumas extremos vivenciados na Segunda Guerra Mundial. Formado por trinta artigos, este documento foi fundamental para a constituição de uma base para diversas legislações nacionais, acordos internacionais, programas, planos, diretrizes e órgãos que foram criados no intuito da defesa dos direitos humanos.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos do Brasil (2006) define “educação em direitos humanos” como “um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos” (BRASIL, 2006, p. 25). O Plano Mundial de Educação em Direitos Humanos (UNESCO, 2012) é citado, explicitando que a educação contribui para “criar uma cultura universal dos direitos humanos” (BRASIL, 2018, p. 25). Da mesma forma, associa a educação às seguintes competências sociais: respeito, tolerância, solidariedade entre povos/nações, promoção e valorização de diversidades (étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, etc) e a participação social em uma sociedade livre.

A essa definição, acrescento a da professora-pesquisadora Cinthia Monteiro Araújo (2004; 2005; 2013), para quem a educação em direitos humanos pode ser compreendida como:

- Um processo de formação de **cultura** e desenvolvimento de valores, conhecimentos, atitudes e práticas sociais na escola e na sociedade, de caráter pluridimensional – intelectual, psicológica, afetiva, ética e política – de forma a desenvolver a consciência da igualdade em direitos e dignidade para todos;
- Um processo que promova a formação de sujeitos de direitos e deveres, em nível individual e coletivo, capazes de exercer de forma ativa e participativa sua cidadania, e de desenvolver responsabilidades. Para Fritzsche (2004), a palavra chave é *empowerment*;
- Um processo de construção de memória histórica e de identidades. Através da identificação e valorização das raízes históricas é possível se construir uma consciência de respeito às diferenças. Dessa forma, se realiza o lema “educar para el nunca más”, no sentido de criar uma memória histórica capaz de ajudar a romper com a **cultura** da impunidade e do silêncio, com vistas a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e humana, onde é possível construir a identidade dos povos na pluralidade de suas etnias e **culturas** (Candau, 2001);
- Um processo que objetiva a mudança social. Quando se fala em uma **cultura em direitos humanos**, se pensa na **mudança cultural** – não na preservação – na formação de uma nova mentalidade que possa efetivamente mexer com tudo aquilo que, enraizado em nossa **cultura**, orienta preconceitos, discriminação, não aceitação da igualdade de direitos e das diferenças (Benevides, 2000). Mudança também que possa implicar na transformação das estruturas econômicas, sociais e políticas de injustiça (Magendzo, 2000). (ARAÚJO, 2004, p. 3 e 4)⁵⁴

Em concordância com todos os pontos elencados pela autora e pelo Plano Nacional, julgo que trabalhar com a educação em direitos humanos trata-se sobretudo de criar espaços de reflexão e de prática sobre si mesmo e sobre o outro, no sentido de perceber e respeitar as

⁵⁴ Destaques feitos por mim.

pluralidades de ser e estar no mundo. Em ambos os casos, podemos notar que a palavra “cultura” está associada aos direitos humanos.

No entendimento do filósofo Terry Eagleton (2011), por exemplo, a cultura é um termo que, em suas mais diversas tentativas de definição, ou são amplas ou restritas demais. O autor desenvolve esses significados sobre o conceito a partir de estudiosos do tema no sentido de desnaturalizar a concepção de “cultura”. Penso que, a partir disso, o que faz mais sentido para a pesquisa é a mescla no entendimento de cultura em direitos humanos enquanto “auto imagem coletiva”, ou seja, de um modo característico de ver o mundo (EAGLETON, 2011, p. 59), bem como na compressão da cultura como “o complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem o modo de vida de um grupo específico” (EAGLETON, 2011, p. 54). Ainda assim, compreendo “cultura” como um termo extremamente complexo de ser definido e, por isso, acredito que os trabalhos que usam a expressão “cultura em direitos humanos” precisam estar atentos para os diversos significados dela.

Dito isso, entendo que, atualmente, uma “cultura em direitos humanos” a partir do campo da educação no Brasil está conectado a um sentido de vir a ser, de algo a ser criado, ou seja, da utopia concreta, da esperança crítica (FREITAS, 2010). Este entendimento freireano do conceito de utopia se relaciona à “cultura em direitos humanos” pois ambos estão em permanente construção. Somos uma sociedade que passou historicamente por experiências de autoritarismo e muitas violações de direitos humanos, como a escravização e a ditadura civil-militar de 1964, e estamos ainda construindo uma autoimagem coletiva que favoreça os direitos humanos.

Ademais, podemos também desnaturalizar a própria concepção do que significa “direitos humanos”. Afinal, os “direitos humanos” não são intrínsecos à humanidade, ou seja, foram construídos ao longo do tempo e sua concepção depende de qual sociedade e momento histórico estamos analisando. Quando em um debate público se levanta a questão dos direitos humanos normalmente é por conta da violação destes, mas exatamente o que significa defender os direitos humanos?

A noção mais comum que temos de direitos humanos parte de uma experiência ocidental. Essa visão engloba: uma natureza humana universal conhecida racionalmente; uma superioridade da natureza humana; um combate à não hierarquização da sociedade - entendida, então, como soma de indivíduos livres - e, uma defesa da dignidade humana perante a sociedade e o Estado (PANIKKAR, 1984, p. 30 *apud* SANTOS, 2004, s.p.). Ainda sobre o conceito, Boaventura de Sousa Santos aponta que “a modernidade ocidental desdobrou-se em duas concepções e práticas de direitos humanos profundamente divergentes

- a liberal e a marxista - uma dando prioridade aos direitos cívicos e políticos, a outra dando prioridade aos direitos sociais e económicos” (SANTOS, 2004, s.p.).

Para Boaventura de Souza Santos (2004), os direitos humanos precisam ser compreendidos sob o ponto de vista multicultural, quer dizer, sua concepção precisa ser pensada e articulada conforme as distinções locais de dignidade e humanidade. Por exemplo, para sociedades muçulmanas e indianas, a ideia de dignidade humana pode ser distante da construção ocidental de direitos humanos, mas nem por isso devem ser consideradas “erradas”. O autor propõe que é necessário qualificar fundamentos interculturais dos sistemas diversos no mundo no sentido de gerar uma reconciliação entre eles. O resultado desejado é de que seja criada uma forma de reciprocidade mais ampla de reconhecimento do outro enquanto ser humano e digno de direitos. Nesse mesmo âmbito, a multiculturalidade pode se relacionar com o “hibridismo cultural” de Peter Burke (2010), pois a proposta de compreensão sobre “direitos humanos” não se restringe a apenas ao que uma sociedade sozinha criou sobre o entendimento do conceito, mas o quanto um povo influencia o outro nessa concepção e é capaz de, futuramente, propor uma forma mais global (mas não universal) sobre direitos humanos.

Em vista do que já foi explorado, penso que uma das maneiras de fomentar uma “cultura em direitos humanos” é por meio das legislações. Evidentemente sabemos que existe um abismo entre a teoria e prática das leis brasileiras, mas não há como negar que elas fazem parte de uma orientação de costumes (THOMPSON, 1998) da nossa sociedade. Por o tema de pesquisa estar relacionado à educação sobre os acontecimentos do período da ditadura civil-militar brasileira na cidade de Porto Alegre, o foco da análise das legislações está voltado para esse aspecto.

Antes de partir para a legislação sobre educação em direitos humanos, acredito que é importante definir que, quando trato de direitos humanos, estou me referindo à dignidade humana a partir da garantia de seus direitos civis, sociais e políticos na forma da Constituição Federal do Brasil de 1988. Substancialmente essa escolha faz parte de duas razões: 1) Conforme apresentado nos parágrafos anteriores, a concepção de direitos humanos depende da cultura de um povo, optar pela constituição vigente brasileira é compreender esta como o documento máximo de regimento social (pelo menos em teoria); e, 2) Considero importante o histórico de construção da Constituição de 1988, conhecida também como “constituição cidadã”. Afinal, sua produção foi fruto da urgência coletiva e plural por uma participação social e política após os 21 anos de ditadura civil-militar (1964-1985).

Assim, conforme o artigo 6º deste documento, compreende-se os direitos sociais como educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Já os direitos políticos (artigo 14) tratam de poder votar e ser votado, fundamentalmente, fazer parte da esfera política de decisões governamentais. Os direitos civis são referentes às liberdades individuais, que estão postos no artigo 5º e correspondem à “inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988). Percebo que atualmente no Brasil a concepção de direitos humanos está atrelada à cidadania, que pode ser associada à união dos três tipos de direitos citados acima, deste modo, o conceito de cidadania está conectado à ação dos indivíduos como forma de transformação de realidades sociais no intuito de ampliação e defesa de direitos e deveres coletivos (SILVA & SILVA, 2010). O sentimento de pertencimento/responsabilidade social gerado pela cidadania que faz ser cumprido o respeito e a promoção dos direitos humanos em uma esfera sociopolítica.

Quanto à pesquisa sobre os programas e planos de educação em direitos humanos, foram encontrados diversos documentos orientadores, seja em âmbito mundial, seja no municipal, que desenvolvem orientações sobre o tema. A seleção dos planos para análise mais aprofundada deu-se através de buscas das seguintes palavras-chave nos documentos orientadores: "ditadura", "autoritarismo/autoritário", "violação" e "tortura"⁵⁵. Selecionados, assim, os que relacionam essas palavras-chave com o tempo da ditadura de 1964 e períodos autoritários. Foram escolhidos: o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos do Brasil (2006); o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos de Espírito Santo (2013); o Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos de São Paulo (2016); e, o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos de São Paulo (2017). Outros dois documentos que comentarei são as Recomendações da Comissão Nacional da Verdade (2014) e a Análise dos Comitês Estaduais de Educação em Direitos Humanos (2018).

Dois apontamentos importantes antes da análise das legislações: 1) O Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos (2005) publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em sua versão mais recente de 2012 não aborda a temática do ensino das ditaduras e regimes autoritários, por isso não foi

⁵⁵ Cabe ressaltar o quanto o termo tortura é apresentando nos planos de educação em direitos humanos de uma forma a-histórica, ou seja, há o reconhecimento desse problema, mas em todas as vezes é associado a segurança pública atualmente (sobretudo nos presídios). No entanto, não discorrem sobre sua história, conectada ao tempo da escravização, e as razões de ainda no Brasil existirem casos com esse tipo de violência.

inserido aqui; 2) Muitos estados e municípios não possuem planos de educação em direitos humanos, como é o caso do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre⁵⁶.

Seguindo para a análise dos documentos supracitados, iniciamos pela versão mais recente do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos do Brasil (PNEDH) (2006)⁵⁷. O programa começou a ser elaborado em 2003, com a criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH) formado por “especialistas, representantes da sociedade civil, instituições públicas e privadas e organismos internacionais” (BRASIL, 2018, p. 48). Entre 2004 e 2005, ele foi levado ao público em encontros, seminários e fóruns, desde os âmbitos estaduais até internacionais, para seu aprimoramento por meio das contribuições da sociedade civil. Em seguida,

Em 2006, foi concluída a sistematização das contribuições recebidas dos encontros estaduais de educação em direitos humanos, sob a responsabilidade de uma equipe de professores e alunos de graduação e pós-graduação, selecionada pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CFCH/UFRJ), instituição vencedora do processo licitatório simplificado lançado pela SEDH/PR, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A referida equipe apresentou ao CNEDH as propostas consolidadas e formulou uma versão preliminar do PNEDH. Subsequentemente, o documento foi submetido à consulta pública, via internet e, posteriormente, revisado pelo CNEDH, o qual elaborou sua versão definitiva (BRASIL, 2018, p. 48).

Assim, o atual documento está dividido em cinco eixos: educação básica, educação superior, educação não-formal, educação dos profissionais dos sistemas de segurança e justiça, e educação e mídia. Cada eixo se organiza em concepção, princípios e ações programáticas no intuito da disseminação da educação em direitos humanos em suas mais diversas etapas e locais de ensino. A relação entre direitos humanos e a história do autoritarismo no Brasil aparecem nas orientações para a Educação Superior e na Educação e Mídia, respectivamente:

Estimular nas IES para a realização de projetos de educação em direitos humanos sobre a memória do autoritarismo no Brasil, fomentando a pesquisa, a produção de material didático, a identificação e organização de acervos históricos e centros de referências; Inserir a temática da história recente do autoritarismo no Brasil em editais de incentivo a projetos de pesquisa e extensão universitária. (BRASIL, 2018, p. 27)

⁵⁶ Recentemente foi lançado um Caderno Pedagógico de Educação em Direitos Humanos pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), mas este não foi analisado aqui por não apresentar um formato de diretrizes, com objetivos e ações programáticas como os Planos. O Caderno assume um caráter mais teórico sobre Direitos Humanos e penso que é um esforço importante e inicial na constituição de um plano estruturado de educação em direitos humanos no estado do Rio Grande do Sul. Disponível em <https://portal.educacao.rs.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/portalseduc/Caderno-Pedagogico-de-Educacao-em-Direitos-Humanos> Acesso em 18/12/2022.

⁵⁷ Em 2018 foi lançada uma reimpressão de comemoração dos 15 anos da produção do PNEDH. Pelo o que foi analisado, não houve alterações no texto de 2006.

Inserir a temática da história recente do autoritarismo no Brasil em editais de incentivo à produção de filmes, vídeos, áudios e similares, voltada para a educação em direitos humanos. (BRASIL, 2006, p. 43)

Podemos perceber que já no próprio Plano Nacional não é abordado o tema do autoritarismo nas ações programáticas na esfera da educação básica e nem da educação não-formal. O que pode ser um indicativo de tantos outros planos estaduais e municipais não abordarem esse assunto para esses públicos.

O Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos de Espírito Santo (2013) consta somente na educação e mídia sobre “incentivar e apoiar a produção de filmes e material audiovisual sobre a temática dos Direitos Humanos, inclusive os voltados à superação da história recente do autoritarismo no Brasil, tendo em vista sua utilização na Educação em Direitos Humanos, entre outros fins”. Podemos notar que esse aspecto é bem parecido com aquilo que determina o Plano Nacional.

No mesmo documento consta o Programa Estadual de Direitos Humanos do Espírito Santo (2013) que então possui o eixo 6 dedicado ao “Direito à Memória e à Verdade”, com as diretrizes 6.1 “Reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado”; 6.2 “Preservação da memória histórica e produção pública da verdade”; e 6.3 “Modernização da legislação relacionada com a promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo a democracia”. Cada uma dessas diretrizes é dividida em objetivos e ações programáticas no intuito de cumprir o Programa Estadual e tem como base o PNDH III. É um documento muito bem estruturado e com propostas práticas de execução, somente cabe o questionamento do tema aparecer muito mais detalhado no programa estadual do que no plano de educação. No Programa, a ação programática 6.2.1.07 versa sobre a relação entre educação e direitos humanos, que abrange não só o período da ditadura civil-militar brasileira, mas os movimentos de resistência de modo geral

Desenvolver programas e ações educativas, inclusive a produção de material didático-pedagógico para ser utilizado pelos sistemas de educação básica e superior, sobre as violações dos Direitos Humanos e os movimentos de resistência em qualquer período da história do Estado do Espírito Santo. (ESPÍRITO SANTO, 2013, p. 133)

O restante das ações está direcionado à criação de comissões e propostas vinculadas a espaços de memória - como arquivos e museus -, bem como da pesquisa, principalmente no papel das instituições de ensino superior.

O Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos de São Paulo (2016), por sua vez, insere os debates de memória e verdade sobre a ditadura civil-militar brasileira na

educação básica (ação programática 8 e 9) e na educação não-formal (ação programática 9). Em especial, destaco a ação programática nove da educação básica:

promover especialmente educação em memória e verdade, considerando as graves violações de direitos humanos, a reflexão sobre o período da ditadura civil-militar, conscientizar sobre a violência de Estado e o papel dos agentes de Estado na repressão e perseguição política do período, de forma disciplinar e interdisciplinar. (SÃO PAULO, 2016, p.12)

No que concerne ao Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos de São Paulo (2017), na parte da educação básica, a diretriz II aborda a “garantia de ensino e aprendizagem sobre a Memória e Verdade do período da ditadura civil militar (1964-1985)”, citando um objetivo e duas metas. O objetivo descreve que

Assegurar o estudo e o compartilhamento de materiais sobre a repressão e a resistência à ditadura civil e militar (1964-1985), aos estudantes, professores/as e demais integrantes da comunidade escolar, para que compreendam o significado sócio-histórico da repressão e os impactos na vida das pessoas e aprendam e desenvolvam uma consciência crítica para resistir a qualquer forma de opressão. (SÃO PAULO, 2017, p. 22)

Outro documento fundamental são as Recomendações da Comissão Nacional da Verdade (2014), último capítulo do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, em que define propostas no sentido de romper com o legado do autoritarismo. O ponto 16 é o único que versa sobre a educação sobre a ditadura civil-militar brasileira e os direitos humanos

O compromisso da sociedade com a promoção dos direitos humanos deve estar alicerçado na formação educacional da população. Assim, deve haver preocupação, por parte da administração pública, com a adoção de medidas e procedimentos para que, na estrutura curricular das escolas públicas e privadas dos graus fundamental, médio e superior, sejam incluídos, nas disciplinas em que couberem, conteúdos que contemplem a história política recente do país e incentivem o respeito à democracia, à institucionalidade constitucional, aos direitos humanos e à diversidade cultural. (BRASIL, 2014, p. 910)

Por fim, um documento de autoria do Ministério dos Direitos Humanos em parceria com a UNESCO, é a Análise dos Comitês Estaduais de Educação em Direitos Humanos (2018). O documento busca examinar os trabalhos já desenvolvidos e as situações dos comitês que se propunham elaborar ações referentes à educação em direitos humanos. Como já mencionado, muitos estados não possuem planos de educação em direitos humanos e isso aparece na análise, observando o caráter já desarticulado das atividades dos comitês. Isso mostra que, apesar do Brasil ter uma legislação proeminente referente ao tema, ainda é falha a prática das medidas de educação em direitos humanos.

Como observamos neste tópico, a discussão sobre educação em direitos humanos está associada à criação de uma “cultura de direitos humanos”. Educar em direitos humanos baseia-se em que as pessoas sejam instruídas a reconhecerem a humanidade do outro, isto é, que respeitem a diversidade de valores, costumes, crenças e práticas. Inicialmente, ao

destrinchar a categoria de cultura, percebemos que ela é algo múltiplo de ser compreendido e depende fundamentalmente do que estamos nos referindo. Independentemente da maneira que tomar sua conceituação, é necessário conceber qualquer “cultura” sem hierarquias, orientada para um multiculturalismo, percebendo que nada se constrói sozinho como observamos na categoria de hibridismo cultural.

No que se refere às legislações sobre a educação em direitos humanos, percebemos que, apesar de vasta documentação sobre o assunto, ainda são poucas as ações que possam ser mensuradas acerca do tema, como visto no documento de análise dos comitês de educação em direitos humanos. Em relação à educação em direitos humanos e o período da ditadura civil-militar brasileira, nota-se que ainda é incipiente a proposta de diretrizes, objetivos e ações programáticas que abordem esse tempo histórico.

Em conclusão, ensinar sobre direitos humanos faz-se necessário, uma vez que são presentes discursos violentos (como desejos de tortura e morte) e projetos políticos de caráter autoritário na sociedade brasileira. Ainda perdura um senso comum de que a “humanidade” só estaria presente em um ser humano que atende determinado padrão de raça, classe, gênero, sexualidade e geração que é estruturado pelo patriarcado imperialista capitalista supremacista branco. Assim, utilizar o conceito de direitos humanos com um olhar para as violações da ditadura civil-militar brasileira mostra-se uma saída pedagógica da crise ultraconservadora autoritarista que vivemos hoje. A partir da perspectiva do educar para o nunca mais⁵⁸, somos levados a perceber, com os exemplos de resistência passados, a importância da nossa voz e organização no âmbito público e político para nossa luta presente e futura.

ii. Direito à memória e à verdade como parte da educação em direitos humanos

Neste tópico, serão desenvolvidas algumas reflexões sobre o direito à memória e à verdade relativos à ditadura civil-militar brasileira e seus significados na educação em direitos humanos e suas possibilidades no campo pedagógico da História.

A educação em direitos humanos sobre períodos autoritários está ancorada no trinômio “memória, verdade e justiça”. Destaco que a memória, a verdade e a justiça funcionam de forma indissociável, ou seja, quando há trabalho de memória e de verdade na sociedade existe um encaminhamento para a justiça. Concebendo aqui, também, a justiça não apenas em sua dimensão penal, mas todas as formas de reparação simbólica.

⁵⁸ “Nascida com o objetivo de sublinhar a importância da construção de uma memória coletiva na constituição dessa cultura de paz, estabelece uma relação entre a história – em sua função de (des)construir memórias – e a educação em direitos humanos.” (ARAÚJO, 2004, p. 1 e 2)

Feita essa observação inicial, um documento que auxilia na compreensão pedagógica do direito à verdade e à memória é o PNDH III. No eixo orientador, o “Direito à Memória e à Verdade” são propostos diretrizes e objetivos estratégicos no sentido de entender o direito à memória e à verdade como parte fundamental: do processo de reconciliação nacional; de educação para o nunca mais; da constituição da identidade nacional; da erradicação de resquícios da ditadura (como a tortura); e de vivenciar e superar o luto de forma coletiva através do compartilhamento de experiências de violações de direitos humanos. Além disso, identifica que o reconhecimento da memória e da verdade histórica⁵⁹ propicia valores caros ao desenvolvimento da cidadania e democracia. A diretriz 23 do documento, reconhece a memória e a verdade como direito humano da cidadania e dever do Estado. A diretriz 24, inclui a importância da preservação da memória histórica e a construção pública da verdade. Destacamos aqui o pontos do objetivo estratégico I que estão em consonância com o Caminhos da Ditadura em Porto Alegre: c) Identificar e sinalizar locais públicos que serviram à repressão ditatorial, bem como locais onde foram ocultados corpos e restos mortais de perseguidos políticos; f) Desenvolver programas e ações educativas, inclusive a produção de material didático-pedagógico para ser utilizado pelos sistemas de educação básica e superior sobre o regime de 1964-1985 e sobre a resistência popular à repressão.

O Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade do Brasil (2014), por sua vez, sobre o direito à verdade, em seu primeiro capítulo, discute acerca desse termo que passou a ser entendido como pertencente a qualquer processo posterior às graves violações de direitos humanos que não apenas os desaparecimentos forçados. Ademais, segundo o relatório, o direito à verdade é fundamental no combate à impunidade, pois ao conhecer/preservar a verdade histórica existiria uma capacidade maior da sociedade de não repetir atos que desrespeitem os direitos humanos (BRASIL, 2014, p. 35), isto é, “capacidade maior”, pois não há garantias de que o ato de conhecer essas violações está atrelado obrigatoriamente a uma “não-repetição” de atitudes cometidas no passado. Em suma, o direito à verdade é o “direito de saber” individual e coletivo,

reconhecido como o direito inalienável de conhecer as circunstâncias e as razões que levaram, mediante violações maciças e sistemáticas, à perpetração de crimes, sendo o exercício pleno e efetivo de tal direito uma salvaguarda fundamental contra a repetição de tais violações (BRASIL, 2014, p. 35)

Essa não-repetição está muito além do trabalho consciente de acesso à verdade para constituir memória, mas também uma tarefa inconsciente individual e coletiva. Segundo a psicanalista

⁵⁹ O uso deste termo reflete um entendimento de que, por mais que a História se construa por diversas versões e interpretações, ainda há a factualidade dos acontecimentos. Ou seja, a “verdade histórica” não permite o negacionismo e interpretações sobre o que de fato ocorreu no passado.

Maria Rita Kehl (2019), “quando uma sociedade não consegue elaborar os efeitos de um trauma e opta por tentar apagar a memória do evento traumático, esse simulacro de recalque coletivo tende a produzir repetições sinistras” (KEHL, 2019, p. 157). Achamos que ao não falarmos/ensinarmos sobre a ditadura civil-militar, o esquecimento será o remédio para a convivência no tempo presente. Contudo, essa ignorância - do ato de ignorar - pode reproduzir mesmos padrões de violência e impedir uma democracia plena. De acordo com o filósofo Vladimir Safatle (2019), é necessário compreender que precisamos

lembrar que nenhum país conseguiu consolidar sua substância normativa sem acertar contas com os crimes de seu passado. Se há algo que deveríamos apreender de uma vez por todas é: não há esquecimento quando sujeitos sentem-se violados por práticas sistemáticas de violência estatal e de bloqueio da liberdade socialmente reconhecida. (SAFATLE, 2019, p. 312 e 313)

Para muitos essa associação não é imediata, mas um dos legados da ditadura civil-militar é a violência estatal, que segue se repetindo cotidianamente não só por atos em forma física, como também simbólica. Neste ponto podemos lembrar da infinidade de documentos que ainda não temos acesso, e o quanto este entrave dificulta a educação em direitos humanos sobre a ditadura civil-militar brasileira, uma vez que são fundamentais no conhecimento do que aconteceu no período.

O PNDH III e o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, são marcos nos estudos sobre direitos humanos e ditadura civil-militar brasileira, concebendo o direito à memória e à verdade como fundamentalmente uma questão de Estado capaz de fomentar o processo constante de desenvolvimento da cidadania e democracia. Esses direitos carregam um fardo pesado da não repetição do autoritarismo, porém, não possuem garantias de que, ao serem plenamente alcançados, possam de fato impedir novas violações dos direitos humanos e governos ditatoriais, como muitas vezes é colocado na redação desses documentos. Simplesmente não há como saber, não é uma fórmula matemática. No entanto, mais do que uma ação vislumbrando o futuro, é um ato de reconciliação com o passado no presente. Nesse sentido, concordo com as palavras da filósofa Jeanne Marie Gagnebin, sobre a tarefa do/a historiador/a que trabalha com temas sensíveis:

Enquanto Homero escrevia para cantar a glória e o nome dos heróis e Heródoto, para não esquecer os grandes feitos deles, o historiador atual se vê confrontado com uma tarefa também essencial, mas sem glória: **ele precisa transmitir o inenarrável**, manter viva a memória dos sem-nome, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados. Sua "narrativa afirma que o inesquecível existe" mesmo se nós não podemos descrevê-lo. Tarefa altamente política: lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror (que, infelizmente, se reproduz constantemente). Tarefa igualmente ética e, num sentido amplo, especificamente psíquica: **as palavras do historiador ajudam a enterrar os mortos do passado e a cavar um túmulo para aqueles que dele foram privados. Trabalho de luto que nos deve ajudar, nós, os vivos, a nos lembrarmos dos**

mortos para melhor viver hoje. Assim, a preocupação com a verdade do passado se completa na exigência de um presente que, também, possa ser verdadeiro. (GAGNEBIN, 2006, p. 47)⁶⁰

A tarefa de transmitir o inenarrável não é simples, e também é um desafio para os estudiosos do período ditatorial brasileiro carregarem sozinhos. Por isso, penso que esse encargo precisa ser dividido com todos àqueles e àquelas que sentem necessidade de conhecer mais essa história. O intuito da constituição do grupo de trabalho sobre o trajeto do Caminhos da Ditadura, que veremos mais adiante, foi esse: criar uma comunidade de pessoas das mais diversas formações que desejavam conhecer e transmitir o passado de resistência e repressão na cidade de Porto Alegre. Acredito que elaborando conjuntamente essa “verdade do passado”, o dever se torna coletivo e não de poucos indivíduos. Assim como pode inspirar em novas ações de memória e verdade, como por exemplo o projeto artístico Epigramas⁶¹, que, baseado no mapa digital do Caminhos, realiza colagens em locais ligados à ditadura na cidade.

O processo de criar, a partir da dimensão pedagógica, uma memória da ditadura para as gerações que não viveram o período, ou mesmo de desvelar para as gerações que o viveram⁶², perpassa pela formação de uma memória coletiva. O termo estabelecido por Maurice Halbwachs (2006), propõe que a formação/pertencimento de um grupo ocorre quando esses indivíduos compartilham de uma memória comum. Assim, a memória coletiva, fabricada ativamente a partir do presente, detém um caráter social/compartilhado e possui em seu processo natural o esquecimento, ou seja, elenca o que é lembrado e o que é esquecido (DUSSEL; FINOCCHIO; GOJMAN, 2003, p. 136).

Outro termo que poderia ser utilizado nessa compressão de direito à memória e à verdade é o de memória pública (SOUTELO, 2015, p. 40). Como vimos anteriormente, o Estado, através de documentos como Relatório da Comissão Nacional da Verdade e do PNDH III, pretendeu criar uma memória difundida no espaço público sobre os regimes autoritários. Isto é, existiu um esforço do Estado brasileiro em promover uma memória pública sobre a ditadura civil-militar brasileira. O projeto “Marcas da Memória”, vinculado aos governos estadual e municipal com a organização do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, pode ser considerado um exemplo disso, pois fomentou uma memória pública dos lugares que ocorreram repressão em Porto Alegre. No entanto, cabe ressaltar que não apenas essas

⁶⁰ Destaques feitos pela autora.

⁶¹ Conheça o projeto em <https://www.instagram.com/epigramas/> acesso em 17/01/2022.

⁶² Uma vez que, com a censura, a memória sobre o período também foi fabricada em um sentido de não mostrar o que de fato estava acontecendo.

práticas materiais (placas e monumentos) elaboram uma memória sobre o passado no âmbito público. Por exemplo, o Relatório Final da CNV, propõe uma memória sobre o período por meio de seus textos.

Enquanto sociedade, estamos constantemente formando nossa identidade coletiva que é baseada também em experiências provenientes do passado - seja através das memórias individuais, coletivas ou públicas. Nesse aspecto, os campos da Educação e da História são fundamentais nesse processo formativo, sobretudo na promoção de valores por meio da “educação para o nunca mais”. O ensino de história mais do que simplesmente abordar civilizações passadas, seus modos de viver e produzir, está intimamente relacionado com o projeto de sociedade que queremos formar e isso só é possível quando os direitos à verdade e à memória são defendidos.

Respeitando esses direitos dos cidadãos, estamos considerando que toda e qualquer pessoa possui a garantia de conhecer o passado (verdade histórica) em ordem de tomar atitudes sociais e políticas que refletem suas reais intenções enquanto indivíduo e coletivo. Desta maneira, o direito de saber é anterior a qualquer posicionamento de ser “contra” ou “a favor” de regimes ditatoriais. Para tomar sua escolha, o mais real e verdadeiro possível consigo mesmo, é preciso ter disposto e sem censuras o que aconteceu, isto é, o direito à verdade e à memória.

iii. Iniciativas de educação em direitos humanos sobre a ditadura a partir da cidade/patrimônio na América Latina

Neste tópico, trataremos sobre a inserção dos lugares de memória como instrumentos de educação em direitos humanos a partir de instituições e sobre projetos que se propõem a abordar a história da ditadura nos países latinoamericanos. Dessa forma, essa busca corrobora na compreensão do cenário em que o Caminhos da Ditadura em Porto Alegre se insere.

Para isso, a metodologia utilizada foi de levantar e analisar: 1) Instituições que abordassem o tema da ditadura em três locais: Memórias Situadas⁶³, *Red de Sitios de Memoria Latinoamericanos y Caribeños* (RESLAC)⁶⁴ e *Sites of Conscience*⁶⁵. A seleção se deu por meio de analisar nos *sites* das instituições as propostas que remetessem a cartografia e lugares de memória da cidade; 2) Projetos de cartografias da memória sobre a ditadura que não estejam relacionados às instituições citadas anteriormente.

⁶³Disponível em <https://www.cipdh.gob.ar/memorias-situadas/> acesso em 18/12/2021.

⁶⁴Disponível em <https://sitiosdememoria.org/es/> acesso em 18/12/2021.

⁶⁵Disponível em <https://www.sitesofconscience.org/> acesso em 18/12/2021.

Inicialmente, é importante salientar o uso e a diferenciação entre os termos “sítios de consciência” e “lugares de memória”. Os primeiros podem ser entendidos como os espaços institucionais que desenvolvem propostas na área da museologia, educação patrimonial e/ou arquivologia no intuito da reflexão sobre um determinado período histórico, e podem ser ou não lugares de memória. Por exemplo, no Brasil, o atual Memorial da Resistência em São Paulo, nos tempos ditatoriais, foi a sede do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops/SP), assim se caracteriza por ser um sítio de consciência em um lugar de memória. Por outro lado, os lugares de memória são locais que resguardam alguma história sobre determinado período, mas que não necessariamente possuam propostas e espaços de reflexão sobre essa história. Por exemplo, em Porto Alegre, onde funcionou o Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS), atualmente funciona o Palácio da Polícia Civil e não há qualquer projeto que trate desse histórico da parte institucional do órgão. Pode-se dizer, assim, que sobre a história da ditadura em Porto Alegre há lugares de memória, mas não possuímos sítios de consciência.

O conceito “lugares de memória” foi criado por Pierre Nora (1993), em que os compreende como algo que seja capaz de desencadear memórias. Isto é, não se restringe apenas a dimensão física (espaços e monumentos), este conceito também comporta outras formas de materializar uma representação/homenagem do/ao passado. Conforme explicitado no excerto abaixo:

são lugares, efetivamente, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, mas simultaneamente em graus diversos. Inclusive um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação lhe confere uma aura simbólica. Um lugar puramente funcional, como um livro didático, um testamento, uma associação de ex-combatentes só entra na categoria se objeto de um ritual. Um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é por sua vez o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma convocatória concentrada da lembrança (NORA, 2008, p. 33 *apud* SOARES & QUINALHA, 2012)

No entanto, o termo cunhado pelo historiador francês tem recebido reformulações conforme o avanço dos estudos sobre a temática. Uma das pesquisadoras que desenvolve essa crítica é Ludmila da Silva Catela, que propõe o termo “territórios de memória”, em que concebe um entendimento mais amplo entre memória e espaço. Uma vez que se refere

às relações ou ao processo de articulação entre os diversos espaços marcados e às práticas de todos os que se envolvem no trabalho de produção de memórias sobre a repressão; ressalta os vínculos, a hierarquia e a reprodução de um tecido de lugares que potencialmente pode ser representado por um mapa. Ao mesmo tempo, as propriedades metafóricas do território nos leva a associar conceitos tais como conquista, litígios, deslocamentos ao longo do tempo, variedade de critérios de demarcação, de disputas, de legitimidades, direitos, 'soberanias' (CATELA, 2001, p. 208 *apud* SOARES & QUINALHA, 2012)

Segundo o documento do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul (IPPDH) intitulado “Princípios Fundamentais para as Políticas Públicas sobre lugares de memória”, se compreende como lugares de memória:

- Os lugares de memória são todos aqueles lugares que resultam significativos para uma comunidade e que permitem incentivar processos de construção de memórias vinculadas a determinados acontecimentos traumáticos ou dolorosos.
- Os lugares de memória são construídos especificamente para realizar trabalhos de memória (museus, monumentos nas ruas etc.), mas não têm necessariamente um vínculo físico, emocional ou simbólico com os acontecimentos que se buscam evocar.
- Os lugares de memória são os lugares físicos onde se cometeram graves violações aos direitos humanos. Algumas respostas agregam a procedência de criar lugares de memória em locais que são paradigmáticos da repressão e, inclusive, em prédios emblemáticos da resistência à violência exercida pelo Estado, devido ao valor que tem construir memórias que evoquem as vidas e a história de militância das vítimas, e recordá-las como sujeitos políticos, em disputa com o poder ditatorial. Em todos estes casos se destaca a materialidade destes espaços (sua relação física com os acontecimentos passados) como um elemento necessário para dar testemunho do acontecido. (IPPDH, 2012, p. 16)

Observa-se que no excerto, em específico no terceiro ponto, que também há uma mescla do entendimento sobre sítios de consciência e lugares de memória. No entanto, utilizaremos ao longo da dissertação “lugar(es) de memória” por ser um conceito mais aplicado na área e já resguardado por leis de preservação patrimonial, mas compreendendo as limitações e críticas do mesmo como exposto acima.

Como mencionado anteriormente, então, o primeiro levantamento e análise deu-se em 53 instituições mapeadas que tratavam sobre a memória e a história das ditaduras na América Latina. Dessas, foram selecionadas 11 que possuíam ou possuem projetos que abordem cartografia, cidade e patrimônio na educação em direitos humanos para apresentar aqui:

1. *Villa Grimaldi: Corporación Parque por la Paz - Chile* <http://villagrimaldi.cl/>

A instituição realiza rotas temáticas, mas apenas dentro do parque. São três possibilidades de rotas: Contexto Histórico, Movimento de Direitos Humanos e Memória e Testemunho. O trabalho está inserido na perspectiva da “Pedagogia da Memória”⁶⁶ e possui versões digitais e materiais complementares sobre essas rotas. Além disso, tem mapeado outros espaços de memória do Chile, mas não os conecta em um trajeto de memória entre eles.

⁶⁶ “(...) el conjunto de prácticas que se articulan desde los diferentes espacios educativos, entre ellos los Sitios de Memoria, con el objetivo de abordar críticamente la relación temporal entre pasado, presente y futuro que supone la construcción de las memorias. Estas prácticas no están libradas de tensiones y contradicciones. Precisamente en ese carácter dinámico, conflictivo y heterogéneo radica su dimensión política y transformadora.” CÓRDOBA. Chupinas de Colección: aporte para pensar los sitios de memoria como herramientas metodológicas en el aula. Comisión Provincial de Memoria. 1 ed., Córdoba: el autor, 2011, p. 20. Disponível em <http://www.apm.gov.ar/em/chupinas-de-coleccion> acesso em 18/12/2021.

2. *Memoria Histórica de la Alameda - Chile* <http://www.memorialameda.cl/>

É um projeto que utiliza a plataforma “Cultural Luggage” de localização de georreferenciamento⁶⁷. Permite explorar conteúdos que referem sobre lugares históricos da Alameda das Delícias. Existe o mapa disponível no *site*, mas não foi possível explorá-lo por conta do *plugin* dos navegadores não serem mais compatíveis. A ideia é semelhante aos "auto guias" de museus, não é um trajeto guiado em grupo como a proposta do Caminhos da Ditadura em Porto Alegre. Algo para ser realizado sozinho ou em pequenos grupos de forma autônoma e guiado pelo mapa digital.

3. *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos - Chile* <https://web.museodelamemoria.cl/sobre-el-museo/>

A proposta da instituição relacionada com os lugares de memória é “Residencias de la Memoria”⁶⁸, uma iniciativa inspirada na ideia originada em Berlim (Alemanha), das *Stolpelsteine*, que mapeia as residências de judeus que foram perseguidos durante o regime nazista. Assim, a proposta do Museu da Memória e dos Direitos Humanos, foi realizada com o olhar para os mortos e desaparecidos da ditadura militar chilena, mais especificamente a experiência piloto ocorreu na comuna Limache⁶⁹. Foram colocadas placas nos locais de última residência de Jaime Aldoney Vargas, Arturo Loo Prado, Carlos Vargas Arancibia, Jorge Villarroel Vilches e Oscar Farías Urzua. Ademais, o *site* possui alguns materiais didáticos que versam sobre explorar lugares de memória da cidade, porém o museu não organiza rotas no território⁷⁰.

Além disso, o Museu possui três mapas digitais que abordam lugares ligados à ditadura no país: *Hallazgos* (com os locais em que foram encontrados restos mortais de vítimas)⁷¹, *Memoriales* (com os espaços que despertam a memória sobre os acontecimentos da

⁶⁷ “Cultural Luggage es una combinación de hardware y software de bajo costo, que consiste en una mochila compacta que contiene un computador, un receptor GPS y un dispositivo portátil que permite a las personas navegar por contenidos geo-referenciados directamente en el lugar físico.” Explicação disponível no *site* do projeto.

⁶⁸ Mais informações disponíveis em <https://web.museodelamemoria.cl/residencias-de-la-memoria/> acesso em 18/12/2021.

⁶⁹ Comuna da província de Quillota, localizada na Região de Valparaíso, Chile.

⁷⁰ Alguns desses recursos pedagógicos: 1) “*Tu Memorial*” disponível em https://web.museodelamemoria.cl/wp-content/files_mf/1581617452TuMemorial.pdf acesso em 18/12/2021 2) “*Construyendo Memorias*” disponível em https://web.museodelamemoria.cl/wp-content/files_mf/15816177902015ConstruyendoMemorias.pdf acesso em 18/12/2021.

⁷¹ Disponível em <http://interactivos.museodelamemoria.cl/hallazgos/> acesso em 28/12/2021.

ditadura)⁷² e *Recintos* (com os lugares que funcionaram como espaços de detenção e/ou tortura)⁷³. Cada um dos mapas é dividido por região e que pode ter um ou mais pontos.

4. Centro de Memoria, Paz y Reconciliación - Colômbia

<http://centromemoria.gov.co/>

O centro possui propostas de cartografia, ou seja, experiências focadas na parte do mapeamento de experiências docentes⁷⁴ e no levantamento sobre memória histórica relacionada com os direitos humanos⁷⁵. No entanto, não propõe trajetos no espaço urbano a partir desses mapeamentos.

5. Centro Nacional de Memoria Histórica - Colômbia

<https://centrodememoriahistorica.gov.co/>

Possui materiais digitais que tratam de memórias situadas no território, mas nenhuma iniciativa de proposta de trajetos de memória ou cartografia⁷⁶. Assim, percebe-se que há uma preocupação com a memória histórica dos lugares, mas não foram desenvolvidas propostas ainda sobre isso.

6. Memorial para la Concordia - Guatemala <https://memorialparalaconcordia.org/>

O memorial desenvolveu um mapa digital intitulado “Mapeo de la Memoria” que as pessoas podem participar enviando fotos, áudios, vídeos e textos de locais que recordam as vítimas do Conflito Armado Interno (1960-1996)⁷⁷. A proposta, no entanto, não abarca um trajeto de memória com esses lugares.

7. Memorial da Resistência - Brasil <http://memorialdaresistencia.org.br/>

O Memorial não possui ações educativas de trajetos de memória pela cidade em formato sistemático, mas desenvolveu o aplicativo chamado #SP64. É uma ferramenta baseada no georreferenciado e que mapeia locais de memória da resistência e da repressão na cidade de São Paulo. Segundo o *site*⁷⁸

Através do #SP64 é possível explorar os diferentes lugares de memória a partir de um mapa, linha do tempo ou de categorias, traçar um próprio roteiro e receber

⁷² Disponível em <https://interactivos.museodelamemoria.cl/memorales/> acesso em 28/12/2021.

⁷³ Disponível em <http://interactivos.museodelamemoria.cl/recintos/> acesso em 28/12/2021.

⁷⁴ Disponível em <http://centromemoria.gov.co/wp-content/uploads/2021/04/Herramienta-Dialogante.pdf> e <http://centromemoria.gov.co/redes-y-movimiento-de-maestros-y-maestras/> acesso em 20/12/2021.

⁷⁵ Disponível em http://centromemoria.gov.co/wp-content/uploads/2021/04/Cartografia_Pliego.pdf acesso em 20/12/2021.

⁷⁶ Disponível em <https://centrodememoriahistorica.gov.co/especiales-digitales/> acesso em 20/12/2021.

⁷⁷ Disponível em <http://mapeo.memorialparalaconcordia.org/> acesso em 20/12/2021.

⁷⁸ Disponível em <http://memorialdaresistencia.org.br/aplicativo-sp64/> acesso em 26/12/2021.

notificações durante a caminhada pela cidade. Cada lugar identificado dá acesso a conteúdos como histórico, testemunhos, imagens, links e ferramentas de compartilhamento nas redes sociais.

No entanto, é importante salientar que, na busca no *site* do Memorial, não se encontra menção sobre o aplicativo, somente encontrei a proposta pois já sabia de sua existência e realizei uma pesquisa na ferramenta de busca do navegador.

Também houve a iniciativa da publicação de um *ebook* que aborda os lugares de memória intitulado “Memórias Resistentes, Memórias Residentes: Lugares de memória da ditadura civil-militar no município de São Paulo”⁷⁹, que é um material muito importante. Em decorrência desse projeto, foi criado o *podcast* “Percurso e Memórias” que em oito episódios apresenta em formato de audioguia alguns dos lugares de memória presentes na capital paulista⁸⁰.

8. *Espacio Memoria (ex ESMA) - Argentina* <https://www.espaciomemoria.ar/>

O *sítio* de consciência *Espacio Memoria* dispõe de uma proposta de trajeto de memória sobre a instituição e o bairro em que está inserida. Assim, o “*Cartografías de la Memoria*” é um trajeto autoguiado através de áudios dispostos no aplicativo *izi.TRAVEL*, são 15 locais selecionados para o trajeto⁸¹. Interessante apontar a existência desse *site* de audioguias para turismo, pois poderia ser inserido o trajeto do Caminhos da Ditadura em Porto Alegre de modo a chegar a mais pessoas e ser usado como ferramenta pedagógica.

9. *Museo de la Memoria - Argentina* <http://www.museodelamemoria.gob.ar/>

O museu possui visitas guiadas no prédio somente, não desenvolveu ainda ações de trajetos de memória na cidade⁸². Um projeto que chamou a atenção enquanto navegava no *site* foi o “Programa Constructores Territoriales en Derechos Humanos”, que oferece formação para os jovens sobre temas em direitos humanos e, também, como mediadores do museu. O nome “Territoriais” no título é em razão de trazer jovens de outros bairros para realizar essa formação⁸³.

⁷⁹Disponível em <https://sites.usp.br/outrosurbanismos/wp-content/uploads/sites/165/2017/01/161223C2-MEMO%cc%81RIAS-RESISTENTES-ISSUU-V8.pdf> acesso em 28/12/2021.

⁸⁰ Disponível em <http://memorialdaresistencia.org.br/percursos-e-memorias/> acesso em 28/12/2021.

⁸¹ Site da proposta disponível em <https://espaciomemoria.ar/memoriaencasa/cartografias-de-la-memoria/> acesso em 26/12/2021 e o site do autoguia disponível em <https://izi.travel/es/dd14-cartografias-de-la-memoria/es> acesso em 26/12/2021.

⁸² Disponível em <http://www.museodelamemoria.gob.ar/page/educacion/idcat/4/title/Recorridos> acesso em 26/12/2021.

⁸³ Disponível em <http://www.museodelamemoria.gob.ar/page/jov/idcat/1/title/Constructorxs-territoriales> acesso em 26/12/2021.

10. *Memoria Abierta* - Argentina <http://memoriaabierta.org.ar/wp/en/inicio/>

Desenvolveu projetos vinculados com lugares de memória no país, no entanto, por conta da incompatibilidade do *Adobe Flash Player* com o navegador, não foi possível acessar o formato virtual, apenas o formato de impressão. São 10 mapas que abordam os centros clandestinos de detenção (CDD) no país⁸⁴ e que, segundo o *site*, podem ser usados em sala de aula ou em rotas específicas.

11. *Archivo Provincial de la Memoria de Córdoba* - Argentina <https://apm.gov.ar/>

Possui somente visitas guiadas pelos prédios que fazem parte da Comissão Provincial da Memória de Córdoba, sendo estes: o Arquivo Provincial da Memória de Córdoba, Espaço para a Memória La Perla e Espaço para a Memória Campo de La Ribera⁸⁵. No que tange a cartografia, há um documento interessante que mapeia outros espaços de memória no país, como: instituições, sítios de consciência e lugares de memória⁸⁶, assim como também criou um mapa que aponta todos os centros clandestinos de detenção⁸⁷.

No segundo ponto de levantamento, sobre outros projetos de mapeamento de lugares vinculados à ditadura citamos 10 mapas que abordam essa temática a partir dos territórios brasileiros e latinoamericanos:

- Mapas da Ditadura no site “Memórias da Ditadura” (Brasil)⁸⁸
- Ditamapa (Brasil)⁸⁹
- Cartografias da Ditadura (Porto Alegre – Rio Grande do Sul)⁹⁰
- Cartografias da Memória (Rio Grande do Sul)⁹¹
- Cartografias da Ditadura (Rio de Janeiro – RJ)⁹²
- Cartografia da Ditadura em Fortaleza do coletivo Aparecidos Políticos (Fortaleza – Ceará)⁹³

⁸⁴ Disponível em <http://memoriaabierta.org.ar/wp/en/printable-maps-of-clandestine-detention-centers/> acesso em 26/12/2021.

⁸⁵ Disponível em <https://apm.gov.ar/em/recorridos-educativos> acesso em 26/12/2021.

⁸⁶ Disponível em https://apm.gov.ar/sites/default/files/Espacios%20de%20Memoria%20en%20la%20Argentina.%20Catalogo%20web_1.pdf acesso em 26/12/2021.

⁸⁷ Disponível em https://apm.gov.ar/periplosdememorias/materiales/1-1/AportesReflexion/mapaCCD/mapa_ccds.pdf acesso em 26/12/2021.

⁸⁸ Disponível em <http://mapasdaditadura.memoriasdaditadura.org.br/> acesso em 27/12/2021.

⁸⁹ Disponível em <https://ditamapa.desvirtual.com/pt/sobre> acesso em 27/12/2021.

⁹⁰ Disponível em <https://cartografiasdaditadura.wordpress.com/> acesso em 27/12/2021.

⁹¹ Disponível em <https://www.ufrgs.br/cartografiadamemoriadaditadura/> acesso em 27/12/2021.

⁹² Disponível em <http://www.cartografiasdaditadura.org.br/> acesso em 27/12/2021.

⁹³ Disponível em <http://www.aparecidospoliticos.com.br/2020/03/cartografia-da-ditadura-em-fortaleza/> acesso em 27/12/2021.

- Ditadura Militar em Curitiba (Curitiba – Paraná)⁹⁴
- Memórias de Resistência (Belo Horizonte – Minas Gerais)⁹⁵
- Mapas de la Memoria – Comisión Provincial por la Memoria (Argentina)⁹⁶
- La Ruta de la Memoria (Santiago, Chile)⁹⁷

Por fim, através da breve explicação de cada instituição que demonstrou um interesse em tratar sobre lugares de memória sobre a história do autoritarismo em seus países, pude perceber que são raros ainda os projetos que desenvolvem caminhadas pela cidade com intuito de ensinar sobre o período como é a proposta do Caminhos da Ditadura em Porto Alegre. As iniciativas que mais se aproximam do campo em discussão nesta dissertação, em sua grande maioria, estão vinculadas às cartografias da memória e aos trajetos autoguiados por meio de áudios.

Em um segundo momento, quando levantamos os projetos de mapeamento que não estavam necessariamente conectados às instituições, foi de grande auxílio para perceber que o Caminhos da Ditadura em Porto Alegre está inserido em uma coletividade de outras propostas cartográficas sobre as marcas das ditaduras nas cidades brasileiras e latinoamericanas. Nesse sentido, são muitos materiais com potencial para serem transformados em trajetos de memória na cidade, como foi realizado no próprio desenvolvimento do Caminhos da Ditadura em Porto Alegre, mas que também servem como inspiração para outros percursos que o projeto pode desenvolver futuramente, como os audioguias e *podcasts*.

c. Cidade educadora, patrimônio e educação em direitos humanos

i. O que é uma cidade educadora?

Não se pode querer o que não se conhece. Conhecer a cidade é gostar dela, saber todas as oportunidades que oferece e as que não oferece talvez sair no mundo para procurá-las. Griselda Feldman⁹⁸

Neste tópico, será abordado o conceito de “cidade educadora” a partir da carta de

⁹⁴ Disponível em <https://ditaduraemcuritiba.com.br/> acesso em 27/12/2021.

⁹⁵ Disponível em <http://estaticog1.globo.com/2014/04/03/guia-memoria-de-resistencia.pdf> acesso em 27/12/2021.

⁹⁶ Disponível em <https://www.comisionporlamemoria.org/investigacion/paisajes-de-la-memoria/mapas-de-la-memoria/> acesso em 27/12/2021.

⁹⁷ Disponível em <https://vergara240.udp.cl/la-ruta-de-la-memoria/> acesso em 27/12/2021.

⁹⁸ Diretora da Escola Normal No. 1, na cidade de Rosário (Argentina), que é sede da delegação para a América Latina na Associação Internacional das Cidades Educadoras - na série “Destino Educação - Escolas Inovadoras” (Canal Futura, 2018). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3PpyBbrcqpE>. Acesso em 21/08/2021.

fundação da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE)⁹⁹ e das publicações da Associação Cidade-Escola Aprendiz de São Paulo (SP - Brasil). Em virtude disso, conectei três professores-pesquisadores que corroboram do ponto de vista pedagógico para esse entendimento: bell hooks, Paulo Freire e Loris Malaguzzi. Em ordem de retomar o tema central do espaço urbano com o ensino de história e a história pública, apresentarei alguns exemplos de pesquisas nesse campo. Ainda, trarei o exemplo da cidade de Rosário na Argentina para apresentar como esse município buscou relacionar a concepção da cidade educadora com uma política de memória sobre a ditadura militar do país. Por fim, defenderei a cidade educadora como contraponto ao avanço do neoliberalismo no trato com os espaços públicos, a memória e a história na urbe.

A Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE) é uma organização sem fins lucrativos de caráter permanente, que é fundamentada na colaboração entre governos locais e é regida por uma carta de fundação. No vídeo de apresentação, conceituam “cidade educadora” como aquela que aposta na educação ao longo da vida (transformação social), que mobiliza e articula os agentes educativos do território e que situa a educação como eixo principal no seu projeto de cidade. Seu objetivo principal reside em, através de formação e informação, colaborar com os governos locais na implementação de propostas direcionadas a projetos que fomentem a cidade educadora. Para tornar-se membro é necessário se comprometer com os princípios da carta de fundação e pagar uma cota anual, o ingresso é feito por meio da comprovação de uma petição aprovada no órgão municipal de decisão, no caso de Porto Alegre, na Câmara Municipal¹⁰⁰. Segundo o *site* da AICE, em 2020, são mais de 500 cidades-membro em 36 países de todos os continentes¹⁰¹.

A escolha por ancorar o conceito de “cidades educadoras” na carta de fundação da AICE se dá em razão de Porto Alegre fazer parte desta Associação desde 2001 (GADOTTI, 2006), mas também por esse ser o documento definidor de entendimento internacional do que significa esse conceito. A primeira versão da carta foi escrita em 1990 no 1º Congresso Internacional das Cidades Educadoras que ocorreu em Barcelona (Espanha), depois disso sofreu modificações no terceiro (Bolonha, Itália) e no quarto (Génova, Itália) congresso. Os documentos internacionais citados na introdução da carta que regem suas propostas são: Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948); Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); Declaração Mundial da Educação para Todos (1990);

⁹⁹ Na América são 9 países com 73 cidades associadas, sendo 20 no Brasil.

¹⁰⁰ O valor é baseado no número de habitantes e no Produto Nacional Bruto (PNB) per capita.

¹⁰¹ Informações retiradas da página “Quem Somos” do site da AICE. Disponível em <https://www.edcities.org/pt/quem-somos/> Acesso em 21/08/2021.

Convenção da Cimeira Mundial para a Infância (1990); e na Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2001). Esse instrumento de fundação da Associação é constituído por três princípios - o direito a uma cidade educadora, o compromisso da cidade e o serviço integral das pessoas -, os quais são divididos em vinte pontos. Como já mencionado anteriormente, Porto Alegre ingressa na AICE em um contexto de administração popular da gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo uma referência mundial desde 1989 com a prática do Orçamento Participativo (OP).

Os compromissos que os municípios participantes da AICE precisam estar de acordo são os vinculados na Carta das Cidades Educadoras. Os vinte princípios presentes na carta fortalecem a ideia de uma educação como forma de transformação social e permanente, isto é, ao longo da vida. Observando a trajetória de Porto Alegre desde seu ingresso na Associação até os dias atuais, percebemos que esses princípios têm sido modificados pela gestão municipal, haja vista o escamoteamento do Orçamento Participativo. Em 2022, a gestão municipal de Sebastião Melo (MDB), retoma a relação com a AICE por meio do Pacto Alegre, que se define como

uma proposta de movimento de articulação e eficiência na realização de projetos transformadores e com amplo impacto para a cidade. O objetivo é criar condições para que a cidade se transforme em um polo de inovação, atração de investimentos e empreendedorismo. O convênio prevê o compartilhamento de recursos e parcerias com o poder público e a iniciativa privada. A ideia é unir forças da cidade, de todos os segmentos, em prol de uma agenda comum. (PACTO ALEGRE, 2022)

Quando analisado “quem faz”¹⁰² o Pacto Alegre, percebemos uma união entre setores: universidades (PUCRS, UFRGS, Unisinos), partidos (Partido Progressista e Partido Trabalhista Brasileiro), sindicatos, associações, secretarias municipais (educação; desenvolvimento econômico; inovação, ciência e tecnologia; fazenda; saúde; etc.), câmara municipal, institutos culturais, hospitais, times de futebol e empresas nas mais diversas áreas do setor privado. Importante mencionar também que os patrocinadores são os bancos Sicredi, Badesul e Agibank. A sede do Pacto Alegre é na TECNOPUC¹⁰³ e que o conselho consultivo reúne nomes do empresariado porto alegreense como Nelson Sirotsky, William Ling e Mônica Timm. São 39 projetos escolhidos pelo Pacto Alegre, sendo “Cidade Educadora” um destes e está previsto no quarto ciclo de desenvolvimento, tem como proposta e objetivos:

Tornar POA uma referência no contexto das cidades educadoras. Preparar os jovens, os servidores públicos e os cidadãos em geral para o futuro de cidadania digital, consolidando a lógica de engajamento permanente com a construção da cidade.

¹⁰² Lista de participantes disponível em <https://pactoalegre.poa.br/quem-faz-o-pacto-alegre> Acesso em 29/07/2022.

¹⁰³ Parque Científico e Tecnológico da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Consolidar POA como um exemplo de Cidade Inteligente, Inclusiva e Educadora (*Smart and Inclusive Learning City*).

Objetivos:

- Montar agenda de ações integradas visando avançar o conceito e fazer de POA um exemplo de mobilização no âmbito da Rede de Cidades Educadoras.
- Estimular o aprendizado pela vivência e experimentação de espaços criativos da cidade (universidades, ecossistemas de inovação, museus, planetário) e de experiências culturais diversas (cultura maker, música, etc.)
- Estabelecer um modelo de educação que englobe toda a cidade, transbordando os muros da escola.
- Promover o pertencimento, o direito à cidade e a formação cidadã para todos, especialmente os Jovens. (PACTO ALEGRE, 2022)

Conforme o que foi apresentado, então, percebe-se que existe uma tentativa de retomar a proposta da cidade educadora por parte da gestão municipal, no entanto, com tantas vinculações aos empresariado e aos setores privados, cabe o questionamento de para quem está servindo essa proposta que se diz promotora da cidadania e o direito à cidade. Em suma, percebo que houve uma modificação do sentido de fazer uma “cidade educadora” em Porto Alegre, em que nos anos 2000 se priorizava o sentido de administração popular e, nos tempos atuais, em que se baseia no empreendedorismo e setores privados nas tomadas de decisão.

Retornando à carta de princípios da AICE, pode-se apreender que o conceito de “Cidade Educadora” conforme anteriormente mencionado, abrange a formação contínua dos cidadãos, ou seja, orientado para uma educação integral dos sujeitos. Nesse sentido, seu objetivo é

o de aprender, trocar, partilhar e, por consequência, enriquecer a vida dos seus habitantes. A cidade educadora deve exercer e desenvolver esta função paralelamente às suas funções tradicionais (econômica, social, política de prestação de serviços), tendo em vista a formação, promoção e o desenvolvimento de todos os seus habitantes. Deve ocupar-se prioritariamente com as crianças e jovens, mas com a vontade decidida de incorporar pessoas de todas as idades, numa formação ao longo da vida. (AICE, 2004, p. 2)

A vida de aprendizagem dos habitantes não é restrita apenas às instituições de ensino formal, mas entrelaçadas aos múltiplos espaços da cidade. Dessa forma, “o direito a uma cidade educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todos os indivíduos à educação” (AICE, 2004, p. 4). Preocupada com uma “sociedade do conhecimento sem exclusões”, a Associação apresenta, através dessa carta, que os processos educativos precisam incluir a todos independente da raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade, religião, deficiências ou gerações. Por fim, a cidade educadora é uma cidade que está preocupada com a educação para e pela cidadania, que é compreendida aqui na

forma de cidadania política, social, econômica, civil e intercultural (GADOTTI, 2006, p. 134)¹⁰⁴. Assim, as possibilidades de projetos vinculados à cidade educadora podem ser dos mais diversos tipos, cito alguns exemplos: as revitalizações do espaço urbano através da arquitetura e urbanismo; as atividades físicas para idosos; os programas de artes e música para jovens em vulnerabilidade social; as propostas culturais para imigrantes; as atividades circenses voltadas para pessoas com deficiência; os programas de fomento à leitura em bibliotecas para crianças; a criação de hortas comunitárias; a inclusão dos habitantes em decisões políticas como planejamentos participativos; as ações de capacitação para o mercado de trabalho de pessoas em situação de rua; o desenvolvimento da economia solidária por meio de feiras; entre tantas outras ideias que estejam em direção do progresso comunitário.

A escolha pela seleção das publicações¹⁰⁵ da Associação Cidade-Escola Aprendiz deu-se em razão de ser uma experiência brasileira que se detém na formação e expansão teórica e prática sobre cidades educadoras. A Associação existe desde 1997 e promove principalmente a ideia do território educativo, a partir do sistema de “Bairro-Escola”, que é uma proposta “de corresponsabilidade entre escolas, famílias e comunidades com foco na garantia de condições para o desenvolvimento das pessoas, especialmente as crianças e os jovens” (SINGER, 2015, p. 5). Sendo assim, é um sistema que busca articular as políticas públicas em ordem de conceber a cidade em todo seu potencial educativo.

Por adequar o entendimento de cidade educadora com a realidade brasileira, a Associação Cidade-Escola Aprendiz também vincula-se a ideia de educação integral através da

integração dos diversos tempos (momentos de estudo, lazer, ação comunitária, etc.) agentes (educadores, profissionais da saúde, da assistência social, lideranças comunitárias, artistas, entre outros), recursos, espaços (salões de igreja, clubes, associações comunitárias, residências) e políticas de um território para a garantia do desenvolvimento físico, intelectual, afetivo e social das pessoas (SINGER, 2015, p. 6).

¹⁰⁴ “Adela Cortina afirma que existem dimensões complementares, que se constituem em exigências de uma cidadania plena: • cidadania política — direito de participação numa comunidade política; • cidadania social — que compreende a justiça como exigência ética da sociedade de bem viver; • cidadania econômica — participação na gestão e nos lucros da empresa, transformação produtiva com equidade; • cidadania civil — afirmação de valores cívicos como liberdade, igualdade, respeito ativo, solidariedade, diálogo; • cidadania intercultural — afirmação da interculturalidade como projeto ético e político frente ao etnocentrismo.” (GADOTTI, 2006, p. 134) O autor se refere ao livro CORTINA, Adela. *Ciudadanos del mundo: hacia una teoría de la ciudadanía*. Madrid: Alianza, 1997.

¹⁰⁵ Algumas das publicações lidas foram “100 Muros: relatos de uma experiência” (2003), “Bairro-Escola - Nova Geografia do Aprendizado” (2005), Coleção “Tecnologias do Bairro-Escola” Vol. 1-5 (2011-2014) e Coleção “Territórios Educativos” Vol. 1-3 (2015-2016). Todas as publicações estão disponíveis em pdf no site <https://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/publicacoes/>. Acesso em 21/08/2021.

O potencial educador da cidade pode ser compreendido também através das obras de bell hooks (2020), Paulo Freire (BRANDÃO, 2010; FREITAS, 2010) e Loris Malaguzzi (CRUZ & CRUZ, 2017). Esses professores-pesquisadores concebem a educação como um processo amplo, não se restringindo apenas aos espaços e aos instrumentos formais de ensino, isto é, em termos freireanos, rompem com uma educação bancária.

Dessa forma, em seu livro “Ensinando Pensamento Crítico: sabedoria prática” (2020), bell hooks retoma em seus diversos ensinamentos o conceito de “comunidade de aprendizagem”, sendo este a cocriação de um espaço educativo em que todos são seres que possuem algo a aprender e algo a ensinar. Rompendo com a lógica de hierarquização de saberes e propondo uma troca a partir de uma comunidade ensinante, nesse ponto que uma cidade educadora se ancora.

Neste cenário, se insere também a concepção de “andarilhos da utopia” criada a partir da vida e obra do patrono da educação brasileira, Paulo Freire. Conceituado por Brandão (2010) e Freitas (2010), ser andarilho é incorporar a fluidez do permanente movimento da vida humana, e quando associada a ideia de utopia na forma da esperança crítica, tem-se a eterna busca caminhante pelo lugar (*topos*) em que se atinge a convivência harmônica entre os seres humanos. Na forma das palavras de Fernando Birri, escritas por Eduardo Galeano:

A utopia está lá no horizonte.
Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.
Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos.
Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.
Para que serve a utopia?
Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.
(GALEANO, 1994, p. 310)

Por fim, há a proposta de Loris Malaguzzi, fundador da abordagem pedagógica de *Reggio Emilia* (Itália), de que o espaço/ambiente seria o “terceiro educador”. Suas pesquisas e atuação centram-se na educação infantil, em que Malaguzzi tratou de incrementar o espaço/ambiente escolar para que as crianças possam experimentar vivências de qualidade que estimulem seu desenvolvimento educacional. Essa formulação também pode ser transposta para o que tenho desenvolvido sobre cidade educadora, ou seja, da importância da qualidade do contexto em que o ensino-aprendizagem acontece, uma vez que

o ambiente expressa ideias e sentimentos acerca da criança, da educação e da sociedade. Tais ideias e sentimentos são apropriados pelas crianças, transformando-se em ingredientes importantes no processo de construção da sua identidade. (CRUZ & CRUZ, 2017, p. 77 e 78)

Em síntese, esses três conceitos proporcionam expandir a ideia de cidade educadora para uma proposta de cidadania plena, que leve em conta a participação popular

horizontalizada, a transformação sociopolítica dos lugares da cidade e o desenvolvimento biopsicossocial dos sujeitos.

Em relação a intersecção entre essa cidade educadora e sua História, ou o ensino sobre sua história e memória, são quatro pontos da Carta de Fundação da AICE que direcionam para essa conexão:

- Ponto 3 - “Encorajar o diálogo entre gerações” - O ensino de história é um diálogo entre gerações e os lugares de memória auxiliam, a partir dessa materialidade, essa ponte com o passado;
- Ponto 7 - “Encontrar, preservar e apresentar identidade pessoal e complexa da cidade” - Relaciona diretamente com a proposta do Caminhos da Ditadura, uma vez que busca promover a identificação dos sujeitos com o território urbano por meio do conhecimento das memórias e das histórias da cidade que habitam e circulam;
- Ponto 8 - “Harmonia entre novas necessidades e perpetuações de construções e símbolos que constituam referências claras ao seu passado e à sua existência” - Compactua, portanto, com os limites e construções entre a cidade do presente e a cidade do passado, mais especificamente de seu patrimônio;
- Ponto 20 - “A cidade educadora deverá oferecer a todos os seus habitantes, enquanto objetivo cada vez mais necessário à comunidade, uma formação sobre os valores e as práticas da cidadania democrática: o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade e o interesse pela coisa pública, seus programas, seus bens e serviços” - Esse é o último princípio da carta e acredito que resume bem a ideia da própria Associação, esse ponto se conecta ao objetivo do próprio projeto Caminhos da Ditadura em Porto Alegre, principalmente no que tange seu fomento a educação em direitos humanos (AICE, 2004).

Como apontada na introdução desta dissertação, foi realizada uma pesquisa no catálogo de teses e dissertações da CAPES com a palavra-chave “cidade educadora”. Sobre práticas pedagógicas em educação sobre a cidade, no sentido de educação patrimonial ressalto os trabalhos: sobre o patrimônio cultural do bairro Bom Juá na cidade de Salvador na Bahia (BARRETO, 2016), sobre patrimônio cultural rural paulista (GRAZIANO, 2016) e sobre patrimônio na cidade de Vila Velha no Espírito Santo (CARVALHO, 2014). Em suma, cabe ressaltar que, o trabalho desenvolvido no Caminhos da Ditadura, é uma forma de articulação de muitas áreas do conhecimento - políticas públicas, geografia, educação, história, museologia, tecnologias digitais, arquitetura e urbanismo -, pois também se insere como proposição de política de memória.

Por fim, há trabalhos que versam sobre as cidades educadoras gaúchas, as quais abordam: a participação das juventudes em Gravataí (WINK, 2011); a experiência de Esteio enquanto cidade educadora (RODRIGUES, 2008); uma reflexão sobre o papel da cidade educadora na democracia (MORIGI, 2014); a cidade educadora no bairro Restinga em Porto Alegre (MARTAU, 2006; PAREDES, 2007); e uma experiência prática em educação “além muros” na cidade de Caxias do Sul (PEDRO, 2017). Todas são pesquisas que servem de inspiração teórica-metodológica por versarem sobre cidades educadoras, todavia não estão no campo da História e discorrem mais sobre o direito à cidade do que educar sobre o patrimônio histórico-cultural dos lugares. A pesquisa de Carina Vasconcellos Abreu (2011), que expõe em sua dissertação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCRS sobre cidade educadora e lugares de memória através da análise de formulários de participantes do “Viva o Centro a Pé”¹⁰⁶, foi a pesquisa que está mais próxima do que está sendo apresentado aqui, ainda que a autora apenas analise um trajeto já existente. O “Viva o Centro a Pé”, no entanto, aparenta estar desativado desde 2020, em razão da pandemia no novo coronavírus (COVID-19). Esse projeto trata do patrimônio material edificado vinculado a uma história oficial da cidade, os lugares ligados à ditadura civil-militar estão muito mais conectados a uma perspectiva de memórias subterrâneas, como conceituado por Michael Pollak (1989).

Exemplo de uma cidade que viveu tempos ditatoriais e que é uma cidade educadora atualmente, Rosário (Província de Santa Fé, Argentina) desenvolve a proposta “Tríptico da Infância”, composto pelos lugares: Granja da Infância, Jardim das Crianças e a Ilha dos Inventos. São três locais revitalizados pelo poder municipal para o uso educativo através de múltiplos saberes envolvendo a natureza, a cultura, os jogos, a corporeidade e a imaginação. Algo interessante nessa proposta de cidade educadora é de que as atividades extracurriculares em sua maioria ocorrem fora da escola, os/as educandos/as estão em circulação pelo espaço urbano para aprender, isto é, a escola não é o único lugar do saber. Assim, um dos pontos fundamentais para isso é o passe livre, tanto de ônibus quanto de bicicleta. Sobre o ensino da ditadura civil-militar, um dos locais da cidade é o Museu da Memória¹⁰⁷, esse espaço está vinculado às instituições de ensino que passam a utilizá-lo como ferramenta de educação

¹⁰⁶ Projeto da Prefeitura de Porto Alegre, em específico pela Coordenação de Memória Cultural (CMC), equipamento da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), que trata sobre lugares históricos no centro da cidade. Atualmente, não consta nem como um “serviço” na página da SMC. Para saber mais sobre, acesse o *site* antigo http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro/default.php?reg=2&p_secao=120 ou do Centro de Pesquisa Histórica de Porto Alegre <https://cphpoa.wordpress.com/> Acesso 30/07/2022.

¹⁰⁷ Para conhecer mais o museu, acesse o site <https://www.museodelamemoria.gob.ar/> Acesso em 22/08/2021.

“para o nunca mais”¹⁰⁸. Aprender História exige um nível de abstração e pensamento imaginativo altos, um lugar de memória como esse fornece materialidade ao passado, possibilitando uma maior reflexão sobre o terrorismo de Estado e suas marcas ainda vivas.

Como essa pesquisa está intrinsecamente conectada com o tempo presente, através da construção de políticas de memória sobre a ditadura na cidade, é necessário também lembrar que vivemos uma época de neoliberalização das relações sociais, econômicas e políticas. David Harvey (2014) apresenta que, em um sistema neoliberal, a cidade é vista em um sentido mercadológico - exemplifica através da marginalização geográfica de populações sem poder de compra e/ou dos usos estritamente turísticos da urbe. Então, o projeto de uma cidade educadora age como contraponto de uma construção de cidade neoliberal, sobretudo em dois aspectos de privatização: do espaço e das memórias.

Sobre o espaço urbano, é nítido observar que em políticas neoliberais existe uma lógica de precarização de serviços e lugares da cidade para que haja uma apropriação destes por parte dos setores privados. Assim, a cidade deixa de ser pública para adentrar no âmbito privado, isso resulta em uma falta de equidade no acesso, portanto incidindo sobre a cidadania. A cidade, dessa maneira, passa a responder à razão capitalista em que apenas grupos que possuem capital monetário podem acessar determinados lugares da cidade, resultando em problemas como a gentrificação¹⁰⁹. Por fim, uma cidade que somente atende às necessidades do lucro e do consumo acaba por não suprir necessidades sociais que não operam por essa lógica.

No que tange às memórias, uma cidade vinculada a uma política neoliberal busca memórias e histórias que apagam aqueles que não compõem uma elite política e econômica. Isto é, por esta lógica, os espaços de “apenas” interesse social e não mercadológico, não tem sentido de existência, assim, podem ser removidos/demolidos. Então, pode-se dizer que há políticas públicas de esquecimento (MICHEL, 2010) em uma cidade neoliberal. Em específico, o esquecimento-manipulação acontece na cidade de Porto Alegre, principalmente com determinados passados e grupos sociais, como já mencionado anteriormente. A partir desse cenário, torna-se ainda mais necessário desprivatizar memórias que tratem sobre as

¹⁰⁸ Recomendo assistir o vídeo sobre a experiência de Rosário na série “Destino Educação - Escolas Inovadoras” (Canal Futura, 2018). Principalmente do minuto 14:40 até 21:00, que apresenta como o Museu da Memória é utilizado no ensino de história. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3PpyBbrcqPE>. Acesso em 22/08/2021.

¹⁰⁹ Fenômeno de mudança em determinadas regiões/bairros da cidade em que os locais se valorizam (pode ser de forma comercial ou de habitação, por exemplo) e as pessoas de baixa renda não conseguem pagar para viver/circular naquele espaço. Resultando em um processo de marginalização geográfica.

violações de direitos humanos (BAUER, 2015), concebendo o conhecimento do passado como um direito social e político dos indivíduos.

ii. Cidade educadora e o ensino sobre o passado

Este subtópico é constituído pela análise dos relatos de projetos presentes no banco de experiências da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE). O banco de dados possui 517 relatos de experiência, destes, foram selecionados 36 por se encontrarem mais relacionados com os temas desenvolvidos nesta dissertação: educação em direitos humanos, patrimônio e memória. Os dados examinados foram coletados entre março e junho de 2021¹¹⁰. Por ser um banco de dados pouco explorado em pesquisas, isto é, não encontrei outra proposta que buscasse analisar esses relatos de experiência, acredito que é interessante observarmos este arquivo digital em sua totalidade antes de adentrarmos nos trinta e seis relatos selecionados.

Em uma análise quantitativa do banco de experiências, sobre os 517 relatos, foi construída uma planilha¹¹¹ com as seguintes colunas: número de registro, nome, organização proponente, localização, temas, princípios da carta, público, quando foi inserida no banco de experiências, quando ocorreu a experiência e área do conhecimento. Sendo essa última uma construção da autora, uma vez que não há essa categoria no banco de experiências como as outras. Na organização proposta, também foi inserida a informação se a organização era pública ou privada, dado coletado pela autora a partir de análise da organização. Na localização, foram levantados a cidade, o país e o continente. Nos temas, foram escolhidas pela autora três palavras-chave que melhor resumissem aquela experiência, uma vez que cada uma delas possuía mais de três palavras-chave no banco. Como a inserção da experiência no banco de dados é feita de forma autônoma, em algumas delas faltam informações, mas acredito que não seja algo prejudicial para a análise deste arquivo digital como um todo.

Sobre o aspecto da organização proponente da experiência, realizar o levantamento e análise apontou que a grande maioria das atividades foram realizadas por órgãos e instituições públicas. Pode-se inferir, então, que o interesse pela cidade educadora tem partido quase em sua totalidade pela gestão pública, sobretudo das prefeituras. Isto é, relacionando com o questionamento de “para quem serve os espaços da cidade”, é observado que a iniciativa

¹¹⁰ Banco de dados encontra-se disponível através do link <http://w10.bcn.es/APPS/edubidce/pubPortadaAc.do> Acesso em 31/07/2021

¹¹¹ A planilha pode ser consultada a partir do seguinte link https://docs.google.com/spreadsheets/d/1oD1eE_VIE9LTMBWACDNWC2SwMojpgge3W4-nKKhtnFE/edit?usp=sharing Acesso em 15 de Junho de 2021.

privada tem pouca participação e interesse na constituição de propostas abertas para a educação dos cidadãos no espaço urbano.

Sobre a localização geográfica dessas experiências, as cidades que mais apareceram nos 517 relatos foram Barcelona (Espanha, Europa), Rosário (Argentina, América do Sul) e São Paulo (Brasil, América do Sul). Os três países que mais têm experiências relatadas no banco são: Espanha (36,8%), Portugal (20,2%) e Brasil (8%). Deste percentual brasileiro se enquadram 41 experiências, sendo São Paulo com maior número (17) e, em segundo lugar, Sorocaba (10). Sobre o estado do Rio Grande do Sul, aparecem duas experiências, uma na cidade de Santiago, na região central do Estado, e outra em Nova Petrópolis, na Serra. Já nos 36 relatos selecionados, destacam-se as cidades de São Paulo (Brasil - América do Sul) e Torres Vedras (Portugal - Europa), com cinco e quatro experiências, respectivamente.

Quanto ao período de realização da experiência, temos os marcos temporais de 1990 a 2017. Há algumas experiências que remontam às décadas de 1940 e 1950, mas que não possuíam inicialmente um caráter intencional de “cidade educadora”, tendo sido incorporadas como projetos após o entendimento da gestão pública que esta experiência fazia parte de uma ação neste escopo. Dos 36 casos, o período de experiência remonta desde 1986 até 2017, sendo com maior incidência no ano de 2005 (13,9%), 2014 (11,2%), 2008 (11,1%) e 2009 (11,1%).

Quanto ao público que se destinam as experiências, são divididos em oito focos de faixas etárias (0-3; 4-6; 7-12; 13-18; 19-25; 26-40; 41-65; +65). Conforme o levantamento, foram poucas as diferenças entre elas, até em razão do banco de dados permitir que se assinale mais que uma faixa etária para a experiência.

Outra análise quantitativa possível são sobre os temas. Como apresentado anteriormente, foram escolhidas três palavras-chave que melhor resumissem determinada experiência. Estes gráficos podem variar conforme o/a pesquisador/a, uma vez que parte da concepção de quem lê a experiência que delega quais palavras-chave poderiam resumi-la melhor. Percebe-se que entre os 517 relatos de experiência, as temáticas de maior destaque foram o Associativismo e Participação (18,4%), Artes e Humanidades (16,1%) e Bem-Estar Social (12,6%). Observamos assim que as palavras “História” (0,4%), “Patrimônio” (0,2%) de maneira geral não estão associadas às experiências. A palavra “memória” não aparece no repositório e “direitos humanos” aparece somente em oito experiências. Já nas 36 experiências selecionadas, foram expressivas as palavras-chave: Artes e Humanidades (33,3%), Associativismo e Participação (8,3%) e Desenvolvimento Comunitário (8,3%). Observa-se mais vezes as palavras-chave História (5,6%) e Patrimônio (2,8%) neste recorte,

conforme gráfico abaixo. “Direitos Humanos” aparece apenas em duas experiências das trinta e seis.

Gráfico 1 - Divisão por temas das 36 experiências selecionadas do banco de dados da AICE



Fonte: Autora, 2022

Por fim, uma última análise possível de maneira quantitativa foi sobre os princípios da carta de fundação da AICE que mais apareceram nos relatos, importante ressaltar que nem todas as experiências continham este dado. Das 36 experiências selecionadas, a maioria apresentou vínculo ao princípio 20 (16,9%) e ao princípio 7 (9,6%):

A cidade educadora deverá oferecer a todos os seus habitantes, enquanto objectivo cada vez mais necessário à comunidade, uma formação sobre os valores e as práticas da cidadania democrática: o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade e o interesse pela coisa pública, seus programas, seus bens e serviços. (AICE, 2004)

Assim, em consonância com os princípios 3, 7, 8 e 20 que foram elencados pensando o Caminhos da Ditadura em Porto Alegre percebo que o princípio 7 também apareceu bastante nas experiências relevantes (9,6%):

A cidade deve saber encontrar, preservar e apresentar sua identidade pessoal e complexa. Esta a tornará única e será a base dum diálogo fecundo com ela mesma e com outras cidades. A valorização dos seus costumes e suas origens deve ser compatível com os modos de vida internacionais. Poderá assim oferecer uma imagem atraente sem desvirtuar o seu enquadramento natural e social. À partida, deverá promover o conhecimento, a aprendizagem e a utilização das línguas presentes na cidade enquanto elemento integrador e factor de coesão entre as pessoas. (AICE, 2004)

Já os princípios 3 (2,1%) e 8 (3,1%) não tiveram tanta incidência sobre os relatos de experiência selecionados.

Em suma, a análise quantitativa dos dados levantados do banco de experiências da AICE demonstrou o quanto a concepção de cidades educadoras estaria vinculado a muito mais projetos propostos pela administração pública, mas que ainda são iniciativas localizadas.

Isto é, falta o elemento de conectá-las entre si e aos espaços da cidade, como é discutido no tópico anterior desta dissertação, o que caracterizaria em um plano ideal uma cidade educadora seria o elemento de coesão administrado pela gestão municipal. Sobre o aspecto da História, Patrimônio, Direitos Humanos e Memória, observo que foram poucas as experiências com essas características, ou seja, a partir dos dados poderia ser inferido que esta área ainda não se faz presente da concepção do que se entende por “cidade educadora”. Na questão da localização também chamou a atenção o Brasil ser um dos países com maior número de experiências inseridas no banco da AICE, demonstrando que existe essa preocupação com as cidades educadoras por parte de algumas gestões municipais, principalmente do estado de São Paulo. Haja vista que as cidades educadoras estão conectadas com a promoção de direitos humanos, uma hipótese para essa proeminência de São Paulo pode ser em razão de ter sido o primeiro a publicar um programa estadual de direitos humanos, em 1997, um ano após a publicação do programa nacional¹¹².

A análise qualitativa das experiências processou-se através da leitura dos 36 relatos selecionados. Como já mencionado, são aqueles que se aproximam dos temas: educação em direitos humanos, patrimônio e memória. As reflexões detalhadas de cada um dos relatos está disponível nos anexos dessa dissertação. Os 36 relatos selecionados das experiências levantadas do banco de experiências da AICE apresentam algumas linhas de desenvolvimento em comum fornecendo direcionamentos para pensarmos sobre a cidade educadora e o ensino sobre o passado.

A primeira linha é da utilização da memória social dos bairros, fomentando, sobretudo, as relações intergeracionais, aspecto presente no princípio 3 da carta das cidades educadoras, a saber

A cidade educadora deverá encorajar o diálogo entre gerações, não somente enquanto fórmula de coexistência pacífica, mas como procura de projectos comuns e partilhados entre grupos de pessoas de idades diferentes. Estes projectos, deverão ser orientados para a realização de iniciativas e acções cívicas, cujo valor consistirá precisamente no carácter intergeracional e na exploração das respectivas capacidades e valores próprios de cada idade. (AICE, 2004)

Assim, esses relatos apresentam como metodologia tanto os relatos orais como também as experiências que se utilizam dos grupos de estudos históricos no sentido de gerar uma identidade local a partir do passado daquele lugar.

A segunda linha é das experiências que buscam a conexão dos vários espaços culturais da cidade com a educação formal. Dessa forma, alguns relatos abrangem a preocupação em

¹¹² O segundo estado foi o Rio Grande do Norte em 1998; Pernambuco, 1999; Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro (Plano) em 2001; e, Maranhão em 2003. O restante dos estados não possuem programas/planos estaduais de Direitos Humanos.

gerar uma rede entre os equipamentos possíveis de serem utilizados pelos educadores e educadoras. No que se refere ao ensino de História, principalmente as instituições museais e os monumentos da cidade são as que mais aparecem. Nesse ponto gostaria de reforçar a importância do transporte público para deslocamento e o quanto é fundamental os governos municipais lançarem programas que incentivem o passe livre para estudantes.

A terceira linha presente nos projetos vinculados ao passado, são as visitas guiadas por lugares da cidade para diversos públicos que não da educação formal. Noto que são duas direções que as experiências desse tipo tomam para a facilitação da mediação entre sujeitos e patrimônio: 1) Uso da arte, como as encenações teatrais e muralismo; 2) Uso da tecnologia digital, como os códigos QR e *sites*. Ambos pontos serão levados em consideração na construção do trajeto de memória do Caminhos da Ditadura em Porto Alegre. Um ponto que foi evidenciado em alguns dos projetos que falam de visitas guiadas, é a importância da realização de exercícios físicos. Essa dimensão sobre o Caminhos não havia sido pensada ainda, então, é interessante observar este ponto de vista sobre o trajeto de memória e o benefício para a saúde que pode causar.

A quarta linha é da revitalização arquitetônica/urbana - este ponto converge com outros projetos que não vinculados ao passado presentes no banco de dados da AICE - no entanto, aqui foram selecionados aqueles que de alguma forma pensaram sobre o histórico dos locais que seriam “renovados”. Penso que nesta linha estaria inserido também as propostas que tratam da adoção de monumentos, uma vez que estão vinculados com esse elemento de retomada dos espaços urbanos. Sobre essa linha, é fundamental notar a preocupação com a participação cidadã nessa renovação, em que a comunidade pode ativamente compor as discussões sobre quais são as questões caras ao grupo do que se fazer com lugares de uso coletivo. Ressalto isso pois sabe-se o quanto revitalizações urbanas estão atualmente cada vez mais vinculadas à especulação imobiliária e à privatização de espaços públicos, um exemplo disso na cidade de Porto Alegre é o Cais Mauá transformado em Cais Embarcadero, ou seja, transformado um patrimônio municipal e nacional em uma praça de alimentação.

A quinta linha foi identificada como aquelas propostas que versam sobre as violações dos direitos humanos no passado. Esse ponto está implícito em algumas experiências apresentadas que se realizam através de visitas guiadas na cidade, espaços museológicos, arquivos, bibliotecas e programas de intercâmbio. Momentos históricos como guerras civis, ditaduras, escravização aparecem em número reduzido de projetos no sentido de embasar algumas propostas e a reflexão sobre história e memória. Na verdade, os direitos humanos são

como um todo característica fundante do que se compreende por cidade educadora, pois sem esse elemento não seria possível construí-la. Presente no princípio um da carta:

Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece. O direito a uma cidade educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todos os indivíduos à educação. A cidade educadora renova permanentemente o seu compromisso em formar nos aspectos, os mais diversos, os seus habitantes ao longo da vida. E para que isto seja possível, deverá ter em conta todos os grupos, com suas necessidades particulares (...). (AICE, 2004)

Cabe enfatizar que não foi localizada nenhuma experiência que fale sobre a ditadura civil-militar brasileira e nem que faça um levantamento ou experiência educativa sobre os lugares de memória desse período. Creio que a proposta que mais se assemelhou ao Caminhos da Ditadura nesse sentido é “A identidade histórica: recuperação de um valor patrimonial” (Getafe, Espanha, Europa), que busca, entre outras atividades, levantar os lugares relacionados à ditadura franquista na cidade. No Brasil, a experiência “Programa de educação antirracista para a inclusão e valorização da diversidade étnica e cultural” da cidade de Santos é a mais próxima da proposta do Caminhos, pois dentre seus objetivos educacionais, também fomenta o conhecimento dos lugares de memória da cidade sobre o tema sensível da escravização.

d. Caminhos da Ditadura em Porto Alegre

O mapa digital Caminhos da Ditadura em Porto Alegre foi criado por mim em 2016 na disciplina de Introdução à Prática e Estágio de História do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ministrada pela Prof.^a Dr.^a Carmem Zeli de Vargas Gil (FACED). Neste âmbito, com a proposta de uma sequência didática de tema livre, que o mapa surgiu¹¹³. A principal motivação nesse momento era poder criar uma ferramenta pedagógica capaz de ser um suporte para o trabalho do/a educador/a em sala de aula, pautando-se pela ideia de que o ensino-aprendizagem se realizasse de uma maneira distinta da que normalmente é apresentada na educação formal. A professora incentivou que esse projeto fosse apresentado no XII Salão de Ensino da UFRGS, recebendo destaque na modalidade relato de experiência de ensino na graduação. A partir do segundo semestre de 2017 - com o apoio financeiro de uma bolsa de iniciação científica (FAPERGS) e, mais adiante, com uma bolsa de popularização à ciência (CNPq), orientadas pela Prof.^a Dr.^a Caroline Silveira Bauer (IFCH) -, o mapa foi aprimorado nas referências de locais e de

¹¹³O mapa digital Caminhos foi inspirado no seguinte mapa físico digitalizado <https://goo.gl/HcwpFq> Acesso em 28/08/2021.

debates teóricos, principalmente refletindo sobre a importância dos mapas digitais no ensino de história, bem como a possibilidade de explorar essa ferramenta nos campos da história pública digital. Devido ao significativo crescimento do mapa, foi criada uma versão que englobou a ditadura no estado do Rio Grande do Sul¹¹⁴.

Assim, as inquietações que fizeram o Caminhos da Ditadura ser criado e desenvolvido foram: 1) Apresentar a História da ditadura civil-militar brasileira a partir de Porto Alegre, uma vez que grande parte das vezes nas instituições de ensino esse assunto é voltado para o que aconteceu no Rio de Janeiro e em São Paulo. 2) Romper com uma lógica de falar sobre esse período histórico a partir dos ditadores-presidentes, ou somente pelo viés político e econômico, como normalmente é abordado na educação básica; 3) Ser uma ferramenta de ensino para os educadores e educadoras, uma vez que a ditadura é considerado um tema sensível, ter o mapa como ponto de partida facilitaria o diálogo e a aproximação com o tema baseado em pesquisa histórica.

Atualmente, o mapa digital conta com mais de 200 locais referenciados, mas sua expansão não foi somente realizada no campo virtual. Desde 2016 até 2021, esse projeto foi crescendo em muitos âmbitos e com muitas colaborações, estas fundamentais na concepção de que este projeto é feito por todos aqueles que de uma forma ou outra contribuíram para o Caminhos. Em razão disso, o Caminhos se caracteriza por ser uma proposta vinculada à História Pública, conforme conceituado por Ricardo Santhiago (2016), inserida na categoria da história feita *com* o público, a saber, uma história colaborativa em que a autoridade sobre o projeto é compartilhada.

Sob o ponto de vista acadêmico, na culminância dos anos de pesquisa através das bolsas citadas nos parágrafos anteriores, apresentei o trabalho de conclusão de curso em licenciatura em História intitulado: “Caminhos da Ditadura em Porto Alegre: Ensino de História através da tecnologia digital”¹¹⁵ (2018). Nesta monografia, o mapa foi explorado a partir da história pública digital e na sua potencialidade como ferramenta digital. Nesta mesma época, para além de tratar o Caminhos como um recurso pedagógico destinado às salas de aula, busquei inseri-lo nas redes sociais virtuais¹¹⁶ para expandir o público que pudesse ter acesso a esse tipo de informação. O *Instagram* foi a plataforma que mais atendeu

¹¹⁴Através do Centro de Referência em Ensino e Pesquisa sobre a Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul, projeto desenvolvido com o suporte da Prof^a. Dr^a. Caroline Silveira Bauer. Mapa disponível em <https://www.ufrgs.br/centrodereferencia-ditaduras/cartografia-da-ditadura-no-rio-grande-do-sul/> Acesso 28/08/2021.

¹¹⁵ O trabalho de conclusão de curso pode ser acessado no portal LUME da UFRGS, em <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/182395> Acesso em 28/08/2021.

¹¹⁶ Disponível em https://www.instagram.com/caminhosdaditadura_poa/ Acesso em 28/08/2021

a essas necessidades. Assim, a partir daquele ano e até o momento presente, foram diversas produções de conteúdos, para além da divulgação dos lugares ligados à ditadura em Porto Alegre. Algumas das propostas desenvolvidas foram vídeos sobre os mitos que circulam no debate público sobre o período da ditadura (não tinha corrupção, havia mais segurança, etc.); postagens sobre outras faces da resistência (no mês das mulheres foram criados, em parceria com outros/as historiadores/as, textos e imagens de mulheres que lutaram contra a ditadura; isso também aconteceu no mês da consciência negra, com personalidades negras); resolução de questões sobre ditadura que estiveram nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e vestibular da UFRGS; série de postagens “Não Esquecer é Resistir” sobre momentos do período ditatorial que foram incluídos em uma pesquisa de opinião pública da Folha de São Paulo (ex.: guerrilha do araguaia, milagre brasileiro)¹¹⁷; e, dicas de filmes e livros.

A primeira experiência em utilizar o mapa na sua modalidade de trajeto de memória, ocorreu na educação básica na disciplina Estágio de Docência em História III - Educação Patrimonial, em 2017/2, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul¹¹⁸. A oficina foi aplicada na Escola Estadual de Ensino Médio Anne Frank, situada no bairro Bom Fim em Porto Alegre, com duas turmas de 9º ano. Trabalhamos a noção de patrimônio, os locais de memória sobre a ditadura na capital, realizamos uma atividade de percurso por locais próximos à escola que eram ligados ao período ditatorial (Rua Cauduro, Dopinha, Av. Osvaldo Aranha e Auditório Araújo Vianna) e, por fim, trabalhamos com a memória da época através de um convidado que gentilmente prestou seus depoimento enquanto testemunha do período, de trechos do documentário “Arquivos da Cidade”¹¹⁹ e do compartilhamento das entrevistas que os educandos e as educandas realizaram com seus familiares. Esta experiência foi especial, pois nesse momento entrei em contato com os debates sobre cidade educadora pelas leituras realizadas na construção das oficinas e passei a compreender a cidade enquanto um território educativo também na prática da educação patrimonial. Trabalhar com as oficinas ensinando estudantes da educação básica sobre patrimônio e monumentos ligados à ditadura presentes em Porto Alegre para depois realizar uma experiência de trajeto por pontos próximos da escola e, enfim, finalizar com história oral do período foi fundamental na

¹¹⁷ Pesquisa completa disponível em <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/06/1988776-apoio-a-democracia-atinge-75.shtml> Acesso em 03/02/2023

¹¹⁸ Disciplina ministrada pela Profª. Drª. Carmem Zeli de Vargas Gil (FACED-UFRGS). O estágio foi compartilhado com Pedro Soares Gediel.

¹¹⁹ Documentário disponível em <https://curtadoc.tv/curta/direitos-humanos/arquivos-cidade/> Acesso 28/08/2021.

aproximação desse período passado com a vivência presente desses estudantes com sua própria cidade.

Em 2019, também ocorreu outra experiência de saída pela cidade, em que fui convidada pela organização do 37º Encontro Regional Sul de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (EREA), na Região Metropolitana de Porto Alegre, para criar um roteiro na cidade com base no mapa Caminhos da Ditadura. O trajeto foi realizado a pé por cerca de uma hora em um grupo de aproximadamente 40 pessoas no centro da capital gaúcha. A seleção dos pontos do percurso foi influenciada pela ideia de associar o período da ditadura civil-militar na cidade de Porto Alegre com as questões da arquitetura e urbanismo e do movimento estudantil¹²⁰, sendo escolhidos os locais: Av. Osvaldo Aranha, Praça Argentina, Praça Raul Pilla, Colégio Sévigné, Teatro de Arena, Esquina Democrática, Praça Montevideo, Largo Jornalista Glênio Peres, Cais Mauá e Ilha das Pedras Brancas¹²¹. Esse trajeto foi muito marcante por mostrar o grande interesse do público que participou do evento e se inscreveu nessa atividade em específico. Foi o primeiro trajeto para um público mais amplo e as trocas com os participantes durante a caminhada foram de grande importância para a vontade de realizar mais propostas nesse sentido.

Ainda em 2019, participei da fundação, enquanto representante do Caminhos da Ditadura em Porto Alegre, da rede Trajetos da Memória em Porto Alegre, da qual fazem parte, até o momento, os seguintes trajetos de memória: Caminhos Operários em Porto Alegre, Histórias da Ponta Grossa, Museu das Ilhas de Porto Alegre, Pedal pela Memória e Territórios Negros. O grupo tem como objetivo fortalecer os projetos de percurso que pensam as memórias e as histórias alternativas às narrativas tradicionais¹²².

Em 2020, em função da pandemia da COVID-19, senti que o Caminhos da Ditadura poderia ganhar uma nova proposta, que fosse capaz de ser utilizada em sala de aula nesse contexto de distanciamento social e de ensino remoto. Assim, lancei um *tour* virtual guiado a partir do trajeto realizado em 2019 no evento do EREA, no qual estão onze locais que contam com narração sobre sua história e também com fotos da época, possibilitando uma

¹²⁰Subsídio com textos e imagens de cada local que foi visitado no trajeto. Texto disponível em https://docs.google.com/document/d/1bzVLtBrjZt7b5KMMOc_hh1LZ0nA4jFpqHe50qLM2p2Y/edit?usp=sharing. Acesso em 04/09/2020.

¹²¹Não fomos até a ilha, somente tratamos da sua história a partir do Cais.

¹²²A rede é apoiada também pelo Laboratório de Ensino de História e Educação (Lhiste) da Faculdade de Educação da UFRGS, pelo Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT) do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS e pelo Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado (LUPPA) do Departamento de História no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. A carta de fundação foi lançada no Memorial Luiz Carlos Prestes no dia 04/12/2019 e está disponível para leitura em <http://tiny.cc/CartaTrajetosdaMemoria>. Acesso 28/08/2021.

ambientação e uma conexão com o período ditatorial na cidade através da tecnologia digital. Infelizmente, a plataforma do *Google* que possibilitava essa imersão foi desativada, assim, estou aguardando outra forma de desenvolver essa experiência virtual. Nesse mesmo ano, em parceria com o Nonada, *site* de jornalismo independente, foi co-criado com Laura Galli, também historiadora pela UFRGS, a coluna intitulada “Pequena Memória de um Tempo Sem Memória”¹²³, que apresenta individualmente um local ligado à ditadura civil-militar em Porto Alegre em um formato de texto.

Em 2021, se iniciou uma nova etapa do Caminhos, sendo selecionada para ingressar no mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS com um projeto que buscou produzir colaborativamente um trajeto de memória sobre a ditadura na cidade de Porto Alegre. Essa dissertação é o produto final do que foram dois anos de dedicação sobre elaborar e aplicar um roteiro produzido por muitas mãos interessadas em debater ditadura, direitos humanos e direito à cidade. Essa trajetória será explorada no próximo capítulo.

Desde 2016 até 2021, foram diversas as participações em eventos presenciais e *online*, em entrevistas para a imprensa, em artigos publicados em livros¹²⁴ e em atividades em universidades brasileiras. Além disso, a proposta do Caminhos foi capaz de servir como inspiração e base para outros projetos, como as experiências “Epigramas” da artista plástica Manoela Cavalinho¹²⁵ e o jogo educativo “Caso X: investigando um crime da ditadura em Porto Alegre” do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul¹²⁶.

Sobre o futuro do projeto Caminhos da Ditadura em Porto Alegre, com a criação do trajeto de memória, penso que seria fundamental implementá-lo com regularidade para o público. Saídas mensais supririam a necessidade mais geral, mas também oferecer essa experiência para grupos escolares seria um passo importante na sua difusão. Outro ponto para o futuro, e que incluiria um suporte da gestão municipal, seria em expandir o já existente projeto “Marcas da Memória”, inserindo placas nos locais que estão assinalados no Caminhos. Por fim, um terceiro ponto de desenvolvimento futuro, é da possibilidade de produzir outros projetos que poderiam ser criados a partir do mapa, como: livros (literários, paradidáticos), jogos (físicos e digitais), cursos, exposições museológicas, intervenções

¹²³ Em homenagem a música do artista brasileiro Gonzaguinha “Pequena Memória Para Um Tempo Sem Memória”. Letra disponível em <https://www.lettras.mus.br/gonzaguinha/1772122/> Acesso em 08/10/2022.

¹²⁴ Artigos presentes nos livros “Aprender com o Patrimônio no Contexto da Cultura Digital” Carmem Zeli de Vargas Gil e Dilce Eclai de Vargas Gil Vicente (Orgs), Editora Gráfica da UFRGS, 2017; “História Pública e Ensino de História” Miriam Hermeto e Rodrigo de Almeida (Orgs), Editora Letra e Voz, 2021. Este último escrito juntamente com Profa. Dra. Caroline Silveira Bauer (UFRGS).

¹²⁵ Disponível em <https://www.instagram.com/epigramas/> Acesso 28/08/2021

¹²⁶ Disponível em <https://www.ufrgs.br/caminhosdaditaduraemportoalegre/wp-content/uploads/2018/07/Poster-ANPUH-2018-VERS%C3%83O-FINAL.pdf> Acesso 28/08/2021

artísticas no espaço urbano, aplicativos de celular, entre tantas outras propostas viáveis de serem implementadas com objetivo de difusão da história da ditadura da cidade de Porto Alegre.

3. DESENVOLVIMENTO II

a. Uma dissertação no campo da História Pública

i. *Debates sobre campo da História Pública*

Neste tópico, gostaria de apresentar um diálogo entre a proposta desta dissertação e o campo da História Pública. Justamente por ser um “campo” em construção e recente de trabalho e pesquisa no Brasil, é fundamental explicitar meu posicionamento no sentido de corroborar com esse debate. Primeiramente, um dos pontos é a escolha do termo “campo” para definir a História Pública. Alguns pesquisadores/as podem preferir pela escolha de denominar como área, disciplina ou metodologia, mas escolho aqui o termo “campo”, em um sentido conceituado por Pierre Bourdieu, pois entendo a História Pública como um campo com disputas, organização própria e características específicas (ARAÚJO & ALVES & CRUZ, 2009). Para além disso, não percebo como algo separado da disciplina da História, mas um campo interno à esta, que se utiliza de metodologias próprias que refletem e propõem ações que relacionam História e Público nas suas mais infinitas possibilidades, como veremos a seguir. Neste mesmo sentido, penso quanto ao Ensino de História, que é um campo próprio, mas que pode também se relacionar com a História Pública, como é o caso desta pesquisa.

A partir deste ponto inicial, um dos artigos fundamentais é “Duas Palavras, Muitos Significados” de Ricardo Santhiago (2016), publicado no livro *História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários* (MAUAD & ALMEIDA & SANTHIAGO, 2016). Em poucas páginas, o historiador e comunicólogo consegue expressar o desenvolvimento da História Pública no Brasil, também compreendido enquanto três instâncias: fazer história pública, pensar história pública e o campo da história pública. Neste último, o autor defende que “não um novo campo disciplinar, com método e objeto próprios (embora, como veremos adiante, há quem defenda essa perspectiva), mas um espaço de debates” (SANTHIAGO *in* MAUAD & ALMEIDA & SANTHIAGO, 2016, p. 26). Concordo com as divisões que o pesquisador propõe sobre os entrecruzamentos da História Pública:

(...) a história feita *para* o público (que prioriza a ampliação de audiências); a história feita *com* o público (uma história colaborativa, na qual a ideia de ‘autoridade compartilhada’ é central); a história feita *pelo* público (que incorpora formas não institucionais da história e da memória); e *história e público* (que abarcaria a

reflexividade e a autorreflexividade do campo). (SANTHIAGO *in* MAUAD & ALMEIDA & SANTHIAGO, 2016, p. 28) [grifos do autor]

No caso desta pesquisa-ação, os quatro engajamentos se apresentam, neste sentido, 1) Feita para o público, pois o trajeto é criado pensando sua aplicação para um público; 2) Feita com o público, pois o mapa digital também sofreu colaborações de outros atores que não historiadores/as e o trajeto de memória foi criado e pensado por um grupo interdisciplinar; 3) Feita pelo público, pois os trajetos realizados podem suscitar a interação do público presente, com histórias e memórias pessoais ou de seus familiares; 4) História e Público, pois na escrita da dissertação há uma reflexão sobre o campo e as particularidades que essa pesquisa oferece em um sentido de expandir suas possibilidades.

Conceituando público como “compartilhamento – como mundo comum”, nas palavras da pesquisadora Renata Schittino (*in* MAUAD & ALMEIDA & SANTHIAGO, 2016, p. 45), percebemos que, por muito tempo, a História, enquanto disciplina, se colocou em um espaço estritamente acadêmico, voltada para si mesma, aspecto que tem se modificado com as iniciativas em História Pública, Programa de Iniciação à Docência (PIBID), mestrados profissionais (como o ProfHistória) e extensões universitárias. Com a chegada de novos atores sociais nas universidades brasileiras, sobretudo com as políticas de ações afirmativas, foi possível democratizar seu acesso, ampliando o seu sentido de “pública”. Por isso, também, essa pesquisa está inserida em uma metodologia de pesquisa-ação, conforme colocado na introdução da dissertação, a pesquisa-ação procura a execução participativa de projetos, um lugar em que interesses sociais se conectam com os científicos, isto é, a inclusão do público no processo de desenvolvimento e colaboratividade da pesquisa (SANTOS *in* SANTOS & ALMEIDA FILHO, 2008, p. 68).

Assim, a escolha pelo campo da História Pública deu-se no início do projeto Caminhos da Ditadura em Porto Alegre, como vimos anteriormente. A razão desse viés de pesquisa também provém do contexto social e político que vivi nos anos de graduação (2014-2018) e mestrado (2021-2023) em decorrência da ascensão de discursos negacionistas sobre a ditadura de 1964. A opção de tratar sobre o período histórico pela ótica da História Pública, inicialmente, a partir de uma ferramenta digital e, hoje, por meio de um trajeto de memória, reside nesta inquietação enquanto professora-pesquisadora pela contribuição e reflexão sobre o tema da ditadura brasileira no debate público. Outra razão, é de que o mapa digital oferece uma amplificação do conhecimento sobre diversas pesquisas desenvolvidas nas universidades brasileiras sobre a ditadura na cidade de Porto Alegre, sendo capaz, então, de oferecer mais visibilidade para pesquisadores/as para além da academia. Como já foi explicitado, cada local

recebe suas referências bibliográficas, no sentido de valorização da produção desse conhecimento e embasamento sobre cada um dos lugares.

Em relação aos campos da História Pública e o Ensino de História, Rodrigo de Almeida Ferreira (2018) aponta a dificuldade em perceber uma resposta única sobre essa conexão. Porém, acredito que Caroline Pacievitch (2021) desenvolve propostas interessantes para essa compreensão. Para a professora-pesquisadora, a primeira possibilidade de relação é que tanto um campo quanto o outro “tornam o conhecimento histórico acessível ao grande público” (PACIEVITCH, 2021, p. 130); a segunda possibilidade é a retroalimentação entre conhecimento produzido nas universidades e o conhecimento produzidos nas escolas; a terceira possibilidade é de que professores/as “atingem familiares, amigos e membros de outros espaços de sociabilidade” (PACIEVITCH, 2021, p. 131) desenvolvendo também a compreensão sobre o passado para esse outro público; e, por fim, a quarta possibilidade, que “reside justamente nas disputas de narrativas, ética, verdade/mentira, uso de fontes, emergência de agentes históricos outrora invisibilizados e da legitimidade da fala do historiador e/ou professor de História” (PACIEVITCH, 2021, p. 131). Nestes aspectos, o Caminhos da Ditadura em Porto Alegre, enquanto trajeto de memória, se encontra nessa intersecção entre História Pública e Ensino de História, como apresentado pela autora, ainda que a educação esteja sendo mediada em um espaço não-escolar.

A proposta é que as pessoas que participem do trajeto de memória sejam capazes de desenvolver sua literacia histórica (LEE, 2006). Ou seja, a proposta não é terminar a caminhada como conhecedor dos fatos que ocorreram em determinados lugares, mas compreendendo permanências e rupturas entre tempos históricos nos espaços da cidade relacionados com um determinado período histórico, principalmente no que tange os direitos humanos. Neste sentido, de acordo com o professor-pesquisador Daniel Carvalho Pereira, que mobiliza a inter relação entre Ensino de História e História Pública por meio do conceito de literacia histórica, aponta que

O que Lee propõe para a sala de aula pode ser apropriado para pensarmos também a intermediação do historiador-professor nos outros espaços públicos para além dos escolares. A ideia de uma literacia histórica indica a necessidade de uma leitura do passado que seja substantiva, que compreenda a exigência de se trabalhar conteúdos significativos do passado e conceitos-chave na intenção de fornecer um sentido para ele. É possibilitar, através da ideia de literacia, o olhar alargado através da apropriação de um conhecimento que instrumentaliza. Pensar estas acepções em práticas de História Pública é pensar, a nosso ver, em maneiras de instrumentalizar o público com orientações conceituais. (PEREIRA, 2016, p. 36)

Deste modo, desenvolver a literacia histórica nas pessoas que já passaram pelo sistema formal de ensino é aprimorar as capacidades de leitura sobre o passado, articulando o entendimento

do funcionamento da disciplina História para compreensões sobre o mundo, sobre identidades e sobre temporalidades.

Pela ótica do que Peter Lee propõe no conceito de literacia histórica é de também observarmos as pré-concepções sobre determinados assuntos da História. Com o trajeto de memória estamos trabalhando com as ideias pré-estabelecidas da ditadura de 1964, sobretudo em dois aspectos: a ideia de que Porto Alegre não tem histórias e memórias relacionadas à este passado e, também, a inserção de outros atores sociais que sofreram violações (população periférica, pessoas negras, LGBTQIAPN+, mulheres, entre outras) que por vezes são esquecidos na narrativa sobre o período ditatorial brasileiro.

Outro ponto importante de perpassar é a correlação entre os campos supracitados e o Turismo. Quando tratamos de patrimônio seja histórico-cultural, artístico ou natural, a associação com o turismo é mais imediata. Cabe ressaltar que nossa defesa do turismo aqui como atividade econômica, mas que está na contraposição de uma visão puramente mercadológica, neoliberal e inconsequente do setor¹²⁷, nos alinhamos ao pensamento do pesquisador Hélio Cesar Hintze (2013), que resume a interação do turismo como o reconhecimento do outro, no encontro de pessoas, desterritorializações e descobertas do novo. No entanto, ainda está por ser mais desenvolvido uma maior relação do campo da História Pública e o Turismo nas pesquisas acadêmicas (PEGORARO, 2021; TRINDADE JUNIOR, 2021; REIS, 2015)¹²⁸. Não cabe nesta pesquisa estender-se sobre essa relação, mas compreender que os trajetos de memória estão relacionados com o ato de praticar um turismo de aprendizado, sobretudo na sua própria cidade.

Portanto, na intersecção entre História Pública e Ensino de História, estou assumindo um caráter de perceber o campo desta última para além do espaço escolar institucional. Isto é, transformando a cidade em uma grande sala de aula com um público variado em seus mais diversos escopos (gênero, idade, raça, escolaridade, etc.) e que já possui uma base escolar sobre o período histórico em questão. De uma forma sintética, as operações que se fazem no trajeto de memória Caminhos da Ditadura em Porto Alegre estão relacionadas em entender o Ensino de História (literacia histórica) em uma perspectiva de História Pública (compartilhamento) que se utiliza das ferramentas do Turismo (reconhecimento do outro) para

¹²⁷ Por exemplo, no caso do turismo para locais ligados ao patrimônio natural, que em diversos casos provocou um impacto ambiental negativo tanto no meio ambiente quanto para a comunidade local. Para saber mais sobre isso sugiro a leitura da tese de Hélio Cesar Hintze (2013).

¹²⁸ Vale ressaltar também a proposta do Grupo de Trabalho 14 “História Pública: Turismo e Produção cultural” no 2º Simpósio Internacional de História Pública (2014). Caderno de resumos disponível em <https://historiapublica.com.br/wp-content/uploads/2021/09/Caderno-de-Resumos.pdf> acesso em 31/03/2022.

construir conhecimento histórico sobre a ditadura civil-militar brasileira e desenvolver a literacia histórica em um público amplo.

ii. *Iniciativas de trajetos sobre patrimônio em Porto Alegre*

Neste tópico, trabalho com a apresentação de algumas iniciativas que propõe trajetos de turismo vinculados ao patrimônio em Porto Alegre. Compreendendo aqui o conceito de “patrimônio” como algo amplo, nem sempre material ou monumentalizado, conforme a Constituição Federal de 1988:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

Na capital do Rio Grande do Sul, temos diversas iniciativas que buscam valorizar a identidade, a história e a memória da cidade em seus múltiplos aspectos como veremos a seguir. Antes, sobre o organograma da administração pública de Porto Alegre, o Turismo está inserido na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, este já é um ponto de observação interessante, isto é, o turismo alinhado ao viés econômico. Ao contrário, por exemplo, do aspecto do patrimônio, que está com a Secretaria de Cultura, que abriga a Coordenação da Memória Cultural com a equipe do Patrimônio Histórico e Cultural.

Neste escopo, as propostas criadas, geridas e/ou incentivadas pelo poder público municipal no campo do patrimônio, da história e do turismo são: a Linha Turismo, os Caminhos Rurais, Viva o Centro e o Territórios Negros. O primeiro é um *city tour* de ônibus com duas possibilidades de trajetos, pelo Centro Histórico e pela Zona Sul; o segundo é composto por 11 bairros e 15 propriedades que oferecem atividades turísticas “pautado no associativismo e no protagonismo da comunidade local”, conforme o *site* do projeto¹²⁹; o terceiro é uma proposta em três eixos: promoção da imagem, qualificação do espaço urbano e fortalecimento da dinâmica funcional do centro da cidade - um dos pontos interessantes são as placas que marcam esses espaços entendidos como culturais e históricos pelo projeto instituído em 2006¹³⁰, desta proposta que se origina o “Viva o Centro à Pé” com “caminhadas orientadas por professores universitários, estudiosos em história, arquitetura e artes que narram a história de edificações e espaços públicos do Centro da cidade” que ocorreu até

¹²⁹ Disponível em <https://caminhosrurais.com.br/> Acesso em 02/04/2022.

¹³⁰ Disponível em <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro/> Acesso em 02/04/2022.

2014¹³¹; e, o quarto, é uma proposta da prefeitura que cedia ônibus da empresa pública Carris que perpassava pelos seguintes pontos: “Largos Glênio Peres e da Força (Praça Brigadeiro Sampaio), o Pelourinho (Igreja Nossa Senhora das Dores), o Mercado Público, o Campo da Redenção (Parque Farroupilha), a Colônia Africana (Bairros Bom Fim e Rio Branco), a Ilhota (perto do Centro Municipal de Cultura e da avenida Érico Veríssimo) e o Quilombo do Areal da Baronesa (Travessa Luis Garanha), o roteiro encerra no Largo Zumbi dos Palmares”, conforme o *site*¹³², no entanto, infelizmente, esta proposta está desativada. No nível estadual, o Caminhos da Matriz¹³³ é uma proposta realizada desde 2009 ligado ao Memorial do Ministério Público, com um trajeto pelos locais no entorno da Praça Marechal Deodoro, também conhecida como Praça da Matriz.

Em outro aspecto, das iniciativas desenvolvidas pela sociedade civil sem fins lucrativos, temos alguns exemplos. O Museu de Percurso do Negro (com os espaços demarcados por obras artísticas: Tambor - na Praça Brigadeiro Sampaio; Pegada Africana - na Praça da Alfândega; Bará do Mercado - no interior do Mercado Público; Paineis Afrobrasileiro - no Largo Glênio Peres) e que ainda desenvolve trajetos através dos/as monitores/as que foram formados/as¹³⁴. Neste mesmo sentido de museu a céu aberto, é a iniciativa do Museu das Ilhas de Porto Alegre que busca valorizar a história do bairro Arquipélago, sobretudo da cultura pesqueira¹³⁵, atualmente o projeto conta com painéis que contam a história de cada espaço¹³⁶.

Algumas das propostas que fazem parte da rede Trajeto de Memória de Porto Alegre juntamente com o Caminhos da Ditadura e o Museu das Ilhas, temos o Caminhos Operários em Porto Alegre que explora a memória, a história e o patrimônio das classes operárias das mais diversas temporalidades, sobretudo com o enfoque nas organizações sindicais, esta proposta é desenvolvida pelo historiador Frederico Duarte Bartz¹³⁷. O Histórias da Ponta Grossa, que divulga o patrimônio cultural e ecológico do bairro localizado na zona sul da capital, desenvolvido por Vagner Debon Eifler. O Pedal pela Memória, iniciativa do Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado (LUPPA/UFRGS), sobretudo da historiadora Eduarda Ferrari Soletti e do professor universitário Fernando Nicolazzi,

131

Disponível

em

http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/default.php?reg=2&p_secao=120# Acesso em 02/04/2022.

Acesso em

132 Disponível em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/gpn/default.php?p_secao=18 Acesso em 02/04/2022.

133 Site do projeto <https://www.instagram.com/caminhosdamatriz/> Acesso em 02/04/2022.

134 Site do projeto <http://museudepercursoadonegroempuertoalegre.blogspot.com/> Acesso em 02/04/2022.

135 Site do projeto <https://www.facebook.com/museudasilhas/> Acesso em 02/04/2022.

136 É possível conhecer os lugares de forma virtual <http://u.osmfr.org/m/692253/> Acesso em 02/04/2022.

137 Site do projeto <https://www.facebook.com/CaminhosOperarios/> Acesso em 02/04/2022.

desenvolveu duas propostas de trajeto realizados de bicicleta, a edição sobre a memória e a história LGBTQ+ e a edição sobre Democracia¹³⁸.

Nos trajetos propostos por empresas, o Porto Alegre Mal Assombrada é uma iniciativa que vale o destaque, que desde 2019 busca unir as histórias, lendas e mitos macabros da cidade com trajetos realizados à pé¹³⁹. À título de citação, outras empresas que realizam *tours* são a *Free Walk Porto Alegre*¹⁴⁰, Descubra PoA¹⁴¹ e Viva + PoA¹⁴². Na parte do ecoturismo, destaco as iniciativas do Trilhando PoA¹⁴³ e o Guatá Turismo¹⁴⁴, que realizam atividades nos morros da capital e região metropolitana.

Por fim, cabe mencionar as iniciativas do Prof. Dr. Enrique Serra Padrós (UFRGS) que ao longo de sua trajetória enquanto professor-pesquisador do ensino superior realizou em diversos momentos saídas pedagógicas para locais ligados à ditadura civil-militar brasileira em Porto Alegre, como por exemplo a Ilha das Pedras Brancas (Ilha do Presídio).

Em conclusão, somente com o mapeamento criado nos primeiros anos do projeto Caminhos da Ditadura em Porto Alegre que hoje é possível pensar nessa ferramenta aplicada em um trajeto de memória. É uma iniciativa inovadora uma vez que não há outros *tours*, como vimos, seja nos diversos níveis públicos, seja no setor privado que estejam auxiliando na divulgação sobre as memórias e as histórias deste período na capital gaúcha.

iii. *Construir um trajeto de memória coletivamente*

Para este tópico, desenvolverei sobre a concepção da construção coletiva do trajeto de memória, ou seja, tudo aquilo que abarca o “antes” do início dos trabalhos do grupo que propôs o trajeto do Caminhos. Neste momento inicial, terei com enfoque nos objetivos, público-alvo, cronograma de atividades e divulgação do curso que formou o grupo de trabalho que pensou e aplicou o trajeto Caminhos da Ditadura em Porto Alegre.

Uma das principais motivações de seguir pesquisando e trabalhando com o Caminhos da Ditadura foi perceber que este projeto possuía ainda muita potencialidade de expansão. Sabendo que a pós-graduação oferece um importante aparato teórico-metodológico e institucional para seguir nessa busca, optei por ingressar no mestrado em História na UFRGS. A escolha por esse programa em específico decorre da minha identificação com o

¹³⁸ Site do projeto <https://www.ufrgs.br/pedalpelamemoria/> Acesso em 02/04/2022.

¹³⁹ Site do projeto <https://litera.mus.br/portoalegremalassombrada/> Acesso em 02/04/2022.

¹⁴⁰ Site do projeto <https://www.instagram.com/freewalkpoa/> Acesso em 02/04/2022.

¹⁴¹ Site do projeto <https://www.instagram.com/descubrapoa/> Acesso em 06/04/2022.

¹⁴² Site do projeto <https://www.instagram.com/vivamais.poa/> Acesso em 06/04/2022.

¹⁴³ Site do projeto <https://www.instagram.com/trilhandopoa/> Acesso em 06/04/2022.

¹⁴⁴ Site do projeto <https://www.instagram.com/guataturismo/> Acesso em 06/04/2022.

departamento a partir da graduação enquanto licenciada (2018/1) e bacharela (2018/2) em História pela mesma universidade. Além disso, o projeto Caminhos da Ditadura em Porto Alegre surgiu e cresceu nessa instituição, carregando as características do conhecimento em prol da comunidade - público, gratuito e de qualidade.

Inicialmente, a proposta era uma construção individual de um trajeto de memória, isto é, eu, enquanto historiadora, criar e aplicar a caminhada pelos lugares ligados à ditadura na cidade. No entanto, em contato com o livro *A Universidade no século XXI: para uma universidade nova* de Boaventura de Souza Santos e Naomar de Almeida Filho (2008), essa perspectiva mudou. Os professores-pesquisadores apontam a necessidade da reforma da universidade pública a partir de alguns princípios orientadores: enfrentar o novo com o novo; lutar pela definição da crise; lutar pela definição de universidade; e, reconquistar a legitimidade. Neste último ponto, são cinco as áreas de ação: acesso, extensão, pesquisa-ação, ecologia de saberes, universidade e escola pública. Como já explicado na introdução, a pesquisa-ação é a metodologia que foi escolhida para essa dissertação

A pesquisa-ação consiste na definição e execução participativa de projectos de pesquisa, envolvendo as comunidades e organizações sociais populares a braços com problemas cuja solução pode beneficiar dos resultados da pesquisa. Os interesses sociais são articulados com os interesses científicos dos pesquisadores e a produção do conhecimento científico ocorre assim estreitamente ligada à satisfação de necessidades dos grupos sociais que não têm poder para pôr o conhecimento técnico e especializado ao seu serviço pela via mercantil. (SANTOS & ALMEIDA FILHO, 2008, p. 68)

Dessa maneira, foi pensada na constituição de um grupo de trabalho transdisciplinar de pessoas interessadas nos temas ditadura, direitos humanos, patrimônio e cidade. O objetivo específico do curso *Caminhos da Ditadura em Porto Alegre: Construindo um trajeto de memória na cidade* foi, então, produzir um trajeto de memória sobre a ditadura civil-militar na capital gaúcha, a partir de uma perspectiva dos direitos humanos, tendo como base o mapa digital Caminhos da Ditadura em Porto Alegre. No início, a quantidade máxima de participantes pensada para o grupo de trabalho foi de 15 pessoas.

No ponto das inscrições, o curso foi divulgado em diversos locais para que houvesse uma maior heterogeneidade no grupo de trabalho. Assim, entrei em contato via *e-mail* com o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS; os Programas de Pós-Graduação (PPG) e as Comissões de Graduação (COMGRAD) dos cursos da UFRGS de Geografia, Educação, Arquitetura, ProfHistória e Museologia e Patrimônio; pelas redes sociais, acionei pelo aplicativo *Instagram* alguns perfis que se relacionavam com a proposta do curso como o Vozes da Ditadura, Grupo por Verdade e Justiça, Epigramas, Aparecidas, Eventos Acadêmicos de História, Trajetos de Memória PoA e TransLab Urb; outros espaços que

também foram contatados nesse processo foram Sul21, Nonada Jornalismo, Jornal da Universidade, Café História, Associação Nacional de História do Rio Grande do Sul (ANPUH/RS), Colégio de Aplicação da UFRGS e o Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado (LUPPA/UFRGS). Importante ressaltar que nem todos os lugares que foram realizados os contatos para divulgar o fizeram, porém, o resultado esperado foi atingido, 56 pessoas inscritas constituindo um grupo heterogêneo de formações acadêmicas.

No entanto, por conta da proposta do curso seria inviável pensar e criar um trajeto de memória em um tempo curto com um coletivo tão grande. Assim, destes inscritos, foram 27 selecionados com base em dois critérios: conteúdo da carta de intenção e a profissão/formação. O grupo selecionado comportava pessoas das seguintes áreas: História, Administração Pública e Social, Arquitetura e Urbanismo, Jornalismo, Relações Internacionais, Turismo, Direito, Arquivologia, Biblioteconomia, Teatro, Geografia, Artes Visuais, Ciências Sociais, Letras, Museologia e Fisioterapia. Ressalto que 16 pessoas permaneceram até o final do curso e contribuíram com a constituição do trajeto de memória.

Importante apontar que solicitar uma carta de intenção foi uma estratégia de seleção, isto em razão de ser um curso gratuito, em que muitas pessoas se inscrevem, mas poucas se comprometem a finalizá-lo ou mesmo cursá-lo, e a participação ativa era um fator importante para a constituição do grupo de trabalho. Cabe dizer, que no processo de inscrição tiveram algumas pessoas que se utilizaram de CPF falso para ter acesso ao curso ou atrapalhar o processo de seleção.

A constituição do cronograma de trabalho foi realizada em dois momentos: encontros síncronos *online* via *Google Meet* nas terças à noite das 18h30 até 20h30 que aconteceram entre 3 de agosto e 28 de setembro de 2021 e, os encontros presenciais aos sábados das 9h ao 12h que ocorreram entre 2 e 30 de outubro de 2021. O cronograma inicial, com datas, atividades, leituras e tarefas consta no anexo II desta dissertação.

b. Construção do trajeto a partir do Grupo de Trabalho

Neste tópico, será abordado como foram realizados os trabalhos do grupo de pesquisa até a constituição do trajeto de memória. De forma mais específica, apontarei as metodologias desenvolvidas nas aulas, as discussões mais importantes levantadas no grupo a partir das atividades propostas, as dificuldades encontradas e o resultado do trajeto de memória pensado pelo grupo de trabalho.

No que tange a metodologia aplicada, nos encontros *online* foram utilizadas apresentações de *slides* para guiar as discussões do grupo¹⁴⁵, e os encontros foram realizados através da plataforma *Google Meet*. No primeiro encontro, portanto, ocorreu a apresentação da mediadora do curso, do contexto do projeto, do que é o Caminhos da Ditadura em Porto Alegre, do cronograma de atividades, dos participantes do grupo de trabalho e definimos alguns aspectos, como qual o meio de comunicação que utilizaríamos; se o grupo sugeriria uma pessoa que pudesse fazer nossa formação da atividade nove, ou seja, que pudesse nos auxiliar em orientações sobre mediação; e, por fim, que começassem a refletir qual vivência em trajeto de memória que eles gostariam de ter na atividade dez. No primeiro ponto, ficou definida a comunicação através de um grupo no aplicativo *Whatsapp*. No segundo ponto, duas integrantes do grupo de trabalho que possuem formação em curso técnico de guia de turismo se ofereceram para fazer a formação em mediação. Por fim, o trajeto de memória escolhido pelo grupo para ser vivenciado foi o Caminhos Operários em Porto Alegre¹⁴⁶.

Seguindo no cronograma, assim, do segundo ao sétimo encontro, as atividades sempre iniciaram com uma análise de experiência retirada do banco de dados da Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE), conforme abordado anteriormente nesta pesquisa. As experiências escolhidas refletiam sobre algum aspecto que acreditei ser importante de analisar com o grupo como forma de inspiração na nossa própria montagem do trajeto de memória. Neste sentido, as experiências foram: n.º 2873 *Adota um Monumento* da Prefeitura de Tampere (Finlândia, Europa); n.º 2776 *A escola adota um monumento* da Prefeitura de Turim (Itália, Europa); n.º 2903 *Programa de educação antirracista para a inclusão e valorização da diversidade étnica e cultural* da Prefeitura de Santos (Brasil, América do Sul); n.º 2738 *Passos em torno da memória* da Prefeitura de Guarda (Portugal, Europa); n.º 2292 *O Centro de São Paulo é uma Sala de Aula* da Prefeitura de São Paulo (Brasil, América do Sul); n.º 2865 *Plano de Regeneração Urbana do Centro Histórico* da Prefeitura de Gunsan (Coreia do Sul, Ásia). No oitavo encontro, iniciei com uma dinâmica diferente, apresentei a carta de Guilherme Gomes Lund para seus pais. Guilherme, estudante de arquitetura, participou da luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira, foi morto na Guerrilha do Araguaia possivelmente no ano de 1973. A escolha por essa carta deu-se por ter

¹⁴⁵ Todas as apresentações podem ser acessadas através do link <https://bit.ly/3LJV2Ch> acesso em 28/04/2022.

¹⁴⁶ As opções eram: Caminhos Operários, Museu das Ilhas, Histórias da Ponta Grossa, Centro à Pé, Territórios Negros, Pedal pela Memória e Arqtur. Como já mencionado o Caminhos Operários faz parte da rede de Trajetos de Memória de Porto Alegre, sua página de divulgação é <https://www.facebook.com/CaminhosOperarios/> acesso em 28/04/2022.

um conteúdo sensibilizante sobre o altruísmo que muitos jovens militantes tiveram na luta contra o regime ditatorial brasileiro, conforme podemos observar abaixo:

São Paulo, fevereiro de 1970.

Queridos pais,

Diante de tal situação atual, é preciso que se encare seriamente a questão de nossa vida e a que dedicá-la. Andei pensando bastante no assunto e cheguei a várias conclusões. Na análise que fiz pensei tudo; coloquei o específico dentro do conjunto, sei que nada adiantará continuar a estudar. Pela própria situação do país, cada vez se torna mais difícil para os jovens se manterem nesse estado de coisas. Não há perspectiva para a maioria dentro do atual status, muito menos para mim, que não consigo ser inconsciente ou alienado a tudo que se passa em volta. Sobre a proposta que me fizeram, cheguei à conclusão de que não posso aceitar, não posso largar tudo; seria atentar contra minha própria consciência. E, para mim, essa consciência é algo de muita importância. Minha decisão é firme e bem pensada, para mim nada vale o enquadramento dentro do esquema. No momento, só há mesmo uma saída: transformar este país, e o próprio governo é que nos obriga a ela. A violência injusta gera a violência justa. A violência reacionária é injusta, enquanto a violência popular é justa, porque está a favor do progresso e da justiça social. O fato de eu não aceitar a proposta de vocês não muda nada a minha atitude de filho com vocês. Gosto e considero muito vocês, mas temo que não compreendam a grandeza do caminho que vou tomar. Temo que não entendam a nobreza dos meus ideais. Estou de mudança e não tenho endereço, mesmo assim quero manter correspondência com vocês. Não se preocupem comigo, estou bem e seguro, não estou sozinho.

Um grande abraço, Guilherme
(MONTEIRO, 2005, p. 151-52)

No segundo e terceiro encontros, privilegiaram-se alguns textos teóricos, de maneira a contribuir com a formação do grupo em conceitos como a memória, a história e o patrimônio da ditadura em Porto Alegre. Conforme o cronograma, tivemos um momento para tratar dos temas da história pública, da cidade e dos direitos humanos, e um segundo encontro somente sobre ditadura civil-militar brasileira e patrimônio. As discussões foram embasadas nos textos selecionados para leitura prévia antes das atividades síncronas, importante frisar que a proposta não era o debate dos textos, mas no levantamento de alguns questionamentos, como: o que é história pública; que espaços na cidade consideramos um “lugar” e o que é uma “cidade imaginada”, conforme Sandra Pesavento (2007) conceitua em seu texto; por que educar para o nunca mais; o que significa educar em direitos humanos; por que ainda é importante falar de patrimônio; qual a razão de construir uma memória da ditadura a partir dos lugares da cidade. Uma das discussões que o grupo mais se engajou foi sobre os monumentos que buscam tratar da ditadura civil-militar. O debate iniciou com o entendimento de parte do grupo que alguns dos monumentos no espaço público são muito abstratos para a compreensão dos transeuntes, que também não param para tentar entender o que significa aquela obra visual, e que seria necessário que esses monumentos tivessem um caráter estético mais facilmente compreendido por quem o observa, que a mensagem fosse mais evidente. Outra parte do grupo foi contrária a esse entendimento, compreendendo que as artes visuais

nem sempre precisam ser facilmente entendidas e que também é trabalho do artista provocar com obras que desafiem significações imediatas sobre as mesmas.

Seguindo as atividades propostas, no terceiro encontro o enfoque consistiu em apresentar o mapa digital Caminhos da Ditadura em Porto Alegre - seu surgimento, metodologia e a razão de criação. Também foram selecionados alguns pontos para mostrar as marcas da ditadura na capital (bairro Restinga, Rua da Praia, Quartel da Polícia do Exército, Monumento à Castelo Branco, Solar do Conde de Porto Alegre e Monumento aos Mortos e Desaparecidos), objetivando que o grupo de trabalho fosse se familiarizando com a ferramenta. No quarto encontro, a proposta foi que cada pessoa levantasse ao menos três pontos do mapa que achasse interessante do grupo conhecer. Assim, os locais apresentados de forma geral pelos participantes foram: Cais do Porto, Ilha do Presídio/Pedras Brancas, Teatro de Arena, Ocidente, Av. Osvaldo Aranha, Fabico (Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS), DOPS (velho e novo), Dopinha, Cine São João, Teatro Leopoldina, Colégio Júlio de Castilhos, Auditório Araújo Vianna, 1ª Auditoria Militar, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Arquivo Judicial Centralizado, Biblioteca Pública, Morro da Polícia, Catedral Metropolitana, Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia (CEUE), Solar do Conde, Memorial de Justiça, Clube de Cultura, Praça Argentina, Palácio Piratini, Clube Náutico Marcílio Dias e Monumento aos Mortos e Desaparecidos. Ainda que a proposta nesse momento não fosse escolher lugares para o trajeto de memória que criaríamos, muitos dos participantes montaram seus trajetos, o que foi um movimento interessante e capaz de demonstrar as múltiplas propostas de trajetos de memória a partir do mapa digital. Além disso, outro aspecto importante de salientar é o quanto a escolha dos lugares parte da memória e vivência de cada sujeito do grupo, sobretudo com as escolhas por pontos com relação direta às suas trajetórias de vida, seja em âmbito pessoal (proximidade com o lugar que mora ou perpassa diariamente), seja no profissional (relacionado com sua formação educacional, lugar de trabalho ou mesmo objeto de pesquisa).

Os encontros seis, sete e oito foram destinados à montagem do trajeto de memória. No encontro seis, trouxe para o grupo algumas definições que precisavam ser pensadas quando estivéssemos montando nosso trajeto, como: duração do trajeto, forma de deslocamento, que tipo de intervenções faríamos nos pontos, como seriam distribuídos os pontos para as mediações dos participantes do grupo de trabalho, confecção da arte de divulgação do trajeto e do instrumento de avaliação final pós-trajeto com os grupos que realizassem a caminhada. Logo em seguida, solicitei que refletíssemos sobre as seguintes perguntas: Com quais locais

conseguiríamos tratar sobre a história da ditadura em Porto Alegre? e Quais locais despertariam uma consciência sobre direitos humanos e educação para o nunca mais?

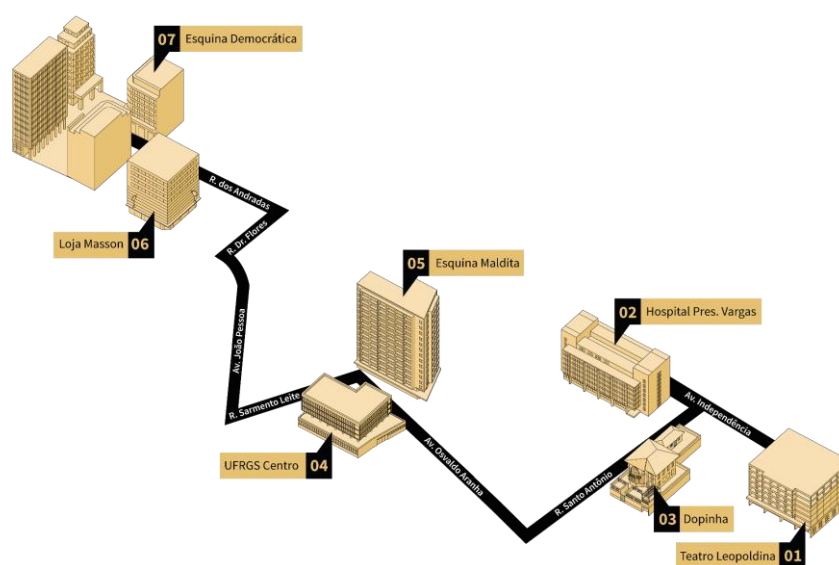
No encontro sete, retomamos alguns pontos de discussão e definição que tivemos na aula seis, sendo estes: - Infelizmente não caberá fazer um trajeto muito longo e com muitos locais, pensar em locais que possamos explorar grandes temas; - Pontos que retratam o aspecto civil da ditadura também são importantes; - Pontos que falem de outras vivências que não só militar ou luta armada; - Pontos que meschem o "muito conhecido" e o "pouco conhecido". Assim, no encontro seis, fechamos que o trajeto seria à pé, em média 3 km de rota e enfoque no público adulto, podendo futuramente pensarmos em um trajeto voltado para as escolas. Ainda neste encontro, ocorre uma primeira tentativa de escolha de lugares, levantamos os pontos Dopinha, Hospital Presidente Vargas, Colégio Estadual Júlio de Castilhos (Julinho), Palácio da Polícia e sede do jornal Zero Hora. Em um segundo momento, o grupo já delimita mais sobre quais seriam os pontos escolhidos: Ponto 1 - Dopinha; Ponto 2 - UFRGS/Esquina Maldita; Ponto 3 - Esquina Democrática/Grupo Palmares; Ponto 4 - Hospital Santa Casa ou Hospital Presidente Vargas; Ponto 5 - Auditório Araújo Viana ou Teatro Leopoldina. Sendo que os três primeiros pontos já estavam definidos, os pontos quatro e cinco ainda seriam debatidos no último encontro para fecharmos o trajeto.

No último encontro, à distância, definimos que o trajeto duraria cerca de 1h30/2h, que o grupo inscrito para realizar o trajeto receberia um documento com fotografias que auxiliassem na mediação de cada ponto¹⁴⁷, e também foram definidas quais participantes do grupo de trabalho faria a apresentação de cada lugar do trajeto. Também ficou combinado, que haveria uma intervenção de teatro ao final do trajeto, na Esquina Democrática, e que as inscrições para participação do trajeto seriam entre 20 e 30 vagas, essas delimitações foram modificadas como explicarei adiante. Quanto a definição de quais lugares estariam no trajeto, em debate no grupo, optamos pela realização do trajeto na região dos bairros Centro e Bom Fim. Assim, o trajeto ficou planejado da seguinte forma: Ponto 1 - Teatro Leopoldina; Ponto 2 - Hospital Presidente Vargas; Ponto 3 - Dopinha; Ponto 4 e 5 - UFRGS/Esquina Maldita; Ponto 6 e 7 - Loja Masson/Esquina Democrática¹⁴⁸.

¹⁴⁷ O documento utilizado nas mediações como suporte ao trajeto está disponível em <https://bit.ly/3sWW6fu> acesso em 26/05/2022.

¹⁴⁸ Para quem deseja observar o trajeto em um sentido macro na cidade de Porto Alegre, está disponível em <https://bit.ly/trajetocaminhos2021> Acesso em 03/02/2023.

Imagem 10 - Mapa do Trajeto



Fonte: Arte realizada por Mariana Froner, 2021.

O grupo de trabalho que montou esse trajeto de memória se constitui pelos seguintes participantes: Ana Luisa Neukirchen Mesquita, Antonio Augusto Tams Gasperin, Cecília Esteve, César Orte Novelli Rodrigues, Gustavo José Balbela de Azambuja, Jacqueline Custódio, Juliana Johann, Lucas Quadros Petry, Manoela Farias Nogueira, Maria Lúcia Thiesen Badejo, Mariana Canazaro Coutinho, Mariangela Nascimento Pagliarini, Maurício Reali Santos, Paola Cavalcante Ribeiro, Sabrina da Luz Müller Castanho e Thais Pereira de Leão. As pessoas responsáveis pela mediação nos cinco pontos criaram seus textos a partir do que já havia no mapa digital Caminhos da Ditadura em Porto Alegre e também realizaram suas próprias pesquisas em trabalhos acadêmicos, livros e reportagens, como veremos no próximo tópico.

Os aspectos mais importantes do debate do grupo de trabalho para a montagem desse trajeto foram a viabilidade (tempo de caminhada, locomoção entre os pontos escolhidos, lugares para parar e fazer a mediação com qualidade) e a reflexão sobre “que história queremos contar?”, chegando à conclusão de que gostaríamos de trazer um trajeto de

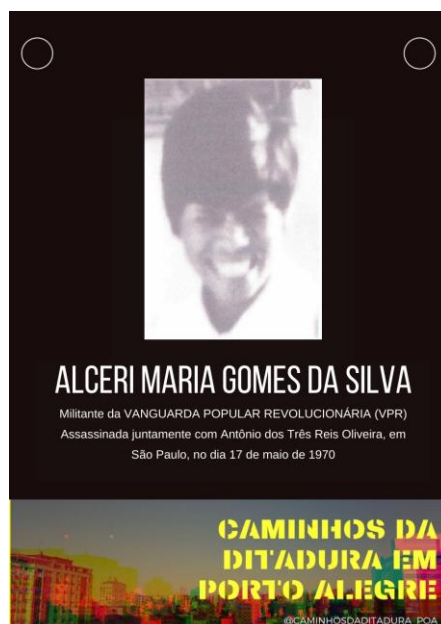
esperança. Em razão disso, os lugares escolhidos trilham um “trajeto da dor” (como descrito por uma das participantes do grupo de trabalho) - do mais difícil ao mais esperançoso.

Os encontros presenciais ocorreram conforme o cronograma de atividades, mas com algumas modificações pela necessidade do grupo de trabalho. A “formação em mediação” aconteceu no dia 02/10/21, mas em um formato já de treinamento para o nosso trajeto, assim, as dicas foram sendo dadas pelas guias de turismo, e o grupo foi aprendendo na prática com uma prévia dos seus textos de mediação. Foi um momento muito importante de aprendizagem de orientações técnicas, como: não usar óculos escuro enquanto faz a apresentação sobre o ponto, se posicionar de costas para o local para que o público fique de frente, cuidar o tom de voz usado na rua, esperar para falar quando acharmos que o local está com muito barulho de carros ou pessoas transeuntes, nos posicionarmos em lugares estratégicos enquanto estivermos caminhando para nos certificarmos que o grupo todo está junto e cuidar nos momentos de atravessarmos a rua. Enfim, diversos detalhes para que as pessoas que realizassem o trajeto percebessem que cada aspecto havia sido pensado pelo coletivo que o montou. Além disso, o grupo foi capaz de trazer para cada mediador/a comentários sobre o que inserir nos seus textos de mediação e como aprimorar suas falas para tornar aquele momento mais marcante para o público.

Neste dia também surgiram duas propostas, primeiro de que houvesse também um valor simbólico para o trajeto, optamos por arrecadar 1 kg de alimento não perecível de cada pessoa inscrita e destinar para a ONG Misturaí - localizada na Vila Planetário em Porto Alegre/RS¹⁴⁹. A segunda proposta foi de que para a identificação do grupo, cada um de nós teria um crachá (imagem 13) que contasse com uma fotografia de uma pessoa que tenha vivido a repressão ditatorial, não necessariamente alguma pessoa que foi morta ou desaparecida, e também de tentar escolher alguém que não seja tão conhecido do público em geral.

Imagem 11 - Exemplo de um crachá utilizado pelos participantes do grupo de trabalho

¹⁴⁹ Para saber mais sobre a ONG <https://misturai.com/> acesso em 12/05/2022.



Fonte: Autora, 2021.

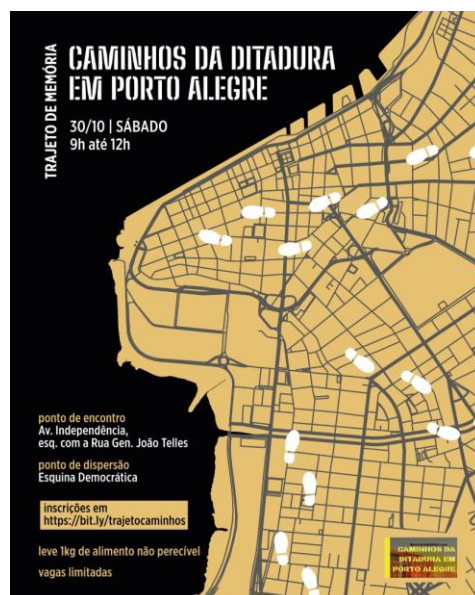
A experiência Caminhos Operários, com o historiador Frederico Duarte Bartz, inicialmente prevista para ocorrer no dia 16/10/21, precisou ser reagendada, pois algumas pessoas do grupo não poderiam estar presentes no dia e também devido às condições climáticas, assim aconteceu no dia 19/10/21 às 18h30 de forma virtual. Essa atividade foi pensada para que o grupo de trabalho tivesse um contato com um trajeto de memória já estruturado e refletisse sobre o que poderíamos melhorar no nosso. O grupo compreendeu, então, a importância de mensurar o tempo de fala e como articular a intervenção com o público em cada um dos momentos de mediação.

Foi acrescentado um encontro no dia 19/10/21 para definição de detalhes finais técnicos do trajeto e, no sábado dia 23/10/21, o segundo trajeto-teste foi realizado. Nesses encontros, decidimos não apresentar mais o teatro ao final do trajeto, uma vez que havia pouco tempo para que o grupo de artistas contatados pudesse ensaiar e participar da atividade. Além de que, o trajeto já tomava um tempo considerável e o grupo de trabalho preocupou-se que ao final as pessoas que realizassem o trajeto estariam muito cansadas e talvez não prestassem atenção na apresentação final.

Recebemos neste tempo os *designs* finais do cartaz de divulgação (imagem abaixo)¹⁵⁰, em 20/10/21 iniciamos a divulgação do trajeto e, no dia 30/10/21, foi realizado o primeiro trajeto do Caminhos da Ditadura em Porto Alegre, que tratarei no próximo tópico.

Imagem 12 - Cartaz de divulgação do trajeto do dia 30/10/2021

¹⁵⁰ Foi contratada uma *designer* para a produção dos cartazes do curso e do trajeto, bem como artes exclusivas que ilustraram nosso trajeto de memória. As artes foram produzidas por Mariana Froner, portfólio <https://www.behance.net/marifroner> acesso em 12/05/2022.



Fonte: Arte realizada por Mariana Froner, 2021.

A divulgação do trajeto de memória aconteceu de forma estritamente virtual, realizado pelos participantes do grupo de trabalho e em especial pela página do *Instagram* do Caminhos da Ditadura em Porto Alegre. Iniciamos a abertura de vagas às 18h do dia 20/10/21 e, no dia seguinte, pela manhã, já tínhamos 65 inscritos. Encerramos o formulário de inscrições, uma vez que havíamos pensado somente 30 pessoas, e abrimos um formulário de fila de espera para quando acontecesse novas edições do trajeto, que ao final recebeu 87 inscritos. Nesta primeira oferta, houve, no total, 152 pessoas interessadas em participar de um trajeto de memória sobre a ditadura. Esse resultado excedeu as expectativas do grupo de trabalho e confirmou o quanto esse tipo de atividade e temática mobiliza os cidadãos. Este aspecto gerou uma dificuldade positiva para o grupo, pois percebemos que seriam necessários alguns percursos para dar conta das inscrições, assim, foram realizados mais dois trajetos para atender essa demanda (um aconteceu no dia 04/12/21 e outro no dia 11/12/21). Em abril de 2022, abrimos novas inscrições para uma caminhada especial em alusão a data 31 de março/1 de abril - os dias do golpe de 1964 - assim, lançamos as inscrições em 24/03/22 por volta das 18h30 e, no dia seguinte, pela manhã, fechamos com 40 inscritos. Por questões climáticas o evento só aconteceu no dia 24/04/22. Por fim, somente de inscritos, foram 192 pessoas interessadas em realizar o trajeto Caminhos da Ditadura em Porto Alegre.

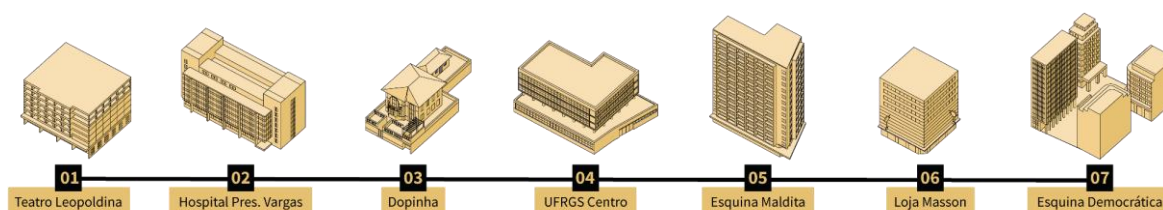
O formulário aplicado aos participantes do trajeto de memória foi constituído neste momento de preparação. A maioria das perguntas foi elaborada por mim, mas também foi revisada e aprimorada pelo grupo de trabalho. Importante ressaltar que as respostas foram fornecidas de forma anônima pelos participantes do trajeto de memória. As perguntas constam

no anexo I, estão divididas em duas partes: identificação do público e compreensão sobre o trajeto de memória.

c. O trajeto Caminhos da Ditadura em PoA criado pelo grupo de trabalho

i. A aplicação do trajeto

Imagem 13 - Miniatura dos locais do trajeto



Fonte: Arte realizada por Mariana Froner, 2021.

Neste tópico abordarei sobre como foi a aplicação do trajeto por meio de um relato de experiência, bem como a preparação e os momentos que aplicamos o Caminhos da Ditadura em Porto Alegre. Como tratado anteriormente, foram 192 pessoas que se inscreveram no formulário para participar do trajeto e 93 que estiveram presentes nas quatro aplicações (30/10/2021; 04/12/2021; 11/12/2021; 24/04/2022).

Fotografia 14 - Registro da última parada, na Esquina Democrática, no trajeto do dia 24/04/2022



Fonte: Grupo de Trabalho Caminhos da Ditadura em Porto Alegre, 2022.

Alguns aspectos importantes de serem ressaltados inicialmente: 1) Nem todos que participaram das caminhadas de fato realizaram a inscrição no formulário, pois algumas

peças solicitaram a participação de algum conhecido/a, como muitas pessoas se inscrevem e acabaram por não confirmar sua ida, foi possível atender este tipo de solicitação. 2) Nem todos do grupo de trabalho estiveram presentes em todos os trajetos, assim, foram sendo alternados aqueles que realizavam a mediação nos lugares. Este ponto ressalta a coletividade da proposta, que utilizando do texto criado pelos outros participantes do grupo de trabalho, foi possível manter a linha de mediação para cada um dos lugares, mesmo que o/a mediador/a não fosse o mesmo.

Nos anexos será reproduzido na íntegra os textos de mediação de cada um desses espaços, é fundamental dizer que os textos de mediação são guias do que se pretende falar em cada um dos lugares, isto é, a mediação é fluida e se altera conforme diversos fatores, cada trajeto é único. Os créditos de quem escreveu cada um dos textos está ao lado do nome do local.

Fotografia 15 - Registro da mediação na UFRGS, no trajeto do dia 04/12/2021



Fonte: Grupo de Trabalho Caminhos da Ditadura em Porto Alegre, 2022.

Nossas mediações tiveram um cuidado em apontar as conexões entre o passado e o presente nesses locais, para além das histórias narradas. Escolhemos realizar essas analogias para que o público percebesse o quanto este passado autoritário permanece vivo mesmo em um regime político democrático, isto é, essas marcas do passado se mantêm não só nos espaços da cidade, mas nos modos de ser e viver em sociedade. Assim, por exemplo, no Teatro Leopoldina, trazemos a referência dos recentes acontecimentos a manifestação contra a

exposição *QueerMuseu* em Porto Alegre (2017)¹⁵¹; no Hospital Presidente Vargas, as investigações da *Prevent Senior* (2021)¹⁵²; no Dopinha, os diversos casos de tortura e violência policial ainda no presente; e, na UFRGS, o debate sobre a intervenção do presidente da república nas eleições da reitoria¹⁵³. Outro cuidado foi falar de mais de um ponto nas paradas que realizamos, respeitando as temáticas ou as funções que certos espaços desempenharam na ditadura. Por exemplo, na UFRGS também tratamos da resistência dos estudantes secundaristas do Colégio Júlio de Castilhos ou no Dopinha também fizemos menção ao DOPS/Palácio da Polícia. Por fim, o grupo buscou retratar várias dimensões da ditadura civil-militar brasileira por meio do resgate de grupos sociais que muitas vezes ficam a parte da história e memória desse período histórico, isto é, incluir uma narrativa sobre a repressão às artes, sobre o papel da saúde na repressão, sobre os debates e resistências do movimento negro, pautas feministas e LGBTQIAPN+ foram propositalmente inseridas na mediação.

Fotografia 16 - Registro em frente ao Dopinha, no trajeto do dia 30/10//2021



Fonte: Grupo de Trabalho Caminhos da Ditadura em Porto Alegre, 2022.

Mesmo que não seja o objetivo dessa dissertação, relato agora a experiência de realizar o trajeto. Em todas as aplicações, percebi um público engajado com os temas da ditadura, realizando questionamentos e apontamentos pertinentes. Diversas pessoas

¹⁵¹ Para saber mais <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2017/09/queermuseu-saiba-como-foi-o-protesto-contra-o-fechamento-da-mostra-em-porto-alegre-9896140.html> acesso em 02/06/2022.

¹⁵² Para saber mais <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/03/03/diretores-da-prevent-senior-admitem-em-cpi-uso-de-kit-covid-na-pandemia-mas-dizem-que-medicos-tinham-autonomia.ghtml> acesso em 02/06/2022.

¹⁵³ Para saber mais <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2020/09/bolsonaro-escolhe-candidato-derrotado-para-reitor-e-gera-crise-na-ufrgs/> acesso em 02/06/2022

procuraram os integrantes do grupo de trabalho após cada caminhada para parabenizar a iniciativa, conhecer mais de como foi montado o trajeto e também para indicar sugestões de referências sobre o tema. Uma perspectiva interessante foi notar, ao longo da caminhada, o olhar dos participantes ao conhecerem mais sobre determinado lugar. Por se tratar de um tema sensível, a predominância era de um olhar triste ou indignado, mas também percebi olhares surpresos por se depararem com histórias ainda tão desconhecidas e, ao final, um olhar de esperança criado sobretudo pela força que a Esquina Democrática carrega em sua história.

Deste modo, compreendo que a atividade teve seu objetivo alcançado, especialmente no que se refere a construção coletiva, não apenas das pessoas do grupo de trabalho, mas também daqueles que participaram do trajeto. Senti que também conseguimos criar a narrativa que esperávamos, da repressão para a resistência, pois alguns dos participantes ao final relataram se sentirem inspirados pelas histórias contadas, em seguir na luta no presente pelo alargamento da cidadania e pelo fim dos resquícios desse passado ditatorial. Reproduziu-se, naquele momento, uma relação dialógica de produção de conhecimento (FREIRE, 2016) e atravessada por dois engajamentos do campo da história pública (SANTHIAGO, 2016, p. 28), isto é, a presença de um público não especializado no trajeto (história feita *para* o público - ampliação de audiência) e os comentários do público, que poderiam trazer memórias e histórias relacionadas às duas vivências pessoais e/ou familiares (história feita *pelo* público - formas não institucionais de história e memória). Em outros termos, a cidade tornou-se uma sala de aula.

Fotografia 17 - Registro do grupo no outro lado da rua em frente ao Dopinha, no trajeto do dia 30/10/2021



Fonte: Grupo de Trabalho Caminhos da Ditadura em Porto Alegre, 2022.

Todos os trajetos levaram o tempo de três horas, passando um pouco mais do planejamento de até duas horas, de todo modo, o grupo permaneceu até o final, veremos mais sobre isso na análise dos formulários. Em alguns pontos, inclusive, o grupo aumentou, dado que transeuntes paravam ou "espichavam" o ouvido para tentar entender o que fazíamos naquele lugar. É necessário apontar que não houve contatos negativos com esses passantes. Evidencio isso, pois este era um medo do grupo de trabalho, uma vez que poderíamos sofrer algum tipo de violência somente por realizar um trajeto que trate sobre a ditadura. Um cuidado neste sentido, foi de não divulgar mais o ponto de encontro inicial nas redes sociais, primeiramente foi colocado no cartaz original, mas quando lotaram as inscrições retiramos o cartaz do *Instagram* do Caminhos, e, nas divulgações seguintes, não colocamos onde se daria o início do trajeto. Outra tática para que fossemos preservados de qualquer tentativa contrária à realização do evento, infelizmente, este é um cuidado necessário para os tempos atuais.

Fotografia 18 - Registro do grupo em frente ao Hospital Materno-Infantil Getúlio Vargas, no trajeto do dia 24/04//2022



Fonte:Grupo de Trabalho Caminhos da Ditadura em Porto Alegre, 2022.

Em conclusão, estes foram os aspectos que gostaria de ressaltar a partir de uma perspectiva pessoal de analisar essa experiência em seus quatro encontros. Importante pontuar que, como explicado no capítulo anterior, foram arrecadados cerca de 90 kg de alimento não perecível, todos doados para a ONG Misturaí. No próximo tópico, realizo a sistematização e avaliação das respostas do formulário aplicado e terei mais pontos a desenvolver do ponto de vista da percepção do público sobre o trajeto.

ii. *Análise das respostas nos formulários*

Foram gerados quatro formulários, um para cada saída do trajeto. Quanto à quantidade de retornos, compreendemos que é difícil resgatar a totalidade de respostas das pessoas presentes, sobretudo, por se tratar de um formulário anônimo. De qualquer modo, foi possível chegar em um valor positivo de retornos, com 74,19% de respostas, isto é, dos 93 participantes, obtivemos 69 respostas nos formulários¹⁵⁴. Importante ressaltar que o formulário foi enviado nas segundas-feiras pós-trajeto para as pessoas em formato digital usando o *site Google Forms*.

Essa investigação está dividida em duas etapas. Primeiro trataremos os aspectos de quem foi o público que esteve presente na atividade (idade, escolaridade, identidade de gênero, orientação sexual, identidade racial, renda familiar mensal e se a pessoa já fez trajetos/roteiros no mesmo formato que o Caminhos), isso nos auxiliará a compreender quem são essas pessoas e os limites da divulgação do trajeto de memória. No segundo momento, tratarei de cada uma das perguntas presentes no formulário que se referem as impressões dos participantes sobre o trajeto de memória. Essa análise vai contribuir principalmente no entendimento que o público obteve da memória e história sobre a ditadura civil-militar em Porto Alegre por meio das mediações realizadas, bem como no aprofundamento das perspectivas sobre a educação em direitos humanos e a cidade educadora.

Logo, partindo para a primeira etapa, sobre a identificação de qual público participou dos quatro encontros entre outubro de 2021 e abril de 2022, verificamos que a faixa etária variou entre 18 e 65 anos de idade, com mais pessoas na faixa entre 20 e 40 anos, sendo a média de 29 anos. A escolaridade também acaba por mostrar um público com mais anos de estudo, por exemplo, são 42% que afirmavam possuir ensino superior completo (graduação) e 26,1% ainda estão cursando (incompleto), em seguida, tivemos mestrado completo (11,6%) e incompleto (7,2%), por fim, destacamos o ensino médio completo com 5,8% dos participantes.

Quanto às identidades de gênero, a maior parte do público foi de mulheres cisgêneras (60,9%), seguido de homens cisgêneros (36,2%) e não-binários (2,9%). Na questão da orientação sexual, foram 56,5% heterossexuais, 27,5% bissexuais e 10,1% homossexuais. Sobre a identidade racial, o percentual de brancos foi de 97,1%, pardos (1,4%) e pretos (1,4%). Isto é, nos quatro encontros tivemos apenas uma pessoa parda e uma pessoa preta. A

¹⁵⁴ Em 30/10/21 - 24 pessoas presentes - 21 respostas; Em 04/12/21 - 16 pessoas presentes - 12 respostas; Em 11/12/21 - 22 pessoas presentes - 17 respostas; Em 24/04/22 - 31 pessoas presentes - 19 respostas.

renda familiar mensal, seguiu a seguinte ordem: de 4 a 10 salários mínimos (36,8%), de 2 a 4 salários mínimos (33,8%), de 10 a 20 salários mínimos (14,7%), até 2 salários mínimos (13,2%) e mais de 20 salários mínimos (1,5%)¹⁵⁵. A última pergunta nesta parte trata sobre se a pessoa havia ou não realizado algum tipo de trajeto como o Caminhos - não exatamente com o mesmo tema, mas com o enfoque histórico, o que recebemos respostas de não (56,5%) e sim (43,5%).

A partir destes dados, podemos inferir que atingimos um público de mulheres cisgêneras adultas com cerca de 29 anos, com passagem no ensino superior, heterossexuais, brancas, de classe média e que não realizaram trajetos de memória anteriormente. Essas informações são importantes primeiramente por compreender o público que respondeu em maioria as perguntas sobre o trajeto, que veremos adiante. Cabe destacar também, o efeito “bolha” das redes sociais¹⁵⁶, isto é, para quem chegou a informação de que o trajeto aconteceria. Por se tratar de uma divulgação no mundo digital, precisamos estar atentos neste aspecto. Um dos pontos que chamou a atenção do grupo de trabalho já nos trajetos foi a identidade racial, que de fato foi possível notar somente com o “teste do pescoço”¹⁵⁷ que os participantes eram de maioria branca. Penso que é complexo tentar compreender a maioria branca, heterossexual e cisgênera no trajeto Caminhos, uma hipótese é de que ainda haja, em um senso comum, que a ditadura não comporta uma diversidade narrativa sobre o período histórico, podendo deixar alguns grupos sociais desinteressados em realizar uma atividade sobre o assunto. Uma possibilidade de modificação desse cenário é buscar romper essa “bolha” no momento da divulgação do evento, por exemplo, compartilhando com coletivos negros, indígenas e/ou LGBTQIAPN+. Essa questão é importante de melhoria para os próximos trajetos Caminhos da Ditadura, uma vez que o ensino e aprendizagem sobre esse período histórico não pode ficar apenas restrito a determinados grupos sociais, é preciso realizar o alargamento do debate sobre os acontecimentos deste período em ordem da consciência dos direitos humanos no presente - o que precisa ser defendido e ampliado sobretudo para os grupos marginalizados.

Agora, iremos observar cada uma das perguntas feitas no formulário que estão relacionadas com a realização do trajeto de memória, são perguntas tanto abertas (dissertativas) quanto fechadas (objetivas). Individualmente, observei as respostas e agrupei

¹⁵⁵ Os valores de referência sobre salário mínimo, são: em 2021 R\$ 1.100 e, em 2022, R\$ 1.212,00.

¹⁵⁶ Para saber mais indico a leitura de “O Filtro Invisível” de Eli Pariser (Editora Zahar, 2012).

¹⁵⁷ Uma forma de descobrir a desigualdade no acesso aos espaços que frequentamos, observar o entorno e ver quantas pessoas negras estão presentes. Para saber mais, indico a matéria no Portal Geledés que aponta alguns exemplos, disponível em <https://www.geledes.org.br/existe-racismo-brasil-faca-o-teste-pescoco-e-descubra/> acesso em 15/06/2022.

em semelhanças, no caso de perguntas abertas selecionei algumas para representar a opinião do público.

A primeira pergunta foi aberta e contou com o seguinte questionamento “por que você quis fazer o trajeto de memória do Caminhos da Ditadura em Porto Alegre?”, nesta resposta buscamos levantar os desejos do nosso público ao se inscrever na atividade. Assim, observo as tendências de respostas como: o assunto de interesse da pessoa (seja ditadura, lugares de memória ou direitos humanos), conhecer a história da cidade que vive/circula, pela temática da ditadura estar relacionada com muitos debates do tempo presente, por achar o recorte da ditadura em Porto Alegre não é explorado em outros espaços de ensino (educação básica, superior), por já acompanhar o projeto Caminhos da Ditadura nas redes sociais e, por fim, por ter interesse em uma proposta de trajeto de memória e história pública. Algumas das respostas que destacamos, para exemplificar, são as seguintes:

Porque acho que faltam espaços de memória e patrimônio sobre esse período da história com foco nas resistências, lutas e violações de direitos.

Porque acho importante o resgate da memória desse momento histórico, especialmente hoje em que vemos nações flertando novamente com o autoritarismo.

Para me conectar mais com a cidade e a sua história. Tanta coisa importante já aconteceu em lugares que eu passo por perto e que são parte da minha rotina, então quis conhecer um pouquinho mais das histórias locais.

Para aproximar a narrativa histórica da realidade concreta cotidiana. Através do trajeto (e dos trajetos de memória) temos a chance de construir uma camada simbólica diretamente vinculada ao nosso espaço cotidiano. Rompe com a abstração da leitura sobre "Ditadura em Porto Alegre" ao evidenciar espaços reais e espacializar as dinâmicas sociais que aqui ocorreram - quem foi levado ao dopinha? e as pessoas que viviam nas casas vizinhas, o que achavam? o que sabiam? como um hospital era conivente com a tortura? como isso era operacionalizado dentro da lógica de trabalho do espaço? Enfim, diversas questões que surgem através da observação.

Desse modo, percebo que o público já possuía um interesse pela temática, mas buscou relacioná-la com suas vivências no presente - tanto da observação da situação política brasileira e mundial, quanto os locais que perpassam em seu cotidiano e desconhecem suas memórias e histórias. Pode-se dizer também que a prática da “vivência” nesses lugares refinou o olhar desse público sobre onde se “esconde” a história e a memória da ditadura na cidade, vemos que o princípio da admiração já é observado aqui.

A segunda pergunta, com resposta fechada, tratou de indagar: “após o trajeto, você sente que conhece mais sobre as violações de direitos humanos que aconteceram na ditadura?” as opções eram: “Não, pois já tinha conhecimento sobre e não me trouxe elementos novos”; “Sim, pois o trajeto foi fundamental para conhecer sobre as violações de

direitos humanos”; “Não, continuo não conhecendo”; “Sim, já tinha um prévio conhecimento, mas o trajeto foi capaz de trazer novos elementos”. A última resposta obteve maioria dos resultados (63), assim reforça-se a análise de um público próximo dos debates da ditadura civil-militar brasileira. O restante das respostas (6) foram para “Sim, pois o trajeto foi fundamental para conhecer sobre as violações de direitos humanos”, revelando que também tiveram pessoas sem aproximação com a temática, mas que terminaram a atividade sabendo mais sobre as violações de direitos humanos. De todo modo, ambas as respostas apontam que o trajeto de fato consegue apresentar elementos novos sobre a história da ditadura até mesmo para aqueles participantes que já tem conhecimento sobre o período.

A terceira pergunta, de caráter fechado e sendo possível selecionar somente uma resposta, versou sobre “qual foi o ponto que mais te marcou?”. Esse questionamento serviu para entender que local gerou mais impacto no público, assim, obtivemos 45 respostas para Dopinha, 16 para Hospital Materno-Infantil Getúlio Vargas, 3 para Loja Masson/Marisa e 2 para Teatro Leopoldina, o restante dos lugares recebeu um voto cada (UFRGS, Esquina Maldita e Esquina Democrática). Esses resultados apontam o impacto que é gerado quando o público toma conhecimento sobre a história que a casa na Rua Santo Antônio carrega, apelidado de Dopinha durante a ditadura civil-militar, foi o primeiro centro clandestino de prisão e tortura do Cone Sul. É um espaço de memória fundamental não só para o Caminhos da Ditadura em Porto Alegre como também reforça a importância de concretizar a proposta de torná-lo o Centro de Memória Ico Lisboa, utilizando esse local para fins sócio-históricos¹⁵⁸. Destaco, também, o segundo local que os participantes mais elegeram, o Hospital Materno-Infantil Getúlio Vargas, um lugar que muitos não imaginam a relação com a ditadura, que apresenta fatos pouco conhecidos sobre a relação da área da saúde com a convivência e/ou suporte aos aparelhos repressivos, as chamadas “curas forçadas” das pessoas que sofriam torturas. São diversos lugares assim em Porto Alegre, mas o Hospital Getúlio Vargas teve papel destacado nessa prática, acredito que esse desconhecimento entre a relação da saúde com a repressão foi o que gerou impacto nos participantes do trajeto. Outro aspecto, sobre ambos os lugares, é que estes locais estão relacionados com uma história mais “conhecida” pelo senso comum sobre a ditadura, em razão de relatar os aspectos da violência física e

¹⁵⁸ Em julho de 2022, o Dopinha foi centro de debates e comentários nas mídias, pois seu espaço estava disponível para aluguel por temporada na plataforma *Airbnb*. As denúncias e mobilização social fizeram com que o anúncio fosse retirado do *site*. Para saber mais sobre o caso <https://sul21.com.br/noticias/geral/2022/08/site-de-aluguel-retira-do-ar-anuncio-de-imovel-que-abrigou-o-dopinha/>. Acesso em 27/08/2022.

psicológica da tortura, favorecendo que os participantes do trajeto associassem com o conhecimento já adquirido sobre esse tempo histórico.

A quarta pergunta tratou de compreender o que o trajeto modificou nos conhecimentos do grupo sobre o período ditatorial na capital gaúcha, assim, indagou-se: “O que mudou na tua ideia sobre a ditadura em Porto Alegre?”. Por se tratar de uma pergunta aberta dissertativa, apresento a seguir algumas das respostas:

Eu aprendi muito mais sobre o funcionamento da Ditadura dentro da minha própria cidade, algo que até hoje nunca tinha visto ou ouvido falar com maior aprofundamento. Sabia que o período foi muito duro e assustador, mas ver como ele se deu dentro da cidade, dentro de casas, da faculdade, de hospitais, mostrou ainda mais a perversidade de quem integrou essa Ditadura. Foi um momento inesquecível para a minha formação como estudante, mas também como pessoa.

Ampliou a percepção de lugares envolvidos diretamente com o aparato repressor. Embora todos os pontos sejam impactantes, marquei o hospital pq não sabia desse envolvimento e é importante evidenciar a participação de instituições que no geral não se imagina que estejam envolvidas com violações.

Acho que principalmente passei a enxergar na cidade lugares que antes eram "invisíveis" no meu dia a dia, comecei a entendê-los como locais de memória.

Acho que a ideia de que aconteceu faz tempo e só existe nos livros mudou e me deu um senso de realidade.

Eu agora consigo visualizar. Antes era uma ideia fugidia, quase abstrata, dum tempo aparentemente distante. Agora, eu consigo conceber na minha mente os espaços antigos e o que neles se sucedeu (mesmo que alguns deles já tenha sido demolidos ou modificados, eu consigo imaginar o passado.). Imaginar o passado é importante.

Me fez olhar para as marcas que ela nos deixa até hoje, tanto em questões de repressão quanto de resistência. Por exemplo, não sabia que o dia da Consciência Negra foi pensado aqui em Poa, essa questão não é trazida na história vista na escola. Muito desse passado nos é negado até hoje e precisamos reivindicá-lo para então pensarmos em um futuro diferente do que já foi vivenciado.

Assim, podemos compreender que as mediações foram capazes de: 1) Desmistificar a ideia de que a ditadura em Porto Alegre foi mais “branda”, conhecendo a história da ditadura em Porto Alegre foi possível gerar uma maior consciência sobre a magnitude da repressão, da conivência e das resistências na cidade; 2) Compreender a importância do movimento negro na resistência e proposição de pautas durante este tempo histórico, como lançar a data do 20 de novembro como Dia da Consciência Negra; 3) Observar a relação geográfica dos lugares de memória com os bairros em que estão inseridos, por exemplo, o Dopinha estar em um bairro residencial; 4) Amplificar a visão de que a ditadura foi somente militar, aprendendo também a participação civil na repressão; 5) Conhecer espaços que não imaginava estarem ligados à história e memória da ditadura, como o Hospital Materno-Infantil Getúlio Vargas; 6) Concretizar o conhecimento histórico, possibilitando a aprendizagem da História de uma

forma sensorial-espacial-corporal; 7) Relacionar os acontecimentos dos tempos ditatoriais com a situação político-econômico-social da atualidade brasileira. Com base nos objetivos que o grupo de trabalho detinha nos momentos de montagem do trajeto, percebo que, com base nestas respostas, atingimos com sucesso os impactos que gostaríamos de gerar nos participantes das atividades.

A quinta pergunta questionou sobre “qual ponto tu já sabias que estava relacionado com a história da ditadura?”, de caráter fechado os participantes podiam marcar mais de um local nas opções. Nos primeiros lugares apareceram a UFRGS (54) e a Esquina Democrática (45), em seguida o Dopinha (32) e a Esquina Maldita (19). Os locais que menos apareceram foram Hospital Materno-Infantil Getúlio Vargas (7), Teatro Leopoldina (6), Nenhum (3) e Loja Masson/Marisa (1). Nestas respostas, percebe-se o quanto os dois primeiros lugares marcados pelos participantes estão em consonância do que se percebe que são espaços com uma narrativa mais presente sobre sua relação com a ditadura. Já o Dopinha e a Esquina Maldita, são lugares conhecidos para o público especializado no tema, como vimos ser o caso de nossos participantes. Já locais mais “ocultos”, seja por seu caráter ou pelo desaparecimento físico, ficam atrás na lista, como é o caso do hospital e do teatro. Destaco, por fim, a Loja Masson como sendo o local com menos incidência pelo público sobre a relação com a história da ditadura, o que reforça o aspecto de que são pouco conhecidas as lutas do movimento negro do tempo histórico em questão, e, de uma maneira geral, em toda a história brasileira.

A sexta pergunta tratou sobre “qual foi seu nível de cansaço ao final do trajeto?” esse questionamento foi respondido de forma fechada em uma escala de 1 a 5, sendo 1 “pouco cansado/a/e” e 5 “muito cansado/a/e”. Esse aspecto de ordem mais prática foi incluído no formulário, pois nos encontros do grupo de trabalho, refletimos muito sobre ser um trajeto acessível de ser realizado (sobretudo na questão do tempo e distância), que não causasse exaustão nos participantes. Desse modo, pelas respostas observa-se que o objetivo foi atingido: a maioria marcou entre “1” e “2”, obtendo um total de 43 pessoas; em um meio termo em nível de cansaço, que marcaram a opção “3”, tivemos 20 pessoas; e, por fim, as que se sentiram mais cansadas, marcando entre “4” e “5”, foram um total de 6 pessoas. Assim, essa resposta também serve de parâmetro para futuras elaborações de trajetos, que percebe-se que conseguimos, enquanto grupo de trabalho, manter um nível acessível de realização para os participantes.

A sétima pergunta versou sobre “o que você achou da mediação nos locais?”, de caráter fechado, as opções correspondiam uma escala de “1” que significava “não foram suficientes” até “5” representando “foram suficientes”. Com um resultado extremamente

positivo, com 52 pessoas marcando cinco, isto é, finalizando o trajeto achando que foram suficientes as mediações em todos os locais. Em seguida, tivemos na escala, o “4” com 15 pessoas, depois uma pessoa marcando “3” e uma pessoa também marcando “2”. Esse dado aponta que a maioria achou suficiente as mediações, no entanto, é de se compreender que existe uma diferença de mediação em cada um dos lugares, uns contendo mais informações do que outros, esta é uma hipótese para refletir sobre o número expressivo marcando a opção quatro.

O oitavo questionamento, de caráter fechado e em uma escala de 1 a 5, sendo 1 igual a “uma estrela” e 5 correspondente “cinco estrelas”, perguntou para os participantes “de forma geral, se tu pudesses dar uma nota para o trajeto, qual seria?” obteve-se o resultado de 58 notas “cinco estrelas”, 9 notas “quatro estrelas” e 2 notas “três estrelas”. Em suma, pode-se perceber que obtivemos um resultado muito positivo sobre o trajeto, que agradou os participantes em sua maior parte. Algumas hipóteses das razões de algumas pessoas terem dado as notas entre quatro e três estrelas veremos em análise com a próxima pergunta. Esse questionamento ao público faz parte de uma compreensão para a melhoria do trajeto, e perceber se conseguimos oferecer uma experiência assertiva com o que imaginávamos para essa proposta.

A nona pergunta indagou aos participantes “o que pode ser melhorado no trajeto?” a resposta é no formato aberto. Os aspectos que apareceram nas sugestões dos participantes foram: 1) A parte da escuta em alguns pontos, que a mediação ficou prejudicada por conta do barulho da cidade, e que não tínhamos nenhum aparelho para amplificar a voz da pessoa que estava mediando; 2) Inserir mais pontos no trajeto e criar mais opções de trajetos na cidade; 3) Explicar quem eram as pessoas nos crachás dos/das mediadores; 4) Produzir um material de apoio mais detalhado, com resumo dos lugares, com mais fotografias e vídeos; 5) Não realizar leitura da mediação; 6) Percebeu-se que ao final o ritmo do trajeto ficou mais acelerado; 7) O trajeto ocorrer com mais frequência; 8) Realizar algum tipo de dinâmica para a imersão do grupo na atividade e também um momento final de integração entre os participantes. Abaixo exemplos de respostas nessa pergunta:

A possibilidade de equipamentos de áudio, pois foi difícil escutar os mediadores em determinados locais devido ao barulho urbano.

Gostaria que houvessem outros pontos também, mas entendo que é difícil abordar tantos pontos sem transformar o trajeto em algo longo e cansativo. Talvez diferentes trajetos que abordem pontos diferentes seria muito interessante. Eu adoraria conhecer todos.

Talvez pudesse ser experimentado fazer o trajeto em um domingo, quando não há tanto movimento de veículos e as mediações podem ser ouvidas de forma mais clara

Achei legal a ideia dos crachás, mas acredito que poderia ser mais explorado. Ao final de cada trajeto, ou no momento que a pessoa se apresenta, poderia ser apresentado também a pessoa do crachá, de modo que conhecêssemos mais as pessoas que resistiram por nós.

Pensando de forma ampla e idealizada, o trajeto ganharia com a entrega de mapas aos participantes, especialmente pensando em que não é de porto alegre e, assim, gerar pontos de referência de distâncias e afins. Outro elemento interessante poderia ser a inclusão de mais pontos no trajeto, entretanto, a ideia do mesmo ser uma caminhada é muito interessante pois cria uma espacialidade mais profunda. Ah, a participação de pessoas diretamente envolvidas na época poderia ser interessante, mesmo que em formato de vídeo ou afins, visto que poderiam trazer uma construção e observação diferenciada sobre a dinâmica dos espaços - especialmente no caso da ufrgs e da esquina maldita.

Na perspectiva de existir uma proposta de projeto mais estruturado, com financiamento etc, acredito que possa ter algum material físico com mais informações para guiar o trajeto, com um percurso um pouco maior e talvez alguma confraternização para troca final, espaço onde as pessoas possam ficar mais à vontade para troca pelo interesse comum da matéria. Inclusive, pode vir a surgir um grupo que tenha o interesse de divulgar o tema para que "nunca mais aconteça".

Deste modo, as sugestões foram pertinentes e evidenciaram também aspectos que o grupo foi percebendo ao longo da execução dos quatro trajetos. Quanto a questão do dia da semana que o trajeto ocorreu, três vezes foram ao sábado e a última no domingo, notamos que realmente foi mais tranquilo realizar a atividade no domingo, em razão de menos barulhos e pela menor quantidade de pessoas circulando. Do aspecto do som, tivemos emprestado um microfone com pequeno amplificador em alguns trajetos, o que facilitou ouvir em alguns espaços que havia mais barulho, futuramente será necessário ter um instrumento de amplificação de voz potente e permanente para os/as mediadores/as. Em suma, os participantes foram extremamente generosos em suas sugestões, e tenho certeza que quando aplicadas, vão qualificar ainda mais os futuros trajetos e melhorar a experiência de realizá-lo.

A décima, e última pergunta, feita para os participantes do trajeto foi aberta e solicitando que “deixe teu comentário, espaço aberto para sugestões e críticas”. As respostas, de forma geral, parabenizam a iniciativa e as/os organizadores/as e solicitam mais trajetos, com mais periodicidade, como vemos em alguns exemplos abaixo:

Gostei muito e me interessaria em fazer um segundo trajeto, talvez por outros pontos/bairros. Parabéns pelo trabalho

Minha única sugestão é que o trajeto siga sendo feito com alguma regularidade porque acredito muito no potencial dele de aumentar a consciência histórica das pessoas tanto sobre os espaços por onde elas passam, quanto sobre o período da ditadura e seus múltiplos efeitos no presente.

Agradeço pela iniciativa do projeto e pela oportunidade nos dada. Ter materiais/informação disponíveis como o mapa virtual é de suma importância, mas visualizar as marcas, ter uma mediação e trocar impressões foram questões fundamentais.

Gostaria de parabenizar pela qualidade dos guias, da profundidade e seriedade com que abordaram o tema, da disponibilidade em nos receber a todos, trocar etc. Só a agradecer pelo projeto e espero q haja outros trajetos, trocas encontros e que eu possa participar. Muito obrigada.

Parabéns pelo projeto e o tempo dedicado ao mesmo, por vocês estarem fazendo o trabalho negligenciado pelos órgãos responsáveis por explanar e trazer à tona a verdade sobre os acontecimentos do período. Sou das exatas, tenho pouco contato com as áreas sociais, mas gosto de interagir com pessoas da área e buscar conhecimento sobre assuntos que todos deveríamos estar à par.

Achei muito legal. Já sabia algumas coisas mais conhecidas, mas é sempre bom aprender mais, principalmente do lugar onde vivemos. Sempre que vou aos países do Cone Sul, tento ir em lugares ligados a ditadura e acho que o Brasil peca muito nesta questão de memória e resistência. Acredito que isso influencia muito a situação que estamos vivendo hoje, onde a própria existência da ditadura é relativizada. Ditadura nunca mais!

O trajeto foi incrível, trouxe uma infinidade de aprendizados e uma vontade gigantesca de convidar pessoas para fazerem as próximas edições. Da mesma forma, como prof, seria maravilhoso poder contar com esse recurso para ser utilizado de alguma forma. Meu mais profundo agradecimento!

Parabéns pela concepção do projeto, o trajeto está muito bem equilibrado tanto em relação ao tempo das exposições explicativas quanto ao tamanho do percurso. O uso de algum tipo de microfone entre os membros da equipe poderia ajudar na compreensão das explicações, já que os ruídos urbanos interferem bastante ao longo do trajeto. Fui surpreendido positivamente pela interdisciplinaridade da equipe, acho que é uma característica que deve permanecer em todos os trajetos, se possível.

Parabéns por esse trabalho fantástico! Eu e minha namorada nós deslocamos de Canela pra participar e valeu muito a pena! Desejo sucesso e iremos participar novamente quando possível!

O ponto mais sensível aos meus olhos foi a ausência de pessoas negras na atividade, tanto na organização como nos participantes de modo geral. Entendo como é difícil furar a bolha mas penso que essa questão precisa ser coletivizada inclusive no próprio espaço para que possamos refletir sobre a reprodução elitista/classista/racista de conhecimento que mantemos mesmo sem intenção. Talvez realizar o trajeto em espaços periféricos ou até mesmo divulgar a atividade de forma proativa em espaços de negres (dialogar com algumas lideranças talvez possa ajudar a pensar na democratização do espaço).

Este último comentário é fundamental em relação ao que já havia sido apontado na análise do público que participou, de fato foi uma dificuldade romper com essa “bolha” e esperamos que nos próximos trajetos consigamos fazer isso. Assim como é de interesse que se prepare mais opções de percursos, para públicos escolares sobretudo. Por fim, um último destaque sobre essas respostas, que pessoas de outras cidades e mesmo áreas de conhecimento distintas tiveram interesse em vir participar do trajeto, este aspecto aponta a mobilização que um trajeto de memória com esse tema é capaz de produzir.

iii. Erros, dificuldades e perspectivas futuras

Neste tópico pretendo abordar os aspectos que podem ser corrigidos e melhorados para os próximos trajetos e quais as perspectivas futuras para o Caminhos da Ditadura. No entanto, antes disso, é necessário apresentar dois fatos que ocorreram ao longo do desenvolvimento da montagem e aplicação do trajeto de memória que contribuíram positivamente para sua divulgação e conhecimento de um público maior sobre a iniciativa: a matéria no jornal Zero Hora e a participação no evento Honk! em Porto Alegre.

Em 4 de fevereiro de 2022, foi lançada uma entrevista para o jornal Zero Hora, em específico para o Caderno Doc - que é uma das linhas editoriais do jornal. Essa reportagem¹⁵⁹ foi importante para ocupar veículos de mídia no sentido de divulgação do projeto Caminhos da Ditadura e, possivelmente, foi capaz de apresentar para outras pessoas as violações de direitos humanos que aconteceram em Porto Alegre nesse período histórico. Esse aspecto é importante de ser ressaltado aqui como uma das partes do trabalho como historiadora pública, que é ocupar esses espaços. Ocorreu também um convite para que fosse divulgado o trajeto no programa Bom Dia Rio Grande, um programa matinal na televisão aberta no canal da RBS TV (afiliada da Rede Globo no Rio Grande do Sul), no entanto o grupo de trabalho ponderou que não seria benéfico naquele momento essa divulgação uma vez que as inscrições já estavam encerradas devido a alta procura.



Fotografia 19 - Fotografias da matéria veiculada no jornal Zero Hora, 04/02/2022.

¹⁵⁹A entrevista completa está na edição impressa e também na versão digital, disponível através do link <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2022/02/mapa-localiza-espacos-de-violacoes-dos-direitos-humanos-durante-a-ditadura-militar-em-porto-alegre-ckz7409f1003z015pfbjsqa59x.html>. Acesso em 28/06/2022.

Fonte: Autora, 2022.

Um segundo momento importante foi o convite para que o trajeto fosse adaptado para o festival de fanfarras que aconteceria em Porto Alegre pela segunda vez, o Honk! Esse festival reúne bandas de sopro e percussão de todo o Brasil, e o grupo de trabalho foi convidado para que o cortejo final do evento fosse passando pelos lugares do trajeto Caminhos da Ditadura. Essa proposta foi feita por uma das participantes que realizou o primeiro trajeto do Caminhos e, assim, adaptamos para que tivessem apresentações das bandas no caminho e nos lugares, as mediações e também espaço para que artistas locais performassem. Foi um evento com um grande público e capaz de unir o ativismo pelos direitos humanos com a diversão, arte e cultura ocupando a cidade.

Fotografias 20 e 21 - Registro do Honk! A primeira foto é o estandarte feito para o trajeto e a segunda foto com a autora realizando a mediação para o público sobre a Esquina Maldita



Fonte: Primeira foto da autora, 2022. Segunda foto Leonardo Toesca, 2022.

Ao longo da dissertação foram sendo apontados algumas questões para a melhoria do trajeto, assim, em suma, podemos dizer que futuramente os trajetos podem ocorrer de forma mais sistemática, com um dispositivo de amplificação de voz, ocorrendo aos domingos, qualificando o material de apoio e com divulgação para coletivos que “rompam a bolha”, no sentido de diversificar e ampliar nosso público.

Quanto às perspectivas futuras, penso que principalmente é necessário criar novos trajetos e que essa iniciativa possa ser co-criada com apoio financeiro, sobretudo público e municipal, no intuito de tornar-se um museu de percurso oficial da cidade. Outro ponto é que seja capaz de expandir a proposta já existente do Marcas da Memória, incluindo outros locais que o Caminhos já mapeou que contam a história da repressão na cidade. Bem como, faz-se necessário, novos marcos em Porto Alegre para tratar da resistência. Por fim, está em fase de

desenvolvimento um aplicativo para celular em que as pessoas possam fazer o trajeto de forma autônoma e explorar o mapa em um formato mais adequado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Olho o mapa da cidade
Como quem examinasse
A anatomia de um corpo...

(E nem que fosse o meu corpo!)

Sinto uma dor infinita
Das ruas de Porto Alegre
Onde jamais passarei...

(...)
(O Mapa - Mário Quintana)

Inicio estas considerações finais com uma epígrafe de um dos maiores poetas brasileiros, Mário Quintana permanece vivo por ter sua história entranhada nas ruas da cidade. Na minha interpretação, compreender o mapa da cidade como a anatomia de um corpo é uma forma de observar uma *anatomia da cidade*, em um sentido de humanizá-la, ressaltando o fator humano das ruas que caminhamos diariamente. Fator humano este que é carregado de memória e de história.

Este foi o sentido da dissertação apresentada aqui, observar a cidade a partir de suas camadas temporais de história humana, nas marcas ocultas ou perceptíveis de um tempo histórico que se desejou (deseja) ser censurado e apagado. Como observado, o esquecimento faz parte do processo de memória, mas uma política de esquecimento é um ato consciente de apagamento quando tratada da história e memória da ditadura civil-militar em Porto Alegre.

Ainda nessa metáfora, o Caminhos da Ditadura em Porto Alegre é uma alternativa de desenterrar e humanizar a anatomia esquecida da cidade; é revirar o solo atrás do *corpocidade* que por diversos momentos é ocultado/a pelo medo de apresentar os resquícios dos crimes ocorridos que ainda não encontraram justiça. Tal qual a busca pelos mortos e desaparecidos das ditaduras latino americanas.

Humanizar a cidade é encontrar o seu fator educador, de afetos e construção do conhecimento coletivo, de usufruir de todas as possibilidades que a cidade pode oferecer. Acima de tudo, a anatomia da cidade se relaciona o ad-mirar o outro em um sentido de

(re)conexão e de laço comum: todos queremos viver uma vida plena, isto é, respeitados nossos direitos humanos.

Ao longo desta dissertação foram interconectados diversos temas relacionados ao ensino sobre a ditadura civil-militar brasileira, patrimônio, educação em direitos humanos e cidade educadora. Em um primeiro momento, foi preciso compreender o território urbano como um espaço de disputas nas escolhas pelo que é monumentalizado, uma disputa entre eu/indivíduo/privado e o nós/coletivo/público. Dessa forma, é possível entender a constituição repleta de lutas políticas e sociais sobre o processo de memória da ditadura civil-militar no período da redemocratização. Nos últimos anos (2018-2022), ocorreram tentativas deliberadas de apagamento dessa memória por parte da gestão bolsonarista.

Quanto a constituição dos espaços de memória, as propostas dos “Monumentos ao Nunca Mais” (Caravana da Anistia) e dos memoriais “Pessoas Imprescindíveis” foram um importante avanço em trazer para o espaço público a possibilidade de reflexão sobre o período ditatorial. Neste sentido, foi possível categorizar essa monumentalização da resistência aos militares entre: monumentos que abordam a tortura; monumentos sobre mortos e desaparecidos; monumentos de homenagens a grupos/indivíduos; monumentos que tratam da Anistia. O processo de regionalização da memória foi percebido quando observamos quem são retratados nesses monumentos, isto é, a memória local é homenageada e busca conectar-se com a história da ditadura em nível nacional. Dois exemplos importantes do processo de monumentalização da luta contra a ditadura, é a Praça Padre Henrique (Recife/PE) que carrega diversos símbolos de resistência em um local, e o Memorial da Resistência (São Paulo/SP), como único espaço institucional de memória dedicado especificamente ao tempo ditatorial. Por outro lado, o exemplo do levantamento do Ditamapa, apresentou o quanto a memória da repressão ainda está presente nos logradouros pelo Brasil.

Assim, este processo de constituição de uma memória da ditadura nos espaços da cidade tem avançado pós-1985. De todo modo, esse avanço precisa ser crítico ao questionar o quanto a monumentalização por si só de fato corrobora em uma educação sobre os acontecimentos ocorridos na ditadura civil-militar brasileira. Na perspectiva desta pesquisa, a mediação tem fator fundamental na relação entre a história e memória da cidade e os sujeitos que nela habitam no presente.

O Caminhos da Ditadura não surge sozinho na tentativa de levantamento de locais ligados à ditadura em Porto Alegre, como vimos em um dos tópicos desta dissertação. No entanto, o mapa digital é a iniciativa com maior reunião de informações sobre o assunto, com 200 locais identificados. Em paralelo com o cenário nacional de monumentalização, Porto

Alegre, a partir dos anos 2010, conseguiu instituir espaços de homenagem aos resistentes ao regime ditatorial, sobretudo com monumentos e placas. Como tratado no parágrafo anterior, o monumento sozinho não basta. Em ordem de propagar o conhecimento sobre a história e memória da ditadura na capital gaúcha, a iniciativa de trajeto de memória do Caminhos da Ditadura em Porto Alegre busca traçar uma narrativa para o público sobre estes pontos (demarcados ou não) na cidade.

Em um segundo subcapítulo dessa dissertação, foi tratado sobre a educação em direitos humanos como forma de criar espaços de reflexão e prática de si e sobre o outro. A constituição de uma auto imagem coletiva que favoreça os direitos humanos e uma educação para eles necessita estar voltada para uma concepção de pluralidade e multiculturalismo das relações humanas. Isto é, uma forma global - não universal - de direitos humanos. Adotei, assim, a proposta de direitos humanos associada à cidadania (reunião dos direitos civis, sociais e políticos) através do exposto na Constituição Federal do Brasil de 1988. O reconhecimento da humanidade do outro na esfera sociopolítica está atrelado a respeitar a diversidade de valores, costumes, crenças e práticas de todos os cidadãos independente de raça, classe, gênero, sexualidade, geração, crença e posições políticas.

Uma das formas de fomentar esses direitos humanos é por meio da educação. Analisadas as legislações em nível nacional e regional, percebe-se que o Brasil possui vasta documentação sobre o tema, ainda que muitas cidades e estados não tenham propostas próprias sobre educação em direitos humanos e ainda são incipientes na aplicação de propostas a partir dos comitês de educação em direitos humanos. Em especial, quando observado o período ditatorial brasileiro, percebeu-se presente em algumas diretrizes, objetivos e ações programáticas nos planos de educação em direitos humanos, no entanto, a partir da análise realizada, acreditamos que ainda poderiam ser realizadas mais ações a nível federal, estadual e municipal para cumprir de fato o que está nessa documentação.

O autoritarismo sempre foi muito presente na história brasileira, essa modificação cultural perpassa também pela educação em direitos humanos que precisa estar mais presente na educação formal e não-formal. O educar para o nunca mais pode ser estendido, para não apenas o nunca mais da ditadura, mas o nunca mais da desumanização do outro.

A educação em direitos humanos e o educar para o nunca mais são constituintes de um direito à memória e à verdade, isto é, o direito de saber individual e coletivo sobre a verdade histórica da ditadura civil-militar brasileira. Ressaltei ao longo dessas páginas que a tarefa de transmitir o inenarrável (GAGNEBIN, 2006) não é apenas um dever dos historiadores e das historiadoras, mas um dever coletivo na formação dessa memória - que também é coletiva - e

que pode permitir a reconciliação do passado no presente, de forma consciente e inconsciente. Essas ações fomentam a constituição de um projeto de sociedade em uma cultura de direitos humanos em que os traços autoritários das nossas relações e instituições sejam eliminados.

Ainda nesse segundo subcapítulo da dissertação foi realizado um levantamento dos projetos e espaços que tratam desse direito à verdade e à memória em relação às ditaduras na América Latina. Assim, após essa análise foi percebido que, no que tange o processo de levantamento dos lugares de memória relacionado aos períodos autoritários, existem diversas iniciativas de cartografias da memória, mas raras as que envolvem caminhadas pela cidade, como é a atual proposta do Caminhos da Ditadura em Porto Alegre.

No terceiro subcapítulo, foi realizado um aprofundamento no conceito e compreensão das cidades educadoras, bem como na sua inter-relação com o patrimônio, memória e História no banco de experiências da AICE. Foi compreendido que as propostas de uma cidade educadora estão vinculadas a políticas públicas que percebem a educação ao longo da vida (integralidade) em todos os espaços da cidade (acessibilidade), alargando o sentido de cidadania em seus diversos espectros (política, social, econômica, civil e intercultural). Em suma, todos os cidadãos são potenciais educadores.

Alinhado a constituir a cidade como território educativo, relacionei os conceitos de professores-pesquisadores bell hooks (comunidade de aprendizagem), Paulo Freire (andarilhos da utopia) e Loris Malaguzzi (ambiente como terceiro educador) para complexificar a ideia de cidade educadora. Em que a cidadania plena vivida na cidade precisa estar alinhada a participação popular horizontalizada, a transformação sociopolítica dos lugares da cidade e o desenvolvimento biopsicossocial dos sujeitos.

Compreendido esse conceito, passou-se para perceber como ele era aplicado nas experiências das cidades membro da AICE em um recorte do Ensino de História. Uma vez que a própria carta de fundação da associação apresenta pontos - em específico: três, sete, oito e vinte - que podem ser relacionados com uma educação para a memória, história e patrimônio das cidades. Um dos melhores exemplos disso é a cidade de Rosário (Argentina) que fomenta o trânsito livre dos estudantes para que os aprendizados sejam dados nos espaços da cidade, como os lugares de memória vinculados à ditadura argentina. Ao fornecer uma materialidade sobre o passado, o aprender História (que exige alto nível de abstração) pode tornar-se muito mais significativo e sensível para as pessoas.

Quando observamos o caso de Porto Alegre, que também é membro da AICE, por muito tempo, foi uma cidade referência em políticas de participação popular. No entanto, como observado, existe uma mudança de paradigma dos anos 2000 para os anos 2020, em que

o enfoque de uma administração popular passa para uma cidadania baseada em empreendedorismo e nas parcerias público-privadas. O Pacto Alegre ainda precisa ser estudado com maior fôlego nessa relação simbiótica entre privado e público na gestão municipal e quais são os impactos disso. Neste sentido, coube a reflexão sobre a lógica neoliberal que tem permeado a visão sobre a cidade, isto é, que apresenta a urbe como um espaço de trocas somente mercadológicas e acaba por gerar exclusão. A cidade verdadeiramente educadora surge como contraponto a essa privatização dos espaços públicos.

Privatizar não significa apenas no sentido dos lugares, mas também das memórias, sobretudo das sensíveis, como observado também neste terceiro subcapítulo. As políticas de esquecimento são uma realidade em diversas cidades, em que o direito social e político dos indivíduos sobre conhecer o passado não tem sido respeitado. O apagamento também é uma maneira de criar um tipo específico de sujeito que habita a cidade, e que muitas vezes está a serviço da neoliberalização da mesma.

Ainda neste terceiro subcapítulo, foram analisados de forma qualitativa e quantitativa as experiências presentes no banco de dados da AICE. Na forma quantitativa, foram percebidos uma maioria de projetos propostos pela administração pública de forma localizada e de uma proeminência de experiências brasileiras, em especial de São Paulo. Além disso, quando realizado o recorte com proposições relacionadas ao patrimônio, à memória e ao ensino de história, foram percebidas poucas propostas neste escopo de temáticas. Na forma qualitativa, foram elencados cinco linhas de atuação nas 36 experiências selecionadas. A primeira linha sobre a memória social dos bairros; a segunda linha sobre experiências que buscam a conexão dos vários espaços culturais da cidade com a educação formal; a terceira linha são de projetos vinculados ao passado (visitas guiadas para público em geral); a quarta linha sobre a revitalização arquitetônica/urbana de espaços históricos; e, por fim, a quinta linha sobre as violações dos direitos humanos no passado. Nesta análise aprofundada, não foram localizadas experiências que tratassem especificamente sobre ditadura civil-militar brasileira. Duas propostas são as que mais se relacionam ao Caminhos da Ditadura em Porto Alegre, uma que aborda a ditadura franquista na Espanha e outra, na cidade de Santos (São Paulo), sobre os lugares de memória do período da escravização.

No quarto subcapítulo, foi apresentado com aprofundamento a evolução do Caminhos da Ditadura em Porto Alegre até o presente. Esse espaço foi importante para a reflexão sobre a prática de seis anos sobre esse projeto, traçando uma linha do tempo do processo já percorrido e como foi possível chegar na proposta dessa dissertação e do trajeto de memória. Gosto de destacar que o Caminhos nasceu e cresceu na universidade pública, gratuita e de

qualidade com uma ideia de ampliar as ferramentas para o conhecimento histórico inicialmente para a educação básica e, atualmente, para a cidade educadora. Sempre foi destinado a romper com os mitos que ainda circundam o tempo ditatorial brasileiro e ser um ponto de apoio sobretudo para os profissionais da educação ao lidar com esse tema sensível. As leituras e os recentes debates sobre o campo da História Pública também foram capazes de alargar o entendimento do que é produzir e divulgar História em novas perspectivas, fazendo com que o Caminhos também crescesse nas redes sociais *online*. Enfim, nessa longa construção fui compreendendo também o fator territorial do projeto, percebendo a cidade como carregada de História, que ao caminhar e observar estamos também aprendendo, isto é, o Ensino de História pode e deve estar também nos espaços públicos.

Assim, neste primeiro desenvolvimento da dissertação, foram trabalhados de forma aprofundada os assuntos da cidade educadora, do patrimônio da ditadura e a educação em direitos humanos. No segundo desenvolvimento, os debates voltam-se para a dimensão prática de constituição do trajeto de memória, alinhados às perspectivas da história pública e ensino de história. Realizei a análise da pesquisa-ação desde sua constituição até a reflexão sobre os formulários aplicados com os grupos que realizaram os trajetos do Caminhos da Ditadura em Porto Alegre.

O campo da História Pública forneceu uma maior liberdade para desenvolver uma proposta criativa do ensino de história que inter relacionasse as frentes de história feita com/para/pelo/e público/a em um único projeto. A opção pela pesquisa-ação foi por trazer um senso de coletividade para esse trabalho da historiadora, é um dos caminhos para diminuir o fardo solitário de narrar o passado. É multiplicar e ampliar o espaço de debate sobre um período marcado pela censura e silenciamento, que buscou aniquilar qualquer forma de movimento social e associativismo. Assim, a formação de um grupo de trabalho transdisciplinar de pessoas interessadas nos temas ditadura, direitos humanos, patrimônio e cidade para montar o trajeto Caminhos da Ditadura em Porto Alegre foi fundamental para engrandecer essa pesquisa. O trabalho realizado para montar esse coletivo, com divulgações em diversos lugares, leitura das cartas de intenção e seleção fez com que o trajeto se tornasse muito mais enriquecido do que se somente eu o tivesse criado. Por isso, sou eternamente grata por esse grupo de trabalho que se dedicou nesta jornada.

Ao finalizar o trajeto Caminhos da Ditadura em Porto Alegre, o objetivo não é que o participante decore fatos, mas busque analisar as estruturas deste período ditatorial que muitas vezes seguem nos tempos atuais e perceber as rupturas que já foram possíveis de serem feitas com a redemocratização por meio das mediações nos espaços da cidade. Isto é, o objetivo

tanto é de desenvolver a literacia histórica quanto de compreender que a proposição e defesa dos direitos humanos sempre será um trabalho utópico, de eterna construção. Outro aspecto fundamental do trajeto foi romper com as pré-concepções sobre a ditadura de 1964, do mesmo modo que buscou integrar novas narrativas de atores sociais que por muito tempo não foram incluídas na historiografia da ditadura civil-militar brasileira.

Ademais, compreendeu-se que ocupar os espaços públicos também passa a ser um ato de mobilização popular, sobretudo quando para tratar de um tema que polariza opiniões no tempo presente. Como vimos, o turismo na própria cidade também pode ser desconfortável, também pode ter um caráter de constituição da empatia e reconhecimento do outro, em outros termos, um turismo que se desprenda da proposta puramente mercadológica. Em pesquisa sobre ações de *tours* na capital gaúcha, percebe-se uma gama de atividades criativas que narram a história da cidade por diversos ângulos, no entanto, daí a inovação, nenhuma ainda que buscasse tratar sobre o período ditatorial em Porto Alegre.

No terceiro capítulo do segundo desenvolvimento, foram expostos como foram realizados os encontros do grupo de trabalho que propôs o trajeto de memória. Esse momento do relato sobre a prática que permeia a pesquisa-ação é fundamental para observar como as discussões foram propostas e como elas evoluíram ao longo do processo de montagem. As discussões teóricas para que todos estivessem com a mesma base de entendimento sobre ditadura, patrimônio e educação em direitos humanos foram elementares nesse sentido. A exploração do mapa digital, primeiro como forma de apresentação realizada por mim, e depois com a busca autônoma de cada participante, corroborou para a apropriação da ferramenta por etapas até chegar o momento de escolhermos os locais do trajeto.

Nos encontros de montagem do trajeto, o grupo foi desafiado a construir coletivamente e este é um ponto interessante para qualquer trabalho em grupo, as divisões de tarefas, os debates sobre os pontos que entrariam e como tornar a experiência mais enriquecedora para o nosso público, bem como as concessões que cada um precisou fazer para poder constituir um trajeto de fato criado coletivamente. Enquanto proponente da atividade, atuei como mediadora entre as ideias que perpassaram pelos nossos encontros de montagem, mas também busquei sempre retomar o aspecto dos pontos que nos ajudariam a tratar de uma educação em direitos humanos e também que fossem as mais representativas para narrar a história da ditadura sobre diversos ângulos. Deste modo, tivemos um local que abordou a censura e resistência artística (Teatro Leopoldina); um que tratou da participação civil na repressão (Hospital Presidente Vargas); um que foi um centro de aprisionamento e torturas (Dopinha); um que representasse a resistência dos estudantes (UFRGS); um que representasse

a resistência dos grupos LGBTQIAPN+ (Esquina Maldita); um que trouxesse a luta do movimento negro (Loja Masson); e, por fim, um espaço que conecta a resistência política e social no tempo passado e presente (Esquina Democrática).

Assim, com os encontros e seus aprendizados, fomos constituindo a identidade do grupo, como queríamos realizar as nossas mediações e que pontos eram importantes de serem observados e reestruturados. A transdisciplinaridade foi crucial para que o trajeto fosse analisado de todas as perspectivas, isto é, de transformar a experiência o mais enriquecedora possível para o público que fosse realizá-la.

Um ponto a destacar sobre os elementos anteriores a aplicação da caminhada para o público em geral, e que acredito que é fundamental para quem for desenvolver um trajeto de memória sobre qualquer temática, é a realização dos “pré-trajetos”. Dessa forma, simulamos e analisamos os espaços que passaríamos para que a experiência com o nosso público fosse ainda mais estruturada para que eles aproveitassem a proposta da melhor maneira possível.

O lançamento das inscrições para o trajeto de memória ao público foi um momento muito positivo para o grupo de trabalho, pois percebemos o quanto as pessoas estavam interessadas em realizar essa proposta. Sabíamos que a temática era interessante e tínhamos um bom público, mas não imaginávamos que contaríamos com quase 200 pessoas interessadas em tão pouco tempo e recursos de divulgação. Este dado apresenta o quanto há uma necessidade social pela discussão e reconhecimento dos lugares da cidade ligados à ditadura civil-militar em Porto Alegre.

Quando aplicado o trajeto de memória, as narrativas escolhidas foram de evidenciar as marcas que atravessam os marcos temporais. A ditadura está presente ainda nos modos de ser e viver em sociedade, nos autoritarismos e violências. Desse modo, por meio das conversas ao final dos trajetos com alguns participantes, foi possível perceber que saíram inspirados em seguirem com suas lutas pessoais e profissionais diárias pelo alargamento da cidadania. O trajeto Caminhos da Ditadura em Porto Alegre possibilitou que a cidade se tornasse uma sala de aula.

Conforme explicitado no terceiro capítulo do segundo desenvolvimento, por meio dos formulários, foi possível observar qual uma delimitação de público que esteve presente nos trajetos de memória. Concluiu-se que será necessário diversificar esse público para que a educação em direitos humanos chegue também para grupos marginalizados, este é o desafio para as próximas aplicações do trajeto.

Com as respostas do formulário também foi possível observar que as mediações forneceram concretude sobre a história e memória da ditadura na cidade e, mesmo para

aqueles que já eram próximos da temática, conseguimos apresentar, pela mediação e escolha de lugares, novos elementos para o entendimento deste período histórico. Acredito que os objetivos da montagem e aplicação do trajeto foram atingidos com sucesso pelo grupo de trabalho, ainda assim, existem diversos aspectos a serem desenvolvidos e aprimorados para futuros trajetos, conforme gentilmente nosso público apontou nos formulários, que foi discutido ao longo do terceiro capítulo do segundo desenvolvimento.

Essa experiência de co-criar um trajeto de memória foi substancial na constituição do que pretendo conseguir realizar: tornar o Caminhos da Ditadura em Porto Alegre em um museu de percurso oficial da cidade. Todos os debates, aprendizados, leituras e reflexões ofereceram um aprofundamento sobre as temáticas desenvolvidas ao longo dessa dissertação - educação em direitos humanos, história pública, patrimônio, cidade educadora, memória e história - e que definitivamente serão indispensáveis no crescimento do Caminhos da Ditadura em Porto Alegre em toda a potencialidade que sei que pode chegar, conforme algumas perspectivas já apresentadas aqui na dissertação.

Em síntese, para responder o problema de pesquisa de forma mais direta: como os espaços da cidade, vinculados à ditadura em Porto Alegre, podem fomentar a educação em direitos humanos? Em uma perspectiva geral, qualquer espaço da cidade pode fomentar a educação em direitos humanos desde que haja a visão da anatomia da cidade, isto é, de humanizá-la em um sentido mais radical possível, de uma acessibilidade irrestrita dos sujeitos pela cidade. A educação em direitos humanos no território encontra-se em consonância com a constituição de uma auto imagem coletiva de respeito às diversidades e de um “nunca mais” para a desumanização do outro. Quando utilizamos o tempo histórico da ditadura civil-militar brasileira para estes fins, tornando a cidade uma grande sala de aula que fornece materialidade sobre esse passado, estamos possibilitando a compreensão de (algumas) das raízes da desumanização e autoritarismos do tempo presente traçando alternativas coletivas para romper padrões sociopolíticos nocivos para a democracia e cidadania. Assim, percorrer e observar a cidade permite imaginar novas possibilidades nas relações humanas. O trajeto de memória Caminhos da Ditadura em Porto Alegre buscou uma formação permanente dos sujeitos incumbindo neles um dever coletivo sobre o narrar a ditadura civil-militar brasileira e suas violações de direitos humanos, alargando os sentidos de cidadania e democracia sobre a história, o patrimônio e a memória da cidade de Porto Alegre.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a. Artigos, Livros e Trabalhos Acadêmicos

ABREU, Carina Vasconcellos. *Educação e o Turista Cidadão: Viva o Centro a Pé* (Porto Alegre/RS - 2006-2011). Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 123p., 2011.

ALMEIDA, Priscila Cabral; OLIVERA, Rodrigo de Carvalho. Lugares de Memória da Resistência em Salvador: Arte, Ruínas e Descaso. *Revista Interdisciplinar De Gestão Social*, v. 8, n. 2, 2019.

ALMEIDA, Priscila Cabral. *Processos de construção dos lugares de memória da resistência em Salvador - projetos, disputas e assimetrias*. Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2018.

ALVES, Clarissa Sommer; BRANDO, Nôva; MENEZES, Vanessa Tavares. Ação Educativa e Educação Patrimonial em Arquivos: a oficina “Resistência em Arquivo: Patrimônio, Ditadura e Direitos Humanos” no APERS. *Revista OPSIS*, Goiânia, v. 15, n. 1, 2015.

AMANAJÁS, Roberta; KLUG, Letícia. Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana. In: COSTA, Marco Aurélio; THADEU, Marcos; FAVARÃO, Cesar B. *A nova agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação*. Brasília: IPEA, 2018.

ANTONINI, Anaclara Volpi. *Lugares de memória da ditadura militar em São Paulo e as homenagens ao operário Santo Dias da Silva*. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 136 p., 2017.

ARAÚJO, Cinthia. Alianças entre o PNEDH e o ensino de história: concepções docentes sobre as relações entre educação e direitos humanos. *Educação*, Porto Alegre, v.36, n.1, pp. 67-73, jan./abr. 2013.

ARAÚJO, Cinthia. Educar para “o nunca mais”: Ensino de História e Educação em Direitos Humanos. *Anais do 5º Encontro Perspectivas do Ensino de História*, s.p., 2004. Disponível em http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-09/V_encontro_nacional_perspectivas_do_ensino_de_historia.pdf Acesso 25/11/2020.

ARAÚJO, Cinthia. Ser igual ou ser diferente? O ensino de História e a educação em direitos humanos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, 2005, Londrina. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz*. Londrina: ANPUH, pp.1-8, 2005.

ARAÚJO, Flávia Monteiro; ALVES, Elaine Moreira; CRUZ, Monalise Pinto da. Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de habitus na obra de Pierre Bourdieu. *Revista Perspectivas da Ciência e Tecnologia*, v.1, n.1, pp. 32-40, 2009.

BARRETO, Rosivalda dos Santos. *Bom Juá e Plataforma: Territórios que ensinam o patrimônio cultural à infância*, Salvador - Bahia. Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 250 p., 2016.

BAUER, Caroline Silveira. Um lugar de memória no esquecimento: o monumento aos mortos e desaparecidos políticos em Porto Alegre. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.7, n.13, pp.58-68, jul.-dez. 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Verbetes Andarilhagem. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2010.

BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. São Paulo - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CARNEIRO, Anita Natividade; BAUER, Caroline Silveira. Cartografias da história e da memória da ditadura civil-militar brasileira: Intersecções entre o ensino de história, a história pública digital e o patrimônio. in HERMETO, Miriam; ALMEIDA, Rodrigo (Orgs.) *História Pública e Ensino de História*. São Paulo: Editora Letra e Voz, pp. 51-67, 2021.

CARNEIRO, Anita Natividade. *Caminhos da Ditadura em Porto Alegre: Ensino de História através da tecnologia digital*. Trabalho de Conclusão de Curso em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 66 p., 2018.

CARNEIRO, Anita Natividade. Patrimônio e Ditadura Civil-Militar em Porto Alegre: Abordagens no Contexto da Cultura Digital In GIL, Carmem Zeli de Vargas; VICENTE, Dilce Eclai de Vargas Gil (Orgs.). *Aprender com o patrimônio no contexto da cultura digital*. Porto Alegre: Gráfica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pp. 137-150, 2017.

CARVALHO, Michele Pires. Educação Patrimonial: Uma experiência com alunos e professores no município de Vila Velha/ES. Mestrado Profissional no Programa de Pós-Graduação de Educação em Ciências e Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Vitória, 150 p., 2014.

CATELA, Ludmila da Silva. *Situação-Limite e Memória: A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 2001.

CÓRDOBA. Chupinas de Colección: aporte para pensar los sitios de memoria como herramientas metodológicas en el aula. Comisión Provincial de Memoria. 1 ed., Córdoba: el autor, 2011.

CRUZ, Silvia Helena Vieira; CRUZ, Rosimeire Costa de. O ambiente na educação infantil e a construção da identidade da criança. *Revista Em Aberto*, Brasília, v. 30, n. 100, pp. 71-81, set./dez. 2017.

DUSSEL, Inés; FINOCCHIO, Silva; GOJMAN, Silvia. *Haciendo memoria em el país de nunca más*. 2 ed. Buenos Aires: Eudeba, 223p., 2003.

EAGLETON, Terry. Cultura em crise. In: _____. *A ideia de cultura*. 2a ed. São Paulo: UNESP, p. 51-77, 2011.

ELLWANGER, Raul; RIBAS, Vinicius de Lara. Lugares de Repressão Política em Porto Alegre (Rio Grande do Sul – Brasil). IX Seminario Internacional Políticas de la Memoria. Argentina. 2016.

ESCOBAR, Miguel. Verbete Ad-mirar. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

ESTEVEZ, Alejandra Magalhães; ALMEIDA, Priscila Cabral. Lugares de memória da ditadura: disputas e agenciamentos nos processos de construção do 1o BIB Barra Mansa (Rio de Janeiro) e da Casa Marighella -Salvador (Bahia). *Revista Tempo*, Niterói, v. 27, n. 1, 2021.

FERRAZ, Joana D'Arc Fernandes; CAMPOS, Lucas Pacheco. Os lugares de memória da ditadura: disputas entre o poder público e os movimentos sociais. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 55, n. 11, 2018.

FERRAZ, Joana D'Arc Fernandes; SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. Ditadura Militar no Brasil: Desafios da Memória e do Patrimônio. *Anais do XIII Encontro de História ANPUH-Rio*, Rio de Janeiro, 2008.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. Quais as relações entre a História Pública e o Ensino de História? In: BORGES, Viviane Trindade; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *Que História Pública queremos? What public history do we want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Editora Paz & Terra, ed. 62, 256p., 2016 [1968].

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Editora Paz & Terra, ed. 62, 256p., 2016 [1968].

FREITAS, Ana Lúcia. Verbete Utopia. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

GADOTTI, Moacir. A escola na cidade que educa. *Cadernos Cenpec*, n. 1, pp. 133-139, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 224p., 2006.

GALEANO, Eduardo. *Las palabras andantes*. Três Cantos : Siglo XXI Ediciones, 328p., 1994.

GRAZIANO, André Tostes. *A Paisagem Educativa um Estudo Comparativo sobre a "Paisagem no Contexto do Patrimônio Cultural Rural Paulista"*. Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 392 p., 2016.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro. 224p., 2006.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo, Loyola, 2014.

HINTZE, Helio César. *Espetáculos e invisibilidades do discurso legitimador do turismo*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada - Ecologia de Agroecossistemas da Universidade de São Paulo. Piracicaba, 537p., 2013.

HOOKS, bell. *Ensinando Pensamento Crítico: Sabedoria prática*. São Paulo : Elefante, 2020.

KEHL, Maria Rita. Tortura e Sintoma Social. in TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: A exceção brasileira*. São Paulo : Boitempo, 2019.

LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica. *Educar em Revista*, pp. 131-150, 2006.

LEITE, Rafael Soares. Sobre o requisito de “grave violação de direitos humanos” no incidente de deslocamento de competência: aportes do Direito Internacional. *Revista de Informação Legislativa: RIL*, Brasília, DF, v. 56, n. 223, p. 77-98, jul.-set. 2019.

LIMA, Patricia Ferreira de Souza; GROSSI, Diego. “Lugares da Memória” da Ditadura Empresarial-Militar Revisitados em Petrópolis-RJ. *Revista TransVersos*. Rio de Janeiro, v. 12, 2018.

MACHADO, Ironita Adenir Policarpo. História, Patrimônio e Cidade: Uma questão política. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.2, n.7, pp. 1-14, jul.-dez. 2012.

MACHADO, Vanderlei; ASSUMPCÃO, Marla Barbosa. Educação Patrimonial, Direitos Humanos e Memória: um relato de experiência na Educação de Jovens e Adultos. *Instrumento - Revista em Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 18, n. 2, 2016.

MACHADO JUNIOR, Josué Patrocínio; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. A Monumentalização da Dor: Monumentos Catástrofes sobre a ditadura militar. *Anais IV Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual de Goiás*, Pirenópolis, 2017.

MALAIA, João Manuel Casquinha; FORTES, Rafael. “Brasil-grande, estádios gigantesco”: toponímia dos estádios públicos da ditadura civil-militar brasileira e os discursos de reconciliação, 1964-1985. *Revista Tempo*, Niterói, v. 27, n. 1, 2021.

MARTAU, Maria Luiza Casali. *Estudo da Implantação do Projeto Escola Cidadã na EMEF Senador Alberto Pasqualini no Período de 1998-2005: Limites e possibilidades para um ensino de qualidade*. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 131p., 2006.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA; Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 354p., 2016.

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política de esquecimento? *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.2, n.3, pp. 14-26, ago.-nov. 2010.

MONTEIRO, Adalberto et al. Carta de Guilherme Gomes Lund para seus pais, datada de fevereiro de 1970. In: MONTEIRO, Adalberto et. al. *Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Anita Garibaldi, pp. 151-52, 2005.

MORIGI, Valter. *Cidades Educadoras: Possibilidades de novas políticas públicas para a reinventar a democracia*. Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 153 p., 2014.

NASCIMENTO, Juliana Marques do. Memória e Sítios de Consciência: Disputas sobre a ditadura civil-militar (1985-2017). *Revista Hydra - Revista Discente de História da UNIFESP*, São Paulo, v. 2, n. 4, 2019.

NORA, Pierre. Entre a memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n.10, pp.7-28, dez. 1993.

PACIEVITCH, Caroline. Ensino de História: Narrativas que percorrem a escola e o público. In: FERREIRA, Rodrigo de Almeida; HERMETO, Miriam (Orgs.) *História Pública e Ensino de História*. São Paulo : Letra e Voz, 2021.

PAREDES, Edesmin Wilfrido Palacios. *Poder Local, Cidadania e Educação: Das condições para a construção de uma cidade educadora - um estudo produzido a partir do Bairro Restinga - Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 115 p., 2007.

PEDRO, Joanne Cristina. *Território Educativo: mapeando e decifrando aprendizagens 'além-muros' - Caxias do Sul/RS*. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 227 p., 2017.

PEGORARO, Mariele Fernandes. Patrimônio Histórico, Bens Culturais, História Pública e Turismo: Possíveis diálogos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 31, 2021, Rio de Janeiro. Anais do XXXI Simpósio Nacional de História – História, Verdade e Tecnologia. Rio de Janeiro: ANPUH, s.p., 2021.

PEREIRA, Daniel Carvalho. Espaços públicos, saberes públicos: um podcast como espaço de ensino de história. Dissertação de Mestrado Profissional (PROFHISTÓRIA) do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 79 p., 2016.

PEREIRA, Nadine Mello. *Usos do passado, usos do presente : o centro clandestino de repressão Dopinha em Porto Alegre (1964-2018)*. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 130p., 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, vol. 27, n.53, pp. 11-23, junho de 2007.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, pp. 3-15, 1989.

PRADAL, Fernanda Ferreira. Políticas de Memória sobre a Ditadura Militar: Marco jurídico institucional e processo político no Rio de Janeiro. *Revista do Seminário da Pós-Graduação do Departamento de Direito da PUC-Rio*. v. 1 n. 1, s.p., 2016.

QUADRAT, Samantha Viz; SILVA, Izabel Pimentel da. Marcas territoriais do passado autoritário: lugares de memória e de consciência na América Latina. *Revista Tempo*, Niterói, v. 27, n. 1, 2021.

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. As memórias em disputa sobre a ditadura civil-militar na UFRJ: lugares de memória, sujeitos e comemorações. *Revista Tempo*, Niterói, v. 27, n. 1, 2021.

REIS, Caroline Bárbara Ferreira Castelo Branco. O Vale do Paraíba e o tempo presente: a produção de história pública na formação do grande público sobre a escravidão no Brasil.

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 138p., 2015.

RODRIGUES, Lola Cristina da Luz. *Cidade educadora: um estudo sobre a experiência do Município de Esteio / RS*. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo 100 p., 2008.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. in TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: A exceção brasileira*. São Paulo : Boitempo, 2019.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA; Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 354p., 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza.; ALMEIDA FILHO, Naomar de. *A Universidade no século XXI: para uma universidade nova*. Coimbra: Almedina, 184p. 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. Por uma concepção multicultural dos Direitos Humanos. in SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). *Reconhecer para libertar. Os caminhos do cosmopolitismo cultural*. Porto: Afrontamento, 2004.

SCARAFFUNI, Luciana. Reflexões sobre lugares de memória no Uruguai: as demarcações da paisagem repressiva. *Revista Tempo*, Niterói, v. 27, n. 1, 2021.

SILVA, Elson Luiz Mattos Tavares da. Da Ditadura à Democracia: Os lugares da memória na transição política no Brasil e na Argentina. *Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina*, São Paulo, 2016.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Verbetes Cidadania. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, p. 47, 2010.

SILVA, Maura Leal da; CAMILO, Janaína Valéria Pinto. A Fortaleza de São José de Macapá: nos rastros das memórias das prisões e torturas (1964-1973). *Revista Tempo*, Niterói, v. 27, n. 1, 2021.

SILVA, Vinícius Ávila da. *Trilhas da ditadura civil-militar na cidade do Rio de Janeiro: roteiro para educação em direitos humanos*. Dissertação de Mestrado Profissional no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 97p., 2018.

SINGER, Helena (Org). *Territórios educativos: experiências em diálogo com o Bairro-Escola*. Coleção Territórios Educativos, v. 1. São Paulo : Moderna, 104p., 2015.

SOARES, Inês Virgínia Prado; QUINALHA Renan Honório. Verbetes “Lugares de Memória”. *Dicionário de Direitos Humanos da Escola Superior do Ministério Público da União*, 2012. Disponível em <https://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Lugares+de+mem%C3%B3ria> Acesso em 05/03/2022

SOUTELO, Luciana de Castro. *A memória pública do passado recente nas sociedades ibéricas: Revisionismo histórico e combates pela memória em finais do século XX*. Tese de Doutorado em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto (Portugal), 594 p., 2015.

THIESEN, Icléia; ALMEIDA, Priscila Cabral. Lugares de memória da Ditadura e a patrimonialização da experiência política. *Revista Museologia e Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 4, n. 8, dez. 2015.

THOMPSON, E. P. Introdução: costumes e cultura. In. _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 13-24, 1998.

TOLEDO, Leslie; FLORES, Maria Luiza Rodrigues; CONZATTI, Marli (Orgs.). *Cidade Educadora: A experiência de Porto Alegre*. São Paulo : Cortez Editora e Instituto Paulo Freire. Buenos Aires : Cidades Educadoras América Latina, 197p., 2004.

TRINDADE JUNIOR, Ruydemberg. *O Ensino de História na Formação Profissionalizante do Guia de Turismo*. Dissertação de Mestrado Profissional (PROFHISTÓRIA) do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 140p., 2021.

WINK, Ingrid. *Cidade educadora e juventudes: as políticas públicas e a participação dos jovens na cidade de Gravataí-RS*. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 229p., 2011.

b. Legislação, Relatórios e Documentos Oficiais

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS. *Carta das Cidades Educadoras*. 2004. Disponível em <http://www.edcities.org/pt/carta-das-cidades-educadoras/> Acesso em 05/03/2022.

BRASIL, *Análise dos Comitês Estaduais de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 221p., 2018.

BRASIL, Comissão da Anistia. *Relatório Anual da Comissão de Anistia de 2012*. Brasília: Ministério da Justiça e da Cidadania, 57 p., 2016.

BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014.

BRASIL, Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Unesco, 76p., 2006.

BRASIL, Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos. 50p., 2018.

BRASIL, Diário Oficial da União. Portaria nº 1.797, de 30 de Outubro de 2007. Brasília: Ministério de Estado da Justiça, n. 210, p. 64, 2007.

BRASIL, Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em 15 de novembro de 2021.

BRASIL, Presidência da República. Decreto nº 8.031, de 20 de Junho de 2013. Brasília: Presidência da República, s.p., 2013.

BRASIL, Presidência da República. Decreto nº 8.031, de 20 de Junho de 2013. Brasília: Presidência da República, s.p., 2013.

BRASIL, Presidência da República. Lei nº 12.528, de 18 de Novembro de 2011. *Criação da Comissão Nacional da Verdade*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/L12528.htm Acesso 10/11/2020

BRASIL. Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-1)*. Brasília: Casa Civil, s.p., 1996.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 225p., 2010.

BRASIL. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-2)*. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 51p., 2002.

ESPÍRITO SANTO. *Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos*. Espírito Santo : Governo do Estado do Espírito Santo. 2013.

ESPÍRITO SANTO. *Programa Estadual de Direitos Humanos*. Espírito Santo : Governo do Estado do Espírito Santo. 2013.

INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS. *Princípios fundamentais para as políticas públicas sobre lugares de memória*. Argentina, 2012. Disponível em <https://www.ippdh.mercosur.int/publicaciones/principios-fundamentales-para-las-politicas-publicas-en-materia-de-sitios-de-memoria/> Acesso em 05/03/2022.

RIO GRANDE DO SUL, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos - Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça. *Relatório Final*. Porto Alegre: Comissão de Direitos Humanos, 152p., 2017.

RIO GRANDE DO SUL, Comissão Estadual da Verdade. *Recomendações*. Porto Alegre: Comissão Estadual da Verdade. 7 p., 2014. Disponível em https://secweb.procergs.com.br/aap/DocumentoDigitalVisualizarArquivo?NRO_INT_ITE_DOC_DOC_DIG=162307&consultaNSOE=true Acesso em 05/03/2022.

SÃO PAULO. Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos de São Paulo. São Paulo : Governo do Estado de São Paulo, 50p., 2017.

SÃO PAULO. *Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos de São Paulo*. Decreto nº 57.503 de 6 de Dezembro de 2016.

PACTO ALEGRE. Disponível em <https://pactoalegre.poa.br/o-que-e> Acesso em: 27 de setembro de 2022.

UNESCO. *Plano de Ação: Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos - Primeira Fase*. Brasília : Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), 2012.

UNESCO. *Plano de Ação: Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos - Segunda Fase*. Brasília : Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura (UNESCO) e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), 2012.

UNESCO. *Plano de Ação: Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos - Terceira Fase*. Brasília : Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), 2015.

6. ANEXOS

ANEXO I - Análise qualitativa individual dos 36 relatos de experiência selecionados

A experiência “Encontro de Historiadores Barriais” é organizada pelo Museu Itinerante do Bairro da Refinaria na cidade de Rosário (Argentina, América do Sul), realizando rodas de conversa sobre a história do bairro¹⁶⁰. São realizados encontros entre moradores da comunidade e, por vezes, recebem especialistas, para conversas sobre temas ligados à história do local. Segundo a descrição da experiência os historiadores barriais, seriam compiladores de fontes, fotografias e objetos. O projeto é interessante no sentido de apresentar um trabalho de história pública feito com o público, nesse sentido, parecido com o Caminhos da Ditadura. Poderia ter sido desenvolvido também algo para além das conversas, um produto final que pudesse ter o retorno para a comunidade participante.

Na experiência da prefeitura de Barcelona (Espanha, Europa) intitulada “Memória Virtual das Pessoas mais Velhas de Sant Martí” busca resgatar a memória social do bairro a partir de entrevistas de idosos com jovens da educação primária e secundária¹⁶¹. São utilizadas ferramentas da informação e comunicação, tanto para desenvolver essas entrevistas quanto as pessoas mais velhas passam por seis meses de aulas sobre multimídia para realizar a sua inclusão digital. Ao longo da descrição da experiência é citado o trabalho de historiadores no projeto também. Em conexão com o Caminhos da Ditadura, um projeto que apresenta um cuidado com a memória social local e o protagonismo de pessoas mais velhas.

A experiência “Escola de Empedreadores de Calçada” da prefeitura de Lisboa (Portugal, Europa) busca resgatar o patrimônio cultural da cidade através da profissão dos empedreadores de calçada da capital portuguesa¹⁶². Essa proposta reconhece o lado artístico

¹⁶⁰ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2028, disponível em <https://bit.ly/3ys4PGT> Acesso em 06 de jul. de 2021.

¹⁶¹ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2046, disponível em <https://bit.ly/36iF1AZ> Acesso em 06 de jul. de 2021.

¹⁶² Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2052, disponível em <https://bit.ly/3hITaUE> Acesso em 06 de jul. de 2021.

deste trabalho e a importância da preservação da profissão. Assim, foi criada uma escola com curso de um ano para ensinar essa arte a pessoas que estão sem emprego, foram formados 112 alunos. A experiência aponta também que são realizadas ações de sensibilização sobre esse patrimônio nas instituições de ensino bem como a produção de um cd com fotografias das calçadas e sugestões de caminhadas na cidade para que se possa apreciar os padrões e diferentes formas de empedrar. A semelhança com o Caminhos da Ditadura provém da preocupação de reconhecer o valor cultural em locais da cidade que muitas vezes são esquecidos. Chama a atenção também a questão do fomento ao emprego, que poderia ser pensado também na proposta do Caminhos.

O programa “São Paulo é uma Escola” desenvolvido pela prefeitura de São Paulo (Brasil, América do Sul) busca transformar a capital paulista em uma cidade educadora¹⁶³. São dois eixos: ampliação do tempo dos alunos em processos de ensino-aprendizagem (formal e não formal) e revitalização de espaços da cidade. Com enfoque na educação comunitária, a metodologia está em conectar as instituições escolares com espaços próximos da escola que ofereçam atividades educativas, esportivas e culturais. Essa experiência é, assim, como a “Bairro-Escola” (2104), a política pública da cidade educadora sendo colocada em prática. Dessa forma, o Caminhos da Ditadura poderia ser um projeto a ser inserido em uma política pública de formação cidadã na cidade de Porto Alegre.

A experiência “Bairro-Escola” em parceria com a prefeitura de São Paulo (Brasil, América do Sul) com a Associação Cidade Escola Aprendiz, realiza um trabalho de desenvolver no bairro Vila Madalena uma experiência de cidade educadora em pequena escala¹⁶⁴. No sentido de que busca entrelaçar as escolas do bairro com os lugares do bairro transformando-os em espaços de aprendizagem. Foi considerado em 2005 uma referência mundial em educação pela UNESCO e, também, em um estudo comparado através da Prova Brasil, apresentou que a Escola Municipal de Ensino Fundamental Olavo Pezzotti (integrante do programa) se destacou no *ranking*. Dessa forma, o Bairro-Escola é uma experiência que a cidade de Porto Alegre precisaria se basear na sua concepção de cidade educadora. Em conexão com o Caminhos da Ditadura, é pensar que se futuramente a prefeitura da capital

¹⁶³ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2076, disponível em <https://bit.ly/3qLIUrz> Acesso em 04 de jul. de 2021.

¹⁶⁴ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2104, disponível em <https://bit.ly/3dNDIyg> Acesso em 06 de jul. de 2021.

gaúcha realize algo neste sentido, os trajetos de memória seriam uma atividade pedagógica interessante de incluir no programa.

No “Museu Afro Brasil” da prefeitura de São Paulo (Brasil, América do Sul) é realizada a valorização da cultura afro brasileira através de um acervo de mais de 5 mil obras¹⁶⁵. No museu são realizadas visitas guiadas, cursos, seminários, e possui, também, uma biblioteca. É um espaço formativo também para educadores, com curso sobre história e cultura afro-brasileira, assim como de jovens que desejam ser guias das exposições. A experiência apresentada no banco de dados procura uma abordagem mais de como o museu pode ser um espaço educativo integrado na sociedade. Nesse sentido, se conecta ao Caminhos da Ditadura por se tratar de uma vivência museológica.

A experiência “Um milhão de olhares” da prefeitura de Rosário (Argentina, América do Sul) objetiva gerar um *site* onde os usuários/cidadãos podem contribuir coletivamente com um conceito popular urbano sobre Direitos Humanos¹⁶⁶. O mapa é constituído de um milhão de *pixels*, em que cada cidadão pode escolher um *pixel*. Este *pixel* seria como uma página pessoal para publicar textos, imagens, vídeos para expressar o que aquela pessoa compreende por direitos humanos. Infelizmente, acredito que o projeto não possa ser encontrado na *internet*, o *site* disponível no banco de dados não funciona mais, o que dificulta compreender como funcionou essa experiência. Essa proposta se relaciona com o Caminhos da Ditadura por trabalhar com mapa digital, construção coletiva e direitos humanos.

A experiência “A Memória Oral nas Bibliotecas de Barcelona” da cidade de Barcelona (Espanha, Europa) apresenta um projeto em função dos 75 anos da declaração da II República Espanhola e do 70º aniversário da Guerra Civil Espanhola¹⁶⁷. Assim, esta experiência busca recolher relatos escritos e orais da comunidade sobre esses períodos históricos. Até o momento, com o suporte de historiadores e arquivistas, foram recolhidos cerca de 150 testemunhos. Esse projeto se assemelha ao Caminhos da Ditadura, pois está inserido no campo da História e da Memória Local.

¹⁶⁵ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2120, disponível em <https://bit.ly/3xjmYXh> Acesso em 04 de jul. de 2021.

¹⁶⁶ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2121, disponível em <https://bit.ly/3wcmgtv> Acesso em 04 de jul. de 2021.

¹⁶⁷ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2159, disponível em <https://bit.ly/3qLe6r2> Acesso em 04 de jul. de 2021.

“Queres ser guia do parque? Projeto de voluntariado de idosos guias do parque” da prefeitura de Saragoça (Espanha, Europa) é uma experiência que busca desenvolver as relações intergeracionais por meio de visitas guiadas por pessoas mais velhas ao Parque Grande de Saragoça¹⁶⁸. Alinhado à educação ambiental, é uma atividade de duas horas que apresenta o parque (flora, fauna, árvores e arbustos) e desenvolve atividades pedagógicas como forma de apreciação da natureza por parte da juventude. Por tratar de uma visita guiada, acredito que essa proposta tem conexão com o Caminhos da Ditadura; e, creio que é uma inspiração por realizar a inclusão de pessoas mais velhas no projeto, algo que poderia ser proposto também no Caminhos.

No projeto “O Centro de São Paulo é uma Sala de Aula” da prefeitura de São Paulo (Brasil, América do Sul) foi criada uma rede de conexão entre escolas municipais e os espaços culturais do centro da cidade¹⁶⁹. Dessa forma, a experiência realizou formação com os educadores e coordenadores pedagógicos das 18 escolas situadas nesse bairro para conhecer mais sobre educação comunitária. São disponibilizadas atividades exclusivas para as escolas da rede municipal e transporte gratuito para o deslocamento até os espaços culturais. A proposta busca a conexão das saídas pedagógicas com o currículo escolar através do conhecimento da cidade (museus, parques, centros culturais, cinemas, praças, pontos históricos, etc.). Serve de inspiração para o Caminhos da Ditadura, pois busca unir as instituições pedagógicas com os espaços culturais, assim seria interessante quando houvesse o trajeto de memória finalizado, a fim de criar essa ponte entre escolas da região. Um ponto fundamental para que a experiência paulista funcionasse, ao meu ver, foi o transporte, que facilita muito a ida do alunado aos lugares e isso deveria ser pensado como proposta de política pública pelos governos municipais.

A experiência “Programa Internacional de Intercâmbio de Práticas em Direitos Humanos” da cidade de Gwangju (Coreia do Sul, Ásia) é realizado pela Fundação em Memória ao 18 de Maio em cooperação com o governo local e OSCs nacionais e

¹⁶⁸ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2176, disponível em <https://bit.ly/3qM57pB> Acesso em 03 de jul. de 2021.

¹⁶⁹ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2292, disponível em <https://bit.ly/3hbhTuC> Acesso em 03 de jul. de 2021.

internacionais¹⁷⁰. O trabalho desenvolvido é de um projeto de 10 meses de formação para ativistas nos princípios do Movimento de Democratização de 18 de Maio para, depois, realizarem a atuação em diversos países em favor da democracia e dos direitos humanos. Esse programa internacional se conecta com o Caminhos da Ditadura, pois utiliza como inspiração um movimento que lutou contra a ditadura no país, para desenvolver um projeto que busca propor e refletir sobre os direitos humanos e a democracia atualmente no mundo.

“Vamos a...” é uma experiência da cidade de Girona (Espanha, Europa) que trata sobre conhecer a cidade do ponto de vista histórico, cultural, natural e de serviços¹⁷¹. Assim, são desenvolvidas propostas de itinerários mensais com temas específicos, por exemplo “Vamos a... Girona e França, entre a guerra e a paz, 1650-1939” ou “Vamos a...descobrir a fauna e a flora urbanas”. Tem como objetivos desenvolver a leitura da cidade no sentido que o cidadão se sinta protagonista ativo da cidadania. Em encontro com Caminhos da Ditadura, essa proposta visa oferecer uma atividade educativa, como o exemplo citado anteriormente, também a partir de um olhar histórico sobre os lugares da cidade.

No programa “Lendas e Histórias do meu distrito” da cidade de Esposende (Portugal, Europa), foi realizado um trabalho voltado para a história oral e da sabedoria popular através das lendas, histórias, cantigas e contos¹⁷². Esse material é utilizado em um espetáculo de marionetes e bonecos como forma de divulgar o patrimônio imaterial local. O fomento às relações intergeracionais perpassa pela valorização das experiências de vida dos mais velhos. Em relação ao Caminhos da Ditadura, percebo que esse reconhecimento fomentado pela história local proporciona um sentimento de pertencimento por meio dos saberes e vivências compartilhados com tempos passados.

A experiência “Noite Libertária” da prefeitura de Quito (Equador, América do Sul) trata da apropriação dos locais do centro histórico como espaços de difusão cultural¹⁷³. Assim, os moradores e turistas podem realizar caminhadas até lugares como praças e parques, igrejas,

¹⁷⁰ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2377, disponível em <https://bit.ly/3wgvLI8> Acesso em 03 de jul. de 2021.

¹⁷¹ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2378, disponível em <https://bit.ly/3ykxX2N> Acesso em 03 de jul. de 2021.

¹⁷² Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2388, disponível em <https://bit.ly/2SwOKAA> Acesso em 26 de jun. de 2021.

¹⁷³ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2416, disponível em <https://bit.ly/3x4xLEI> Acesso em 26 de jun. de 2021.

museus, centros culturais, teatros, restaurantes e cafeterias, ruas e paisagens para desfrutar de atividades de dança, música, teatro, gastronomia, visitas guiadas (igrejas e museus), etc. Inicialmente imaginei que essa experiência cultural passa-se pelos lugares de memória da cidade, no entanto, por mais que esteja valorizando o centro histórico e seus espaços culturais, não fomenta o ensino sobre os locais do bairro.

A experiência “Traga vida aos teus anos: programa socioesportivo para pessoas mais velhas” da prefeitura de Alcalá de Guadaíra (Espanha, Europa) centra-se nas atividades esportivas e de promoção à saúde¹⁷⁴. Em um dos primeiros parágrafos da justificativa e resumo, trata que combina atividades físicas com ações de divulgação do patrimônio cultural e natural da cidade e outros pontos geográficos, no entanto essa questão não é explorada ao longo da descrição da experiência. Em conexão com Caminhos da Ditadura, como já explorado melhor em outro relato, é considerável pensar que um trajeto de memória também pode ser algo benéfico para a saúde e bem estar físico.

Em “A identidade histórica: recuperação de um valor patrimonial” realizado pela prefeitura de Getafe (Espanha, Europa), é proposta a execução de uma experiência com diversas frentes de atuação para recuperar a identidade histórica dos cidadãos da cidade¹⁷⁵. São desenvolvidas atividades de conversas sobre a Constituição Espanhola de 1978; recuperação de documentos históricos e levantamentos de lugares envolvidos com a Batalha de Jarama e de Madrid; edição de um livro sobre ditadura e democracia, entre outras metodologias. Uma das ideias futuras é criar um trajeto de memória sobre os lugares que fizeram parte das batalhas de Madrid e Jarama. Essa experiência se relaciona com Caminhos da Ditadura, pois se utiliza do campo da História para tratar sobre temas como ditadura e democracia e pretende incluir locais de memória como metodologia. No caso de Getafe, a ditadura referida é a franquista (1936-1979), e eles citam em um dos objetivos específicos que seria realizada essa reflexão nas instituições de ensino a partir do prisma da conciliação nacional.

¹⁷⁴ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2552, disponível em <https://bit.ly/3xV1kJJ> Acesso em 26 de jun. de 2021.

¹⁷⁵ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2651, disponível em <https://bit.ly/3vY67rH> Acesso em 26 de jun. de 2021.

A experiência “Saragoça com outros olhos: São Paulo, um bairro com anzol” da prefeitura de Saragoça (Espanha, Europa) buscou valorizar o bairro São Paulo nos locais de importância histórica¹⁷⁶. Um bairro de alta vulnerabilidade social, mas com diversos patrimônios locais que por vezes são desconhecidos dos estudantes da educação básica. Assim, foi desenvolvida uma caminhada pedagógica pelo bairro com duração de duas horas, antes da saída é realizada uma preparação através de material didático específico nas instituições de ensino. Alinhado ao Caminhos da Ditadura, o projeto de Saragoça apresenta também um trajeto de memória, ainda que mais relacionado a uma história oficial da cidade. É pertinente notar que em um dos pontos frágeis do projeto cita a adequação ao acesso aos lugares para alunos e alunas com deficiência, essa avaliação é fundamental também no desenvolvimento do trajeto do Caminhos.

“Passos em torno da memória” é uma experiência desenvolvida pelo município de Guarda (Portugal, Europa), mais especificamente pela empresa municipal Culturguarda¹⁷⁷, que desenvolve visitas encenadas por lugares históricos. No relato, são descritos três anos de atividades: em 2010, envolvia um ator que representava Álvaro Gil Cabral, guardião de Guarda no final do século XIV; em 2011, a caminhada foi pela Catedral de Guarda e um ator contando histórias somente sobre esse espaço, ao final os participantes receberam um livro criado especialmente para o evento; em 2012, foram desenvolvidas duas experiências, a primeira versava sobre a presença judaica na cidade e a segunda, era uma peregrinação até Cabeço das Fráguas - espaço de culto a divindades lusitanas com edificações religiosas do século V AEC. Em conexão ao Caminhos da Ditadura, este projeto propõe diretamente a reflexão histórica sobre os lugares da cidade. Além de inovar ao utilizar da ludicidade do Teatro para envolver os participantes.

“Transformação urbana do centro histórico de Granollers” (Espanha, Europa) é uma experiência que se utiliza da participação cidadã para a renovação do bairro central da cidade¹⁷⁸. Esse processo envolve muitas áreas e foi concebido de forma coletiva pelos moradores do bairro interessados. Neste projeto de revitalização, buscou-se conservar o

¹⁷⁶ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2652, disponível em <https://bit.ly/3qA9Z0T> Acesso em 26 de jun. de 2021.

¹⁷⁷ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2738, disponível em <https://bit.ly/2T9BuCb> Acesso em 26 de jun. de 2021.

¹⁷⁸ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2748, disponível em <https://bit.ly/3hfbvgG> Acesso em 26 de jun. de 2021.

patrimônio histórico através da sinalização dos espaços patrimoniais. Na apresentação da experiência, o conceito de Cidade Educadora é compreendido como uma cidade equilibrada que situa as pessoas no centro de seus objetivos. Penso que é significativo tratar esse conceito dessa forma, pois, às vezes, a governança desequilibra essa ideia ao dar mais voz ao dinheiro/empresas na decisão do que é feito na cidade. Indo em encontro a proposta do Caminhos da Ditadura, a experiência propõe então a sinalização do patrimônio edificado, atualmente essa é uma das questões primordiais no projeto.

A experiência “Pessoas mais velhas saudáveis e ativas” da prefeitura de Torres Vedras (Portugal, Europa) promove a ação de idosos em integração com atividades de patrimônio e segurança vial¹⁷⁹. O programa de patrimônio desenvolve atividades guiadas por cinco igrejas da cidade promove a abertura desses espaços religiosos para o turismo. Há uma formação inicial para os participantes, que também recebem por mês 200 euros para realizar esse trabalho. Desde 2003, o programa já teve 70 pessoas mais velhas que participaram como guias. Essa experiência parte de um tipo de local de patrimônio para ensinar sobre os lugares da cidade, o que é interessante, mas penso que seria benéfico expandir para outros espaços. Em relação ao Caminhos, essa experiência fomenta, por exemplo, incluir relatos orais de pessoas mais velhas ao longo do trajeto de memória.

Na experiência “O Serrallo, um lugar de conto: a memória dos pescadores” na cidade de Tarragona (Espanha, Europa) foi desenvolvida uma parceria entre o museu do porto e a biblioteca pública da cidade no sentido de lançar luz sobre a história e memória pesqueira do bairro Serrallo¹⁸⁰. Nesse sentido, a questão principal foi de recolher relatos orais dos pescadores para depois ser escolhido anualmente uma das histórias para ser transformado em um conto infanto-juvenil. O projeto também busca futuramente fundar o Museu do Pescador. À semelhança do Caminhos, este projeto está vinculado a promover a voz daqueles que por vezes não são lembrados na história da cidade. Recuperando um patrimônio que também é oral, não só edificado. Fundamental ressaltar a importância da união entre instituição museológica e da biblioteca para que a experiência seja mais rica na comunidade.

¹⁷⁹ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2754, disponível em <https://bit.ly/3gYxhKJ> Acesso em 26 de jun. de 2021.

¹⁸⁰ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2764, disponível em <https://bit.ly/3vYa0No> Acesso em 26 de jun. de 2021.

"Museu a Céu Aberto" de Godoy Cruz (Argentina, América Latina) é uma experiência que busca difundir a arte muralista na cidade através do olhar dos direitos humanos¹⁸¹. No total são 150 murais, incluindo o bairro Sarmiento em que é considerado o primeiro bairro pintado no país. Desde 2019 é organizado o Encontro Latino-Americano de Muralismo e Arte Pública, que anualmente determina temas sobre os quais os/as artistas devem pintar seus murais. Este projeto se conecta ao Caminhos da Ditadura justamente pelo seu olhar para os direitos humanos e o ensino dele através dos espaços da cidade. Capta a atenção também que nessa experiência o foco é na arte muralista, algo que futuramente o Caminhos da Ditadura também poderia incorporar em suas propostas.

A experiência "A escola adota um monumento" de Turim (Itália, Europa) trata de realizar a sensibilização sobre patrimônio através da iniciativa dos alunos e alunas da educação básica¹⁸². Cada escola pode adotar um monumento e se responsabiliza por três anos de cuidar e realizar a difusão histórica, cultural e ambiental dele. Assim, os alunos e alunas fazem atividades guiadas pelos monumentos, e há o intercâmbio entre escolas, pois assim estudantes de escolas distintas possam conhecer o monumento que está responsável por outra escola. Entre 2013-2014 foram 49 monumentos adotados em 45 instituições de educação por mais de 3 mil alunas e alunos. Este projeto está presente em mais de 80 cidades italianas atualmente. Com relação ao Caminhos, acredito que essa experiência de Turín apresenta uma oportunidade interessante de conectar o espaço escolar com o espaço urbano, pois se preocupa com patrimônio edificado e fortalece o sentimento de pertencimento e agência dos estudantes sobre a história de seu território. Em contraposição com a experiência "Adota um monumento", de Tampere, na Finlândia (nº 2873), acredito que em "A escola adota um monumento", por relacionar-se com as instituições de ensino, está muito mais vinculada a um processo de cidadania.

O projeto "Torres no Centro" foi desenvolvido pelo município de Torres Vedras (Portugal, Europa) e trata da retomada cultural, social e econômico do centro histórico da cidade¹⁸³. A estratégia de intervenção foi baseada em quatro premissas que tratam de

¹⁸¹ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2775, disponível em <https://bit.ly/3quYTtT> Acesso em 26 de jun. de 2021.

¹⁸² Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2776, disponível em <https://bit.ly/3wY5WOU> Acesso em 26 de jun. de 2021.

¹⁸³ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2779, disponível em <https://bit.ly/3ji0SQI> Acesso em 26 de jun. de 2021.

colaboração com associações, desenvolvimento com olhar integrado (dimensões urbana, ambiental, econômica, social e cultural), uso do *marketing* e tecnologia e, por fim, a garantia de condições básicas para que os novos projetos e estruturas físicas. No que tange o Caminhos da Ditadura, essa proposta tem conexão com ressignificar o espaço central através da reabilitação arquitetônica, ou seja, como comentado em outra experiência, é capaz de suscitar a valorização de prédios históricos, por consequência a memória sobre como a cidade foi no passado.

A experiência “Torres Vedras Night Run” na cidade de Torres Vedras (Portugal, Europa), une o desenvolvimento cultural com a prática de esportes¹⁸⁴. A atividade é realizada uma vez por semana, com quatro grupos distintos (duas de caminhadas - 5 km e 6 km - e duas de corrida - 8/9 km e 10/11 km. A cada semana se escolhe um monumento, prédio ou ponto de interesse que os grupos vão passar, a ideia é que isso promova o conhecimento da cidade ao (re)descobrir esses locais. Foram 72 edições com cerca de 400 pessoas por edição. Essa proposta converge com o Caminhos da Ditadura, pois busca através de uma caminhada desenvolver o conhecimento sobre os lugares da cidade. Neste caso o foco é muito mais na saúde e promoção do esporte do que na educação patrimonial, no entanto serve de inspiração para perceber que o Caminhos também tem essa potencialidade.

O “Projeto Memória e Vida” realizado na cidade de São Paulo (Brasil, América Latina) apresenta os cemitérios como patrimônio da cidade, reconhecendo sua especificidade como parques de memória¹⁸⁵. Essa experiência foi desenvolvida pelo Serviço Funerário Municipal de São Paulo, desenvolve ações vinculadas a arte e história presente nas sepulturas dos 22 cemitérios públicos da cidade. Em 2015 foram instalados 150 códigos QR nas tumbas do cemitério da Consolação, ao abrir o código em um smartphone a pessoa receberia vídeos, fotos e textos; além disso, foi criada uma rota autoguiada e, também, definido um dia da semana para visitas escolares no espaço. No mesmo ano, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, desenvolveram atividades de narração de histórias para crianças, publicação de materiais pedagógicos que tratem do tema da morte, luto e memória dirigido a crianças e suas famílias e oficinas para educadores com foco em oferecer recursos

¹⁸⁴ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2806, disponível em <https://bit.ly/3zFIt69> Acesso em 20 de jun. de 2021.

¹⁸⁵ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2823, disponível em <https://bit.ly/35BWTXg> Acesso em 20 de jun. de 2021.

para tratar dos mesmos temas em sala de aula. Essa proposta está vinculada ao Caminhos da Ditadura, pois utiliza o patrimônio que é muitas vezes esquecido como forma de ensinar questões humanas mais amplas. No caso do Memória e Vida, como nos relacionar com a morte, e, no caso do Caminhos, como proteger os direitos humanos. Além disso, fornece uma inspiração com a utilização dos códigos QR como forma de acessar informações de maneira autônoma.

A experiência “Junta de Estudos Históricos” está situada na cidade de Godoy Cruz (Argentina, América Latina), e é um núcleo de moradores da cidade e pesquisadores/as que estão interessados na história local¹⁸⁶. Tem objetivos de tratar com memória e patrimônio, ainda que nas duas fases expostas não tenha atividade voltada para esse último, somente é mencionado que a junta produz um guia didático para educadores/as realizarem visitas a bens patrimoniais da cidade. É interessante a atividade intitulada “Tempo do Vizinho”, um fórum mensal onde se apresentam fotos, documentos e anedotas vinculadas a memória de Godoy Cruz. Essa junta é inspirada na de Mendoza (Argentina, América Latina). Esse relato, para o Caminhos da Ditadura, pode servir como inspiração para atividades posteriores em que se convoque pessoas que viveram a ditadura civil-militar para realizar um fórum em semelhança do apresentado acima. Além disso, é um exemplo de prática da História Pública que promove a participação social a partir da memória da cidade.

O “Plano de Regeneração Urbana do Centro Histórico” da cidade de Gunsan (Coreia do Sul, Ásia) foi fundamentado em quatro eixos transversais: empoderamento da cidadania, preservação do patrimônio histórico, melhora do entorno urbano e apoio a economia local¹⁸⁷. Gunsan perdeu nos anos 90 sua hegemonia econômica local, assim esse projeto busca revitalizar o centro histórico que ficou abandonado em função do abandono da cidade. Aproveita da herança cultural japonesa para desenvolver atividades de interesse turístico e promoção da memória histórica do período colonial (1910-1945). Foram 172 edifícios históricos recuperados através da ação de preservação, e são utilizados como espaços educativos e centros de memória. A regeneração proporcionou melhoria no turismo local e abertura de novas empresas no centro de Gunsan. Alinhado ao Caminhos da Ditadura, a

¹⁸⁶ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2842, disponível em <https://bit.ly/3wNhUdx> Acesso em 20 de jun. de 2021.

¹⁸⁷ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2865, disponível em <https://bit.ly/3gLWabk> Acesso em 20 de jun. de 2021.

experiência apresenta o poder do cuidado com o patrimônio e o retorno que o investimento aos espaços públicos pode gerar economicamente. Além disso, é importante salientar que esse plano foi todo desenvolvido através de um conselho comunitário na decisão das propostas, ou seja, uma lição de que as revitalizações urbanas precisam ser construídas com participação popular.

“Hotel Pasteur” é um prédio histórico revitalizado na cidade de Rennes (França, Europa)¹⁸⁸. Nele são desenvolvidas atividades em três espaços diferentes - hotel de projetos, escola infantil e laboratório de experimentação de novas tecnologias educativas. Essa proposta busca suprir as necessidades comunitárias através de atividades artísticas, esportivas e culturais. Alinhado ao Caminhos da Ditadura, essa proposta é interessante ao pensar sobre o uso dos prédios históricos que estão sem função social. Inspirado nessa experiência, poderiam ser utilizados lugares assim na cidade de Porto Alegre como centros culturais, como era a ideia, por exemplo, da construção do Centro de Memória Ico Lisboa, no casarão que abrigou o primeiro centro de tortura clandestino brasileiro, conhecido como Dopinha.

O projeto “Adota um Monumento” organizado pela Prefeitura de Tampere (Finlândia, Europa), em especial o Museu Vapriikki, é uma forma de conectar o voluntariado com a preservação e promoção de monumentos da cidade¹⁸⁹. Inicialmente foram levantados os locais que seriam adotados, o museu também conta com uma equipe de profissionais que fornece suporte aos voluntários ao longo da execução do plano de ação. Após a adoção de um monumento, os voluntários podem desenvolver atividades de investigação sobre o lugar, atuar como guias em visitas turísticas e até mesmo criar painéis informativos sobre aquele espaço. Esse projeto em 2016 recebeu o Grande Prémio Nossa Europa e atualmente são 22 cidades da região que aderiram à iniciativa. Em toda a Finlândia são aproximadamente 40 monumentos adotados e mais de 3 mil pessoas envolvidas no projeto. Em conexão com o Caminhos da Ditadura, o Adota um Monumento convoca a sociedade civil na preservação patrimonial, o que pode ser uma das possibilidades de cuidado dos lugares ligados à ditadura na cidade de Porto Alegre. No entanto, é fundamental que essa ação esteja sendo monitorada pelo poder

¹⁸⁸ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2869, disponível em <https://bit.ly/3vJuc5h> Acesso em 20 de jun. de 2021.

¹⁸⁹ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2873, disponível em <https://bit.ly/3gQW69Y> Acesso em 20 de jun. de 2021.

público e profissionais da área, conforme a experiência finlandesa propõe, uma vez que o cuidado não pode ser apenas dever da sociedade civil.

O projeto “Casas e Lugares do Sentir: conhecer e valorizar os saberes tradicionais do território” do município de Fundão (Portugal, Europa)¹⁹⁰ trata-se de uma proposta vinculada à interação intergeracional por meio das atividades culturais desenvolvidas no território. Os saberes e tradições locais são colocados como patrimônio material e imaterial na apresentação da experiência, formando uma rota turística e educativa em atividades vivenciais nos espaços que fazem parte da rede. São 22 locais que abordam temáticas diversas como produção alimentícia local, ofícios, artesanato e desenvolvimento cultural. Esta proposta se conecta ao Caminhos da Ditadura por se tratar de valorização do patrimônio local, no entanto, ao analisar aprofundadamente esse projeto, percebo que o ponto de vista histórico fica de lado e que poderia ser muito mais explorado.

O “Programa Linhas do Conhecimento” (PLC) foi criado em Curitiba (Brasil, América do Sul) é uma ação coordenada pela Secretaria Municipal de Educação de Curitiba que busca atividades pedagógicas nos mais diversos espaços da cidade¹⁹¹. Assim, os docentes podem buscar na rede do programa propostas lúdicas, aulas de campo, propostas culturais, etc. que se adequem a suas aulas e solicitar aquela atividade. O número de atividades oferecidas passou de 382 em 2017 para 1.186 em 2019. O transporte, caso necessário, também é organizado pela gestão do PLC. Assim, há propostas que estão vinculadas à História, memória e patrimônio. Penso que o Programa Linhas do Conhecimento é uma proposta de gestão municipal profundamente transformadora, pois é capaz de criar uma cidade educadora ao formar essa rede e facilitar o acesso de educadores e educadoras às atividades pedagógicas presentes na cidade. Em relação ao Caminhos da Ditadura e a cidade de Porto Alegre, seria fundamental esse tipo de ferramenta no município para o desenvolvimento de propostas educativas que não acontecem na sala de aula.

¹⁹⁰ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2893, disponível em <https://bit.ly/3iVTfzy> Acesso em 20 de jun. de 2021.

¹⁹¹ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2894, disponível em <https://bit.ly/3gIjkAA> Acesso em 20 de jun. de 2021.

No projeto Rede CATUL em Medellín (Colômbia, América do Sul), se desenvolveu uma integração entre 16 equipamentos culturais¹⁹². Criado com intuito de fortalecer a arte e cultura nos anos 90 como forma de combate à onda de violência na cidade. Está ancorado na ideia de direitos culturais e de aproveitar a experiência local para transformar a realidade. A metodologia utilizada para compreender as demandas sociais foi a de leitura territorial. Na explicação da rede aparecem diversas ações de distintas áreas, chama a atenção a proposta de “Museografias dos Bairros” que engloba a oficina “Tecendo Memórias” (vinculada a Museu Casa da Memória, sobre os conflitos armados no país) e o festival “Manrique Sempre é Tango” (sobre difusão cultural do gênero musical e dança Tango). Além disso, é mencionado brevemente o projeto “Caminhada Punk”, que se conecta ao Caminhos da Ditadura justamente por realizar um trajeto de memória, mas que traçou os locais importantes para a cultura punk na cidade¹⁹³.

O projeto “No Coração da Minha Infância: gerando vínculos intergeracionais a partir da memória e da arte” da cidade de Torres Vedras (Portugal, Europa) apresenta uma ideia de criar momentos de encontro entre gerações no sentido de diminuir a separação entre elas¹⁹⁴. Partem da memória dos mais velhos para criar projetos artísticos criados intergeracionalmente. Chama atenção a proposta do “Livro de Lembranças”, pois se utiliza de entrevistas para produzir um dicionário cronológico de acontecimentos importantes vividos por essas pessoas mais velhas. Depois, é escrito de forma conjunta um romance com base nessas lembranças. Relacionando com o Caminhos da Ditadura, nesta experiência existe uma preocupação de reconhecer a memória e história local por meio dessa aproximação intergeracional, com intuito de fomentar a imaginação de como era a vida no passado na sua cidade. Achei interessante também que neste processo de vínculo é reconhecido a contribuição pelo bem estar comum - principalmente por países que viveram o autoritarismo - , creio que esse também é um dos objetivos do Caminhos da Ditadura.

¹⁹² Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2898, disponível em <https://bit.ly/3Ovuy3> Acesso em 20 de jun. de 2021.

¹⁹³ Para saber mais do projeto <https://patrimoniomedellin.gov.co/pec-events/caminata-punk-por-castilla-ruta-1/> . Além disso, por conta da pandemia do COVID-19, realizou-se uma transmissão ao vivo de uma caminhada, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IHO6w8oMg4o> Acesso em 20 de jun. de 2021.

¹⁹⁴ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2902, disponível em <https://bit.ly/3cXswP7> Acesso em 20 de jun. de 2021.

O “programa de educação antirracista para a inclusão e valorização da diversidade étnica e cultural” da Secretaria de Educação de Santos (Brasil, América do Sul) abarca sete eixos de intervenção sobre o problema das desigualdades raciais no âmbito educacional¹⁹⁵. Estes buscam romper com uma educação eurocentrada e promover reflexões sobre racismo institucional, mito da democracia racial, preconceito, colorismo e privilégio branco. O eixo 4 do programa trata do uso do território como espaço educativo, ou seja, utilizar itinerários (históricos, geográficos, literários e arqueológicos) como forma de tratar temas de resistência dos escravizados nos quilombos e luta pela abolição da escravidão, por exemplo. Segundo o relato da experiência esse eixo promove atividades com cerca de 3 mil alunos por ano, uma das atividades do trajeto é distribuir cartazes de sinalização de que aquele local na cidade foi um cenário de luta contra a escravidão. Essa experiência se aproxima do Caminhos da Ditadura em razão de ensinar história a partir da cidade, reconhecendo a historicidade dos lugares da urbe.

No projeto COLAB (Laboratório colaborativo nos bairros de Pescadores e Grito do Povo) em Setúbal (Portugal, Europa)¹⁹⁶ foi desenvolvida uma proposta de reconhecimento do território de forma coletiva. O foco do projeto é pensar sobre a revitalização de espaços públicos em dois bairros de vulnerabilidade social, mas para isso lançaram mão da leitura de território como uma ferramenta de identificação dos pontos potentes e problemáticos dos bairros. Nessa leitura, foi identificada também a questão do patrimônio e da memória coletiva da cidade pesqueira, uma das propostas para desenvolvimento futuro é de um livro com lembranças e histórias de vida dos residentes. Apresenta-se, assim, como um projeto mais voltado para a identidade intergeracional do que para a relação de ensino-aprendizagem histórica dos locais do bairro.

ANEXO II - Formulário aplicado aos participantes do trajeto

- Idade (resposta aberta, curta)
- Escolaridade (resposta fechada, com opções: Ensino fundamental incompleto; Ensino fundamental completo; Ensino médio completo; Ensino médio incompleto; Ensino superior completo; Ensino superior incompleto; Mestrado incompleto; Mestrado completo; Doutorado incompleto; Doutorado completo, Outro)

¹⁹⁵ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2903, disponível em <https://bit.ly/3gQCuD9> Acesso em 20 de jun. de 2021.

¹⁹⁶ Experiência catalogada no Banco de Experiências da AICE de número 2908, disponível em <https://bitly.com/3Ifvd> Acesso em 20 de jun. de 2021.

- Identidade de Gênero (resposta fechada, com opções: Mulher Cis; Mulher Trans; Homem Cis; Homem Trans; Não Binário; Outro)
- Orientação Sexual (resposta fechada, com opções: Heterossexual; Homossexual; Bissexual; Assexual; Outro)
- Identidade Racial (resposta fechada, com opções: Pardo; Branco; Indígena; Preto; Outro)
- Renda Familiar Mensal (resposta fechada, com opções: mais de 20 salários mínimos; de 10 a 20 salários mínimos; de 4 a 10 salários mínimos; de 2 a 4 salários mínimos; recebe até 2 salários mínimos)
- Já fez alguma vez outros roteiros/trajetos no mesmo formato que o Caminhos? (resposta fechada, com opções: Sim; Não)
- Por que você quis fazer o trajeto de memória do Caminhos da Ditadura em Porto Alegre? (resposta aberta, parágrafo)
- Após o trajeto, você sente que conhece mais sobre as violações de direitos humanos que aconteceram na ditadura? (resposta fechada, com opções: “Não, pois já tinha tinha conhecimento sobre e não me trouxe elementos novos.”; “Sim, pois o trajeto foi fundamental para conhecer sobre as violações de direitos humanos.”; “Não, continuo não conhecendo.”; “Sim, já tinha um prévio conhecimento, mas o trajeto foi capaz de trazer novos elementos.”)
- Qual foi o ponto que mais te marcou? (resposta fechada, com opções: Teatro Leopoldina; Hospital Materno-Infantil Getúlio Vargas; Dopinha; UFRGS; Esquina Maldita; Loja Masson/Marisa; Esquina Democrática)
- O que mudou na tua ideia sobre a ditadura em Porto Alegre? (resposta aberta, parágrafo)
- Qual ponto tu já sabias que estava relacionado com a história da ditadura? (resposta de múltipla escolha, com opções: Teatro Leopoldina; Hospital Materno-Infantil Getúlio Vargas; Dopinha; UFRGS; Esquina Maldita; Loja Masson/Marisa; Esquina Democrática; Nenhum)
- Qual foi seu nível de cansaço ao final do trajeto? (resposta em escala, sendo 1 “pouco cansado/a/e” e 5 “muito cansado/a/e”)
- O que você achou da mediação nos locais? * (resposta em escala, sendo 1 “não foram suficientes” e 5 “foram suficientes”)
- De forma geral, se tu pudesses dar uma nota para o trajeto, qual seria? (resposta em escala, sendo 1 “uma estrela” e 5 “cinco estrelas”)

- O que pode ser melhorado no trajeto? (pergunta aberta, um parágrafo)
- Deixe teu comentário, espaço aberto para sugestões e críticas (pergunta aberta, um parágrafo)

ANEXO III - Quadro 1 - Cronograma do curso “Caminhos da Ditadura em Porto Alegre: Construindo um trajeto de memória na cidade”

Encontro	Data	Atividade	Leitura/Tarefa
Atividade 1	03/08/2021	Apresentações da mediadora, do projeto, dos participantes e do cronograma	
Atividade 2	10/08/2021	Seminário eixos norteadores: história pública, cidade e direitos humanos (3 textos)	<p>SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA; Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. <i>História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários</i>. São Paulo: Letra e Voz, 354p., 2016.</p> <p>PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. Revista Brasileira de História, vol. 27, n.53, pp.11-23, junho de 2007.</p> <p>ARAÚJO, Cinthia. Educar para “o nunca mais”: Ensino de História e Educação em Direitos Humanos. <i>Anais do 5º Encontro Perspectivas do Ensino de História</i>, s.p., 2004.</p>

			<p>Drive com Textos</p> <p>https://bit.ly/36qjo1Z</p>
Atividade 3	17/08/2021	Seminário aprofundando o tema central: ditadura civil-militar brasileira e patrimônio (3 textos)	<p>MACHADO, Ironita Adenir Policarpo. História, Patrimônio e Cidade: Uma questão política. <i>Revista Memória em Rede</i>, Pelotas, v.4, n.7, jul.-dez. 2012.</p> <p>BAUER, Caroline Silveira. Um lugar de memória no esquecimento: o monumento aos mortos e desaparecidos políticos em Porto Alegre. <i>Revista Memória em Rede</i>, Pelotas, v.7, n.13, jul.-dez. 2015.</p> <p>NEVES, Deborah Regina Leal. O símbolo de uma história escolhida: o patrimônio cultural e a difícil tarefa de construir a memória da ditadura. <i>Revista Memória em Rede</i>, Pelotas, v.4, n.6, jan.-jun. 2012.</p> <p>Drive com Textos</p> <p>https://bit.ly/36qjo1Z</p>
Atividade 4	24/08/2021	Explorando juntos o mapa Caminhos da Ditadura	https://www.ufrgs.br/caminhosdaditaduraemportoalegre/
Atividade 5	31/08/2021	Apresentação dos pontos selecionados pelos participantes	Seleção de 3 pontos no mapa que tu achas interessante para compor o trajeto

	07/09/2021	FERIADO	
Atividade 6	14/09/2021	Montagem do trajeto	
Atividade 7	21/09/2021	Montagem do trajeto	
Atividade 8	28/09/2021	Finalização da montagem e encerramento dessa etapa	
Atividade 9	02/10/2021	Formação em mediação com convidadas/os	*encontro no memorial dos mortos e desaparecidos (parque marinha)
Atividade 10	09/10/2021	Vivência de um trajeto de memória	a ser escolhido pelo grupo de trabalho
Atividade 11	16/10/2021	Reflexão sobre os dois encontros anteriores, separação das falas na mediação, divulgação e organização sobre o trajeto aberto ao público	*encontro no monumento à castelo branco (parque moinhos de vento)
Atividade 12	23/10/2021	Aplicação do trajeto entre o grupo	
Atividade 13	30/10/2021	Aplicação do trajeto para o público	

ANEXO IV - Formulário de inscrição do curso

- Nome
- E-mail
- Telefone
- Data de Nascimento
- CPF

- Profissão
- Carta de Intenção (arquivo com uma página)
- Confirma que tem disponibilidade entre agosto e outubro com encontros semanais? (opções: sim; não)
- Você poderá participar só dos encontros online? (opções: somente dos encontros online; vou participar dos encontros online e presenciais)

ANEXO V - Mediações

1) Fala inicial - Anita Natividade Carneiro

Bom dia a todos, todas e todes, espero que se encontrem bem! Estamos extremamente felizes com a chegada desse dia, que enquanto coletivo temos pensado com muito carinho desde o início de agosto de 2021. Nessa fala inicial vou explicar um pouco mais o que é o projeto Caminhos da Ditadura e também como se deu a construção desse trajeto de memória que faremos hoje.

Bom, para me apresentar brevemente, meu nome é Anita Carneiro, eu sou historiadora formada pela UFRGS e atualmente faço mestrado em História na mesma instituição. Sou orientada pela professora Caroline Bauer. Sou educadora social e trabalho também com a cidade, na perspectiva da defesa de direitos para a população em situação de rua e de crianças em trabalho infantil.

O que é o Caminhos da Ditadura?

É um mapa digital, criado em 2016, que tem como objetivo demarcar locais de memórias, resistência e repressão do período ditatorial brasileiro possibilitando um novo olhar sobre a cartografia da cidade. Uma visão em que as diversas camadas temporais presentes na capital gaúcha se interconectem ao tempo presente. Atualmente são mais de 200 pontos mapeados.

Como surgiu esse grupo que montou o trajeto que vamos fazer hoje?

Esse grupo foi criado a partir da minha pesquisa do mestrado que é a produção teórica e prática de um trajeto de memória sobre a ditadura na cidade de Porto Alegre partindo do mapa digital Caminhos da Ditadura em Porto Alegre. Então, o trajeto que vocês vão vivenciar hoje faz parte dessa pesquisa. Como queria transformar essa experiência em algo mais democrático possível pensei que seria muito mais interessante compartilhá-la com pessoas que também se interessassem pelo tema. Assim lancei o curso em 2021 “Caminhos da Ditadura em Porto Alegre: construindo um trajeto de memória na cidade” e formamos esse coletivo que criou o trajeto e vai se apresentar agora pra vocês.

- **breve momento de apresentação de quem é quem no grupo** -

Reflexão sobre o trajeto de memória

Esse trajeto faz parte de uma inquietação pessoal e coletiva de colaborar na formação de consciência sobre a história da ditadura civil-militar brasileira, em especial na cidade de Porto Alegre. Foram 21 anos de muitas maneiras de violação de direitos humanos que precisam ser lembradas e estudadas. Como vocês vão ver nesse trajeto a ditadura tem muitas faces, tanto na sua resistência quanto na repressão. As marcas aparentes ou ocultas da cidade nos ajudam a não esquecer, pois o passado e o presente se encontram nesses lugares. Assim, quando o presente ousar repetir o autoritarismo e a violência, precisamos estar atentos, sermos a voz daqueles que já se foram e lembrar que ainda hoje muitos tem suas vozes silenciadas. Por fim, esperamos sinceramente que ao final desse trajeto vocês tenham uma frase sempre pronta para ser dita: “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”. Bom trajeto à todos!

Uma questão de ordem prática, todos receberam um pdf no whatsapp/e-mail, nele contém algumas fotos que serão úteis na nossa mediação hoje. Ao final também tem as referências bibliográficas usadas no trajeto, assim como dicas de espaços para visitar após o nosso trajeto, para quem quiser ficar mais por Porto Alegre e aproveitar o sábado.

A Cecília agora dará algumas orientações para que nosso trajeto seja aproveitado da melhor forma.

2) Ponto 1 - Teatro Leopoldina - Ana Luisa Neukirchen Mesquita (Administradora Pública)

Em 1968, ano em que a ditadura endureceu a repressão, o chamado Comando de Caça aos Comunistas (CCC) liderou um ataque ao Teatro Leopoldina, em Porto Alegre. Em 3 de outubro de 1968, era a noite de estreia da peça Roda viva, o primeiro musical de Chico Buarque com direção de José Celso Martinez Corrêa, ela estreou no Rio de Janeiro e teve muito sucesso entre o público e tornou-se inesquecível como símbolo contra a ditadura militar. O espetáculo contava a história de um cantor diante das aflições decorrentes da busca pelo sucesso, em performance que combinava imagens sacras e cenas de sexo, por isso se tornou tão polêmica. Na noite de estreia da peça, integrantes do CCC se infiltraram em meio aos espectadores que lotaram o teatro. Antes da peça, um panfleto chamava os gaúchos a se erguerem “contra aqueles que, vindos de fora, nada mais desejam senão violentar a tua família e as tuas tradições cristãs, destruindo-as”. Na manhã seguinte, a fachada do teatro apareceu pichada: “Chega de subversão” e outras palavras de ordem contra a “pornografia” e contra os

“comunistas” estavam nas paredes. Alguns atores foram sequestrados e levados para os arredores de Porto Alegre, de onde foram obrigados a voltar a pé. E, assim, a temporada gaúcha não passou da primeira apresentação, pouca gente viu “Roda viva” depois disso, e o musical tornou-se um mistério, marcando uma geração de artistas e do público teatral em um dos períodos mais conturbados da vida política e social brasileira.

Imagem 22 - Ilustração da fachada do Teatro Leopoldina



Fonte: Arte realizada por Mariana Froner, 2021.

3) Ponto 2 - Hospital Presidente Vargas - Antonio Augusto Tams Gasperin (Advogado)

Uma das características da ditadura de 1964 no Brasil é o fato dela ter sido uma ditadura civil-empresarial-militar, e não apenas uma “ditadura militar” como se costuma dizer. Essa nova forma de compreender a ditadura como civil-empresarial-militar é resultado de estudos que mostram que o golpe contra a democracia de 1964 foi apoiado por vários grupos sociais, inclusive com manifestações públicas (passeatas, comemorações, associações, igrejas), com apoio e financiamento empresarial e até mesmo de países estrangeiros. O ataque ao Teatro Leopoldina, feito por uma milícia civil (Comando de Caça aos Comunistas - CCC) é um exemplo.

O Hospital Presidente Vargas é outro exemplo da participação de civis na ditadura. Este hospital público estadual serviu, de 1966 até um momento não bem definido ainda, de

apoio logístico às ações de entes oficiais e milícias secretas para a cura forçada de vítimas. Mas não foi o único.

A União Gaúcha dos Policiais Civis (UGAPOCI) é uma cooperativa médica que existe até hoje, fundada em 1968, foi usada na ditadura civil-militar para diagnóstico e tratamento de presos políticos, seja para salvar suas vidas de uma tortura violenta demais ou para aprovar que esse preso continuasse sendo interrogado através de tortura física. A Associação dos Funcionários Municipais de Porto Alegre era também um lugar comumente utilizado para tratamento e atendimento de presos políticos. Pessoas perseguidas pelo regime militar foram "internadas" contra sua vontade no Hospital Psiquiátrico São Pedro. E também houve suporte de clínicas privadas, como a Clínica Stefani.

No relatório da Comissão da Verdade de 2014 há uma lista com os nomes de 377 agentes apontados como responsáveis por crimes de estado cometidos durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), e surpreende que destes, 52 são médicos, ou seja, 13,8% do total de denunciados. Esses médicos estiveram envolvidos com graves violações de direitos humanos, como a prática de tortura, a produção de laudos necroscópicos falsos de militantes políticos, laudos médicos falsos, medicação forçada, destruição e adulteração de documentos e ocultamento de cadáveres.

Imagem 23 - Ilustração da fachada do Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas



Fonte: Arte realizada por Mariana Froner, 2021.

4) Ponto 3 - Dopinha - Mariana Canazaro Coutinho (Historiadora) e Cecília Esteve (Arquiteta e Urbanista - Técnica em Guia de Turismo)

O Dopinha era um órgão clandestino que servia para coleta de informações, detenção e provavelmente de tortura dos opositores ao regime militar, o qual tinha atuação secreta como uma espécie de ‘filial’ do DOPS/RS – Departamento de Ordem Política e Social. Acredita-se que funcionou entre 1964 e setembro de 1966 (CPI/ALRS, 2011 p.8).

O que era o DOPS: A Doutrina de Segurança Nacional estabeleceu o terrorismo de Estado. O Ato Institucional n.º1 de 9 de abril de 1964, iniciou, no país, um período de abusos e repressão, com limitações de garantias democráticas e violações de direitos fundamentais. Os Departamentos de Ordem Política e Social, conhecidos popularmente pela sigla DOPS, foram reformulados para se adequarem ao um novo regime. No caso do estado do Rio Grande do Sul, houve uma aproximação entre o DOPS e o Exército, através da disposição de militares em postos-chave

Aqui na Rua Santo Antônio, número 600, funcionou por quase 2 anos o Dopinha. Este era um órgão clandestino que servia para coleta de informações, detenção e “provavelmente” de tortura dos opositores ao regime militar, o qual tinha atuação secreta como uma espécie de ‘filial’ do DOPS/RS. O Dopinha foi a primeira estrutura clandestina de repressão do Brasil e a única no Rio Grande do Sul. O prédio foi alugado ao governo, sem que os proprietários soubessem para quais fins, tendo sido um órgão precursor do Serviço Central de Informações (SCI), que foi institucionalizado em 1967. Acredita-se que funcionou entre 1964 e setembro de 1966, a ideia era de se misturar na sociedade para passar despercebido, por isso a escolha de um bairro tradicional, residencial e com fácil acesso para diferentes pontos da cidade, inclusive próximo às vias de saída.

A documentação indica o Dopinha como um lugar com intensa atuação dos serviços de inteligência, inclusive com a presença de funcionários (inclusive médicos) organizando documentos de pessoas consideradas subversivas. As ações desta organização repressiva, possivelmente tenham retardado a implantação do DOI/CODI (Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações e Defesa Interna) para meados dos anos 1970, em Porto Alegre. Digo isto porque as atividades iniciadas no Dopinha, muito provavelmente continuaram a ser exercidas em outros lugares da cidade após seu fechamento e, somadas às ações de outros órgãos repressivos como o DOPS/RS e a Divisão Central de Informação (DCI) -criada em 1969 -, configuravam a atuação repressiva eficiente no combate aos ‘terroristas’.

O casarão foi construído na década de 1930. Seu projeto arquitetônico (planta 01) de dois andares no terreno que estava acima do nível da rua. É possível perceber, na fachada frontal, uma escadaria de acesso ligando o portão da rua ao primeiro nível da casa. A sua

porta principal está localizada na lateral sul, não defronte à rua. Este é considerado o pavimento térreo. O primeiro andar é a parte alta da casa, apresenta janelas amplas, possibilitando uma boa visibilidade da rua. No nível chamado de subsolo (planta 02) está localizado o porão, que tem seu acesso à área externa pelo portão da garagem em forma de túnel. Este dá acesso ao terreno do imóvel, que possivelmente, em algum momento, foi escavado para ficar no nível da rua (figuras 24). Notem a estratégia lógica de se misturar na sociedade para passar despercebido, por isso a escolha de um bairro tradicional e rico, residencial e com fácil acesso para diferentes pontos da cidade, inclusive próximo às vias de saída.

Alguns casos emblemáticos demonstram a existência e o funcionamento do órgão:

A existência do Dopinha foi descoberta com o “Caso das Mãos Amarradas” em 1966, e foi retomado publicamente pela mídia em 1987 e, no ano 2000, com o “Caso Savi”. O “caso das mãos amarradas” é como ficou conhecido o assassinato do Sargento do Exército Manoel Raymundo Soares, que foi encontrado morto, boiando na confluência das águas do Rio Jacuí e do Guaíba, na Ilha das Flores. Segundo o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (CPI/ALRS), esse foi o primeiro caso de crime político noticiado nacionalmente na ditadura. De acordo com o andamento das investigações, foi possível identificar elementos da dinâmica repressiva, revelar atrocidades cometidas pelo DOPS/RS aos presos e a existência do Dopinha.

Em 11 de março de 1966, o sargento foi preso por portar panfletos com o slogan “Abaixo a Ditadura Militar” em frente ao Auditório Araújo Vianna por dois sargentos à paisana. Foi levado ao quartel onde foi submetido a interrogatório e torturas. Depois, foi transferido para o Dopinha, onde permaneceu por cerca de uma semana, sendo torturado. De acordo com outros presos que foram entrevistados ao longo dos anos era possível ouvir seus gritos durante as sessões de tortura. No dia 19 de março foi transferido para a “ilha do presídio” onde se sabe que permaneceu até 13 de agosto em regime de incomunicabilidade. Neste último dia, de acordo com o memorando, foi entregue a funcionários do DOPS. Com a ajuda de carcereiros conseguiu remeter cartas à sua esposa, a partir destas é possível conhecer o tratamento que recebeu durante seu encarceramento. Seu corpo foi descoberto, boiando, com as mãos amarradas em sua própria camisa, no dia 24 de agosto de 1966, por dois moradores da Ilha das Flores.

No entanto, a versão oficial é de que Soares foi solto dia 13 de agosto. Luiz Carlos Menna Barreto, então chefe de gabinete da Secretaria de Segurança Pública do RS e responsável pelo Dopinha, foi responsável por uma liberação falsa de Manoel Raymundo

Soares do DOPS. Durante o inquérito (que inquérito? que ano?), a promotoria chegou à conclusão de que a ordem para a liberação do ex-sargento partiu do major Luiz Carlos Menna Barreto e quem o executou foi José Morsh.

O “Caso Savi” é o caso do “delegado de Polícia Civil de Porto Alegre, José Luiz Carvalho Savi, [que] encaminhou uma solicitação ao Conselho Superior de Polícia requerendo o reconhecimento do tempo de serviço prestado à Secretaria de Segurança pública do Estado (SSP/RS)”, ainda na década de 1980. José requeria o tempo de serviço do período que trabalhou como informante, possivelmente no Dopinha - quando ainda não era funcionário público - entre os meses de “novembro de 1964 e setembro de 1966” (Rosa, 2012 p.75).

Outro elemento que revela a existência do centro clandestino foi a descoberta de um ex-funcionário, o médico Ênio de Oliveira, pelo jornalista José Mitchell (2007) que o entrevistou ainda na década de 1980. Se trata de, um dos raros civis que trabalhavam no Dopinha. Sua função era de separar as fichas dos subversivos e dos grupos contrários ao regime que eram produzidas pela equipe de inteligência do local.

Em 2006, Carlos Heitor, em uma entrevista, contou que entrou pela garagem e foi conduzido aos fundos do casarão, permanecendo na parte térrea e que não conheceu o restante da casa. Contou que as paredes eram pintadas com sangue, que ouvia muitos gritos, mas que acreditava em parte serem gravações. Diz que o lugar era “aterrorizante” e que ele não foi torturado fisicamente. O depoimento de Carlos Heitor possibilitou a visibilidade material do antigo centro de torturas e corroborou com os relatos que sinalizam para a ampla liberdade de ação e repressão que tinham os militares no nosso estado. Em 2012, Carlos Heitor também concedeu uma entrevista ao jornal local Zero Hora, relatando detalhes do período em que ficou preso no casarão onde fica claro, a partir do seu relato, que a casa onde foi mantido era esta.

Os relatos somados à documentação existente possibilitam a compreensão desta casa como dotada de múltiplos significados. Um espaço de importância para atuação repressiva local e um espaço de experiências, de práticas de horror e tortura psicológica que atuaram diretamente sobre o corpo e a mente de pessoas presas. A atribuição de significados para o casarão faz com que, de alguma maneira, as memórias possam ser transmitidas através da sua materialidade, constituindo-se assim em memórias materiais da Ditadura brasileira.

Memória, história, patrimônio

Diferente de outros países vizinhos, no Brasil, a nossa transição não foi precedida da criação de uma comissão da verdade e justiça, para o Brasil 2012 é uma data de referência na

implementação de políticas de reparação e, das atividades da Comissão Nacional da Verdade. Foram elaborados projetos e ações que incluíram a reparação simbólica, com memoriais e centros de referência. As Comissões da Verdade foram constituídas em vários estados brasileiros e multiplicaram ações para constituição de monumentos e tombamentos de estruturas utilizadas como centros de repressão. Atualmente, o estado de São Paulo conta com o maior número de monumentos referentes à época da ditadura militar no Brasil.

Se pensarmos, a seleção do que será patrimônio em um país sempre é o resultado de um embate político e social num determinado momento. Os monumentos, os memoriais, os museus, as comemorações são e suportes dos fatos ocorridos que serão lembrados e reconstituídos. E, as relações entre a história e a memória, as manipulações da memória, e o esquecimento têm sido motivos para questionar a paralisação de um processo de tombamento. Lugares de Memória têm um papel importante a desempenhar no escopo da justiça de transição e a reparação passa do ressarcimento financeiro, e dá visibilidade à luta das vítimas e de seus familiares. Mas a memória coletiva não é espontânea, precisa ser constantemente reavivada para ser mantida, e os mecanismos de seleção e de descarte, podem “ser vistos como um sistema de esquecimento programado”

O Dopinha, então, se tornou um caso emblemático na guerra de memórias. E, considerando que existem dezenas de locais relacionados à memória da ditadura no estado do Rio Grande do Sul, e que Porto Alegre foi estratégica no sistema de violações aos direitos humanos, por sua localização no Cone Sul, chama a atenção que nenhum deles tenha sido transformado em memorial.

A proposta da implantação do Centro de Memória Ico Lisboa no prédio do Dopinha, iniciou em 2012. O nome proposto homenageia o militante político catarinense-gaúcho Luiz Eurico Tejera Lisboa, sequestrado e assassinado em São Paulo em 1972 e sepultado clandestinamente pela ditadura. Ico Lisboa foi preso algumas vezes durante manifestações estudantis. No final de outubro de 1969, foi surpreendido por uma notícia de jornal com sua condenação a seis meses de prisão, após falsificação dos prazos de recurso. Passou à clandestinidade. Foi preso em circunstâncias desconhecidas em São Paulo, em setembro de 1972 e desaparecido. Somente em junho de 1979, a Comissão de Familiares do comitê brasileiro pela anistia, conseguiu reunir pistas e localizar Luiz Eurico enterrado, sob o nome de Nelson Bueno, no Cemitério Dom Bosco, em Perus. na versão policial, teria se suicidado mas os ossos apresentavam fraturas indiscriminadas e não o correspondiam a versão oficial de suicídio. Seu corpo foi o primeiro no Brasil a ser encontrado e identificado no Cemitério de

Perus em São Paulo, comprovando então a política oficial de desaparecimento de opositores por parte do Estado brasileiro.

Mas, o "Dopinho", é uma propriedade privada, à espera de ações dos respectivos governos para se tornar um dos centros de referência que a sociedade vem demandando. Então, a implantação do Centro de Memória, vem enfrentando sucessivos entraves de várias ordens, e o lugar está sendo descaracterizado pelo proprietário, ainda que tenha recebido a proteção parcial de bem inventariado, não tendo sido concluídos os processos de desapropriação e de tombamento. Então, vemos os debates que envolvem a memória coletiva, e questões relativas à guerra de memórias que se dá nos processos de patrimonialização do Dopinha.

O Dopinha, desde 2013 é um bem inventariado de estruturação, já possui algum grau de proteção. Em 2014, foi aberto o protocolo administrativo, com a Secretaria Municipal da Fazenda, iniciando os trâmites para a desapropriação do imóvel com o objetivo de transformá-lo no Centro de Memória. A Equipe de Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC), da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre, elaborou um parecer, expressando o valor histórico e social do prédio que obteve aprovação e foi homologado pelo prefeito da época. Mas faltou a última etapa do processo, que consistia na publicação pelo Diário Oficial.

Quando o processo de desapropriação teve início, em 2014, os Governos Federal, Estadual e Municipal estavam alinhados em concretizar a proposta. Mas, com a posse da nova gestão estadual, encerram-se as negociações e o processo de desapropriação foi arquivado. Podemos ver, então, a ausência de vontade política e a existência de uma disputa de memórias sobre a ditadura.

Em um parecer técnico do IPHAN, órgão nacional, que afirmava a importância do bem, fundamentada por seu valor histórico, foi desqualificado pela Superintendente da época. e com a mudança de superintendente, foi elaborado outro parecer do ponto de vista histórico, atestando mais uma vez a importância do bem cultural para a história brasileira.

Outra questão é que em 23 de julho de 2020, a placa de identificação que fazia parte do projeto Marcas da Memória, colocada na calçada em frente à casa, em 2015, foi cimentada, apagando as informações sobre a existência de um centro de detenção clandestino naquele local durante o período da ditadura. Foi preciso a intervenção do Ministério Público gaúcho, para que a indicação fosse recolocada.

A moradora da casa assumiu o compromisso de repor a placa, que deverá ser novamente confeccionada, mantendo as mesmas características e dizeres. A promotora que apurou os fatos em inquérito sigiloso, disse que “a placa anterior estava avariada e foi retirada

porque um idoso quase se machucou em razão disso”, então, não houve cobertura sobre a peça, mas não fez comentários a respeito da autoria da retirada do objeto.

Então, pensando que os agentes do terror de Estado nunca foram punidos, oq eu normalizou algumas condutas intoleráveis para parte da sociedade civil e, de certa forma, justificou elas como necessárias à ordem nacional, não é de se estranhar que a criação da Comissão Nacional da Verdade tenha se dado vinte e sete anos após o fim do regime militar, e, só após a criação da comissão, as políticas públicas de reparação tiveram maior consistência, possibilitando a construção de memoriais e monumentos, de uma produção cultural que trouxe visibilidade a fatos históricos, a pesquisa de documentos, entre outras ações de reparação e memorialização do período. E foi neste momento, como a gente viu, que se iniciou a reivindicação pela patrimonialização e musealização do prédio onde foi a sede do Dopinha.

Além do mais, frente ao cenário atual, na disputa de memórias sobre o período da ditadura militar, o negacionismo por parte do poder público, especialmente no âmbito federal, vem vencendo. Essa transição ideológica podemos observar nesses processos, e nas falhas de tentativa de transformar o Dopinho no Centro de Memória Ico Lisboa, o que demonstra que essa luta pela reparação simbólica das vítimas da ditadura militar ainda tem um longo caminho. A nossa justiça de transição permanece incompleta, sem possibilidade de responsabilização criminal dos agentes. As disputas de memórias sobre a ditadura têm sido tomadas pelo negacionismo e revisionismo ideológico, e sem a musealização e patrimonialização o educar para o nunca mais fica cada vez mais difícil.

Imagem 24 - Ilustração da fachada do Dopinha.



Fonte: Arte realizada por Mariana Froner, 2021.

5) Ponto 4 - UFRGS e Esquina Maldita - Maria Lúcia Thiesen Badejo (Jornalista - Técnica em Guia de Turismo) e Lucas Quadros Petry (Estudante de Arquivologia)

A UFRGS e a ditadura civil-militar (por Maria Lúcia Thiesen Badejo)

Para se ter uma ideia da importância do movimento estudantil no contexto do golpe civil-militar de 1964, basta dizer que a União Nacional dos Estudantes (UNE), órgão de representação nacional dos universitários, foi invadida, saqueada, incendiada e colocada na ilegalidade no dia seguinte ao golpe.

Em Porto Alegre, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi cenário de resistência e repressão ao longo de toda a ditadura. No dia do golpe, estudantes ocuparam a Rádio da Universidade, interromperam a programação e passaram a divulgar manifestos contrários à deposição do presidente João Goulart. A Reitoria também foi tomada por alunos, expulsos após o reitor solicitar a intervenção do Exército.

O reitor passou a ser escolhido entre professores alinhados ao regime. Uma Comissão Especial de Investigação Sumária, formada por professores, foi a responsável pelo expurgo de docentes, demitidos ou aposentados compulsoriamente.

A perseguição a professores, funcionários e alunos identificados como subversivos contava com a colaboração de policiais infiltrados como se fossem alunos, que eram protegidos pela Assessoria de Segurança e Informação, órgão criado na universidade e dirigido por militares para legitimar a presença desses agentes e controlar as ações estudantis.

Nesse período, os centros acadêmicos foram fechados. Qualquer manifestação estudantil era reprimida e seus organizadores eram presos, o que não impediu os universitários de se mobilizar, denunciar abusos e lutar contra a ditadura.

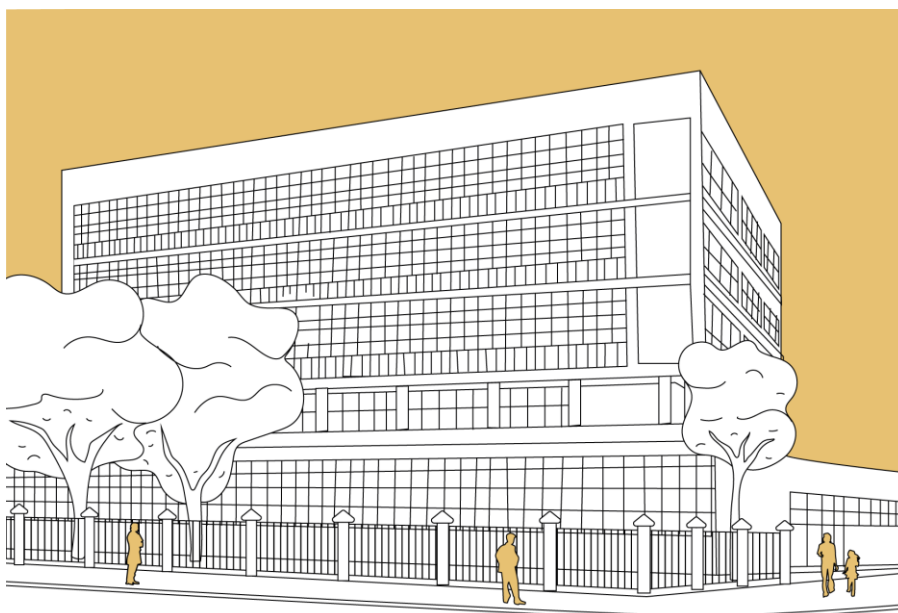
Foram inúmeros os casos como o do estudante de engenharia Ary Abreu Lima da Rosa, que, em 1969, foi preso e levado para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) junto com um colega por estar distribuindo panfletos contra a ditadura e convocando para a eleição ao DCE. Após ser condenado a seis meses de prisão, ele foi internado pela família em um sanatório e transferido para a Base Aérea de Canoas, onde os militares alegaram que Ary teria se suicidado, ainda que as circunstâncias da morte nunca tenham sido apuradas.

Como estratégia para esvaziar a mobilização estudantil, a ditadura transferiu boa parte dos cursos de ciências humanas para longe dos centros urbanos. O campus do Vale da UFRGS foi inaugurado em 1977, com os institutos de Letras e de Filosofia e Ciências Humanas, sendo os primeiros a ser levados para a divisa de Porto Alegre com Viamão.

Em 2019, os professores expurgados foram homenageados com um memorial, instalado próximo à Faculdade de Educação.

Infelizmente, no atual governo, entre vários outros retrocessos, como cortes de verbas para pesquisa e educação, também voltamos a ter a intervenção do governo federal na escolha do reitor. Em 2020, desrespeitando a vontade da comunidade universitária, o presidente nomeou para a reitoria o terceiro colocado na eleição, que teve apenas três votos.

Imagem 25 - Ilustração da fachada do prédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS



Fonte: Arte realizada por Mariana Froner, 2021.

Esquina Maldita (por Lucas Quadros Petry)

Esquina Maldita, conta-se que a expressão teria sido usada para se referir ao ponto boêmio pela primeira vez pelo jornalista Licínio Azevedo no bar Alaska, no começo da década de 1970. Provavelmente influenciado por *As Folhas do Mal*, de Charles Baudelaire, começou a chamar o lugar de Esquina Maldita e "a expressão pegou".

O Bairro Bom Fim durante os anos de Ditadura Militar foi um lugar de transgressão, aqui coloco essa palavra como uma invenção criativa cotidiana dos habitantes na utilização dos limites sociais impostos, ainda que "tímida" devido a repressão. E aqui na Esquina da Avenida Osvaldo Aranha com a Rua Sarmento Leite ficava a Esquina Maldita, com os bares Alasca, Mariu's que fechou em 2019, Estudantil (Sarmento) e Copa 70 (Esquina) hoje o Bendita Esquina. Seu público era os estudantes da UFRGS, nessa época os cursos de humanas tinham seu campus aqui no centro. Eram estudantes que vinham do interior, acabavam morando aqui no bairro.

A boemia do Bairro é melhor entendida quando pensado na proximidade dos bares e cinemas, um exemplo é o Bar Ocidente, que por vezes era chamado de segunda Esquina Maldita. Dos bares citados devido a repressão policial e ida de muitos cursos para o campus do vale, quando isso acontece esses espaços já não eram tão frequentados, as pessoas iam percorrendo a Osvaldo Aranha até o Ocidente.

Durante o período das décadas de 50 e 60 era um lugar diurno e nas décadas de 70 e 80, surgiram muitos espaços, posso citar o Escaler, Cinema Baltimore ou Bristol, Lancheria do Parque, tinha também o Fedor apelido pro bar Serafim (mictórios perto das mesas de sinuca) e o Bar do João que eram bares frequentados por Judeus, inclusive o bairro recebeu um grande número de imigrantes que participaram na formação do bairro.

Década de 70, tu é um aluno da UFRGS, estudava história, arquitetura ou letras, militante de esquerda e frequentava a Esquina Maldita pra tomar uma cerveja e discutir sobre tudo, até a visita de camburões da Brigada Militar, Polícias Civil e Federal ou agentes infiltrados. Esses espaços eram vigiados, se vivia com delatores, censura na aula, no teatro, no jornal, tudo devido ao AI-5, onde tinha concentração de pessoas tinha policiais. Esses lugares eram muito importantes como socialização, essa busca por um posicionamento político de esquerda atrelado a novas maneiras de se comportar, que podemos dizer que complementaram o nome Esquina Maldita. Aliás o adjetivo Maldita não era visto como negativo pelos clientes, inclusive era visto com certo orgulho. Não posso dizer o mesmo dos donos e funcionários dos bares. O principal garçom do bar Alaska, Isake Plentis, não usava Esquina Maldita, dizia

também que procurava atender clientes selecionados, ainda que ele tenha sido um dos mais carismáticos e lembrados..

Sobre o público, o Bar Estudantil tinha um público mais estudantil/acadêmico e popular/trabalhadores, já o Copa 70 e o Alaska um público alternativo eram jornalistas e artistas, o Marius um pouco de tudo.

Tinha um bar chamado Edgar Allan Porre, que era dos dark/góticos, tinha briga, tu podia fumar um baseado. Então o bom fim é mais que a Esquina Maldita, tu conseguia beber a noite toda sem ter um pila no bolso, então essa cena underground, do bar legal que era o bar sujo, que agora a gente chama de bar cult, a mesa na rua, a boate de dia, aglomeração, era um lugar de manifestação, cultural, expressão da arte, música, tudo aquilo que teve repressão e censura, acontecia no Bom Fim. Ali na redenção, tinha bar, igreja e posto da polícia, porto alegre era isso, pra quem vinha de fora via uma cidade muito inovadora, uma cultura marginal.

Antes do golpe militar de 1964, os bares da esquina maldita, já sediavam acaloradas discussões políticas dos alunos da UFRGS. Os bares eram "cenários que se prestavam à prática juvenil (estudantil ou não) de uso do bar, como espaço de contestação contra a Ditadura, conspirações e libertação (sexual, política, ideológica)."

A denominação maldita surge por essa esquina ser o reduto da contestação, o espaço de discussão política e de resistência à ditadura militar, local de mudanças comportamentais. Aqui teve luta pela emancipação da mulher, respeito pelos homossexuais, combateu-se o machismo, liberdade sexual. Ou seja, uma defesa das diferenças, recusa ao conservadorismo, uma Porto Alegre de pluralidade cotidiana dos diversos atores sociais, entre eles posso citar a Nega Lu ou Luiz Airton Farias Bastos, que era negro homossexual, que se assumiu durante a ditadura, fazia apresentações na Esquina Maldita, principalmente no Copa 70.

Nesse período, a arma de luta desses que frequentavam a esquina maldita era a politização, ser de esquerda, ser contra tudo o que o governo fazia. Havia medo, misturado com coragem.

Os protagonistas na mobilização do espaço urbano foram os jovens e, destes, parte expressiva era formada por estudantes secundaristas ou universitários, unidos pela politização e movimento estudantil. Seguindo uma tendência mundial, sonhavam mudar o mundo, através da defesa de suas ideias, contrárias ao regime imposto, e com suas condutas, de resistência e enfrentamento desarmado, às forças policiais.

Dentre ações proibidas e exercidas no lugar, citam-se também a troca de "livros proibidos", uso de drogas e namoros. Com o passar do tempo, até mesmo as "revistas"

passaram a ser feitas por soldados armados com metralhadoras em mãos, enquanto os frequentadores do bar bebiam, em pé.

A esquina maldita teve fim em 1985, no ano que a ditadura se encerrou e em 2019 fechou o último estabelecimento.

Imagem 26 - Ilustração da Esquina Maldita



Fonte: Arte realizada por Mariana Froner, 2021.

6) Ponto 5 - Loja Masson - Thais Pereira de Leão (Advogada - Estudante de Teatro)

Em 20 de julho de 1971, quatro rapazes negros fundaram em Porto Alegre o Grupo Palmares, sendo logo acompanhados pela presença atuante de jovens negras e mais outros integrantes. O grupo seria reconhecido como o impulsor da proposta do 20 de Novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra.

Entre fins dos anos 1960 e início da década de 1970, os amigos Antônio Carlos Côrtes, estudante de Direito; Ilmo Silva, estudante de Economia; Vilmar Nunes, servidor público e estudante de Administração; e Oliveira Silveira, professor formado pela UFRGS desde 1965, tiveram animadas conversas em especial na esquina da Rua dos Andradas com a Marechal Floriano, Centro de Porto Alegre.

Compartilhavam a revolta diante da maneira como se reduzia a história de africanos e seus descendentes no Brasil à imagem da absoluta submissão ao escravismo. Nas escolas, os festejos do Treze de Maio – ao negarem as lutas negras por liberdade em benefício da exaltação da princesa Isabel, como “a redentora dos escravos” – eram fonte de constrangimentos para crianças, jovens e adultos.

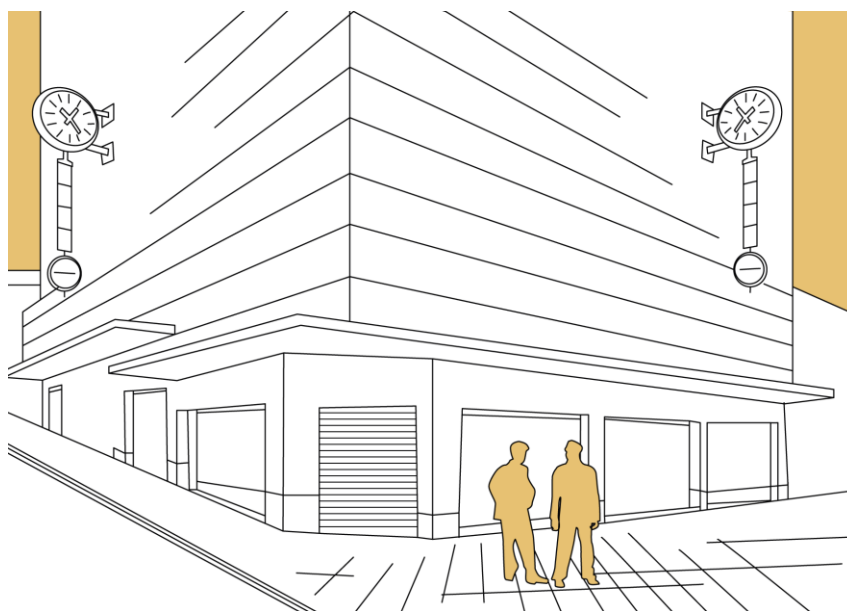
Os bate-papos na esquina da Rua dos Andradas aguçavam ainda mais o desejo de conhecer a história da gente negra entre aqueles amigos. Confrontar a narrativa oficial sobre o 13 de maio mediante a exaltação do 20 de Novembro, como Dia da Consciência Negra, representava um esforço para reposicionar as experiências de pessoas negras no fluxo da história do Brasil.

Demoraria um pouco até que o Grupo Palmares e sua “insistência em despertar uma consciência negra entre os brasileiros de origem africana” fossem captados pelo radar de preocupações da Agência de Porto Alegre do Serviço Nacional de Informações (APA/SNI). A realização das atividades, desde o início, dependia da autorização da Turma de Censura e Diversões Públicas da Polícia Federal. Mas, ao que parece, os agentes não viam razão para levar a sério aqueles homens e mulheres negras. Antônio Carlos Côrtes lembra de uma vez em que ele e Oliveira Silveira foram chamados a dar explicações sobre o que faziam. Mas registros do monitoramento revelam que apenas a interlocução com o escritor branco Décio Freitas, que se aproximou somente depois da fundação do grupo, fazia sentido na cabeça dos agentes de vigilância...

A formação original do Grupo Palmares foi indiscutivelmente masculina. Porém, logo que as atividades se abriram a outras pessoas interessadas, a presença de mulheres negras se fez efetiva. O Grupo Palmares chegou, sem interrupções, a 1977 dedicando-se sistematicamente à divulgação de uma história crítica do negro no Brasil e fortalecendo a articulação com outros estados. O Grupo Palmares, como tal, teve seu encerramento em 3 de agosto de 1978. Mas suas articulações já vinham se desdobrando em outros espaços, o que representou uma certa continuidade.

As atividades teatrais desenvolvidas nos clubes sociais negros de Porto Alegre certamente foram importantes para a mobilização das pessoas envolvidas na criação do Grupo Palmares. Tanto que, ao longo dos anos 1970, peças, shows, saraus, etc. sempre fizeram parte de suas programações. Embora se insistisse na diferenciação, a cultura era política e a política fazia a cultura. A promoção da “consciência negra” se fez nessa confluência.

Imagem 27 - Ilustração da fachada da Loja Masson, atual Loja Marisa.



Fonte: Arte realizada por Mariana Froner, 2021.

7) Ponto 6 - Esquina Democrática -Thais Pereira de Leão (Advogada - Estudante de Teatro)

Tombada em 17 de setembro de 1997, a Esquina Democrática foi eleita pelo povo para seus encontros e manifestações públicas há mais de 40 anos. O cruzamento da Rua dos Andradas com a Avenida Borges de Medeiros começou a se consagrar como um espaço para manifestações no final dos anos 1970, começo dos anos 1980, mas para compreender o início dessa consagração precisamos conhecer a realidade dessa época...

O país vivia o regime de exceção imposto pelo golpe civil-militar. No dia 2 fevereiro de 1977, foi cassado o vereador Glênio Peres, e no dia 15 foi cassado o vereador Marcos Klassmann, a base da cassação que atingiu os vereadores do antigo MDB, partido de oposição à ditadura, foi o AI-5, imposto pelo então presidente general Ernesto Geisel. Foi o seu "Discurso na Terra do Silêncio", que denunciava a tortura e a falta de liberdade, o motivo da cassação de Glênio. "Esta é uma Casa para falar dos buracos da rua; esta é uma Casa para falar da falta de luz, mas esta é uma Casa também para falar da ausência de liberdade" (Glênio Peres, 31/01/1977). Marcos Klassmann ao subir à tribuna como nova liderança do partido, no dia 9 de fevereiro, fez um discurso em solidariedade a Glênio, repetindo a fala do colega recém-cassado, que entrou para a história da Câmara Municipal da Capital. "Estamos certos de que, enquanto vigorarem os atos repressivos, a atividade política, seja parlamentar, seja de base, não terá a menor segurança" (Marcos Klassmann, 09/02/1977). Os mandatos de Glênio Peres e Marcos Klassmann só foram recuperados no final de 1979, com a Lei de Anistia.

Em 1977, diante da impossibilidade de legislar, os vereadores utilizaram a esquina democrática como palco para suas tribunas, remontando a esses episódios o nascimento da Esquina Democrática como local de luta pela liberdade de expressão, democracia e direitos sociais. Entender a esquina democrática como ponto de encontro dessas lutas é compreender que ela é mesmo o cruzamento físico de várias formas de resistência à Ditadura Civil-Militar.

NORTE - Resistência Artística

Símbolo da resistência ao regime militar, o Teatro de Arena mantém as marcas daquela época: um acervo com dezenas de textos, incluindo uma seção de peças censuradas pela ditadura, com palavras riscadas e trechos que deveriam ser alterados na dramaturgia.

SUL - Resistência de Movimentos Sociais e da Imprensa

A atuação do Movimento de Justiça e Direitos Humanos no período das ditaduras militares do continente latino-americano, nos Anos de Chumbo, contribuiu para a preservação da vida de milhares de perseguidos políticos. A principal missão, naquele período, era proporcionar às vítimas da perseguição o asilo ou o exílio para determinados países europeus. Convencido de que a divulgação dos casos pela imprensa era essencial para preservar a vida dos perseguidos, o Movimento sistematicamente denunciava a repressão, prisão e tortura de lideranças dos diferentes setores sociais, vítimas da violência do terrorismo de estado.

OESTE - Resistência de Classe

Com 44 anos de existência e criada na época da ditadura militar, os fundadores da Estado Maior da Restinga foram chamados pelos militares para explicar por que escolheram esse nome, a explicação é simples, o nome era em função de a comunidade ter vários times de futebol de salão e de campo, muitas casas de religião e escolas de ensino regular e juntando todos eles daria um “Estado Maior”. Realmente o nome da escola não poderia ser em homenagem às forças armadas, pois o bairro é mais uma das formas de repressão do regime. O Bairro Restinga, formado em 1967 está inserido no auge da modernização urbana da cidade lugar de destino para os excluídos no processo sombrio de gentrificação e desterritorialização das Colônias Africanas ou Território Negros. Ação do estado, já inserido no Governo Militar, promoveu a exclusão dos indesejados. A face branca, moderna, educada e higiênica da cidade é mantida com a segregação e imposição do afastamento territorial e social do pobre subalterno, com o discurso de “Remover para Promover”. Em meio a um racismo estrutural e institucionalizado a comunidade negra se manteve à margem social e territorial da cidade, como forma de imposição do branqueamento como modelo ideológico, reforçado no período conservador do Regime Militar. E era contra isso que o Grupo Palmares lutava.

LESTE - Resistência Feminista

Corria o ano de 1967 quando duas moças causaram furor ao desfilarem de mini saia na Rua da Praia. A comoção com as pernas de fora foi tanta, que elas se viram obrigadas a se refugiar numa farmácia para escapar da pequena multidão que as apossava. As moçoilas - as irmãs Cleusa e Cleia Mattos, naturais de Erechim - acabaram detidas pela Brigada Militar, sendo conduzidas a uma delegacia de polícia sob a acusação de atentado ao pudor.

Ao fim do nosso trajeto deixo a seguinte pergunta: Que regime político nós queremos para o nosso país? Um que respeite a liberdade de imprensa, a liberdade de expressão, a liberdade política, religiosa e artística? Que não difunda o mito da democracia racial e sim caminhe em direção a uma igualdade racial, de gênero e social? A história foi contada, a escolha agora é de vocês.

Imagem 28 - Ilustração da Esquina Democrática



Fonte: Arte realizada por Mariana Froner, 2021.